

EDILEUSA GIMENES MORALIS

Enunciação e Representação: na Conjuntura das Diretas Já!

Tese apresentada ao Departamento de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do título de Doutora em Lingüística.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Guimarães

CAMPINAS

2008

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL - Unicamp

G429e

Gimenes Moralis, Edileusa.

Enunciação e representação : na conjuntura das Diretas Já / Edileusa Gimenes Moralis. -- Campinas, SP : [s.n.], 2008.

Orientador : Eduardo Guimarães.

Co-orientador : Jean-Claude Zancarini.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Enunciação. 2. Representação. 3. Emenda Pec/5 (Política). 4. Ator político. 5. Diretas Já. I. Guimarães, Eduardo. II. Zancarini, Jean-Claude. III. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. IV. Título.

oe/iel

Título em inglês: Enunciation and representation: the conjuncture of Diretas Já!.

Palavras-chaves em inglês (Keywords): Enunciation; Representation; Mending Pec/05; Political actor; Diretas Já!.

Área de concentração: Lingüística.

Titulação: Doutor em Lingüística.

Banca examinadora: Prof. Dr. Eduardo Guimarães (orientador), Profa. Dra. Carmem Agustini, Profa. Dra. Cláudia Campos, Profa. Dra. Cristiane Dia e Profa. Dra. Olímpia Maluf. Suplentes: Profa. Dra. Ana Maria Di Renzo, Profa. Dra. Neuza Zattar e Profa. Dra. Telma Domingues da Silva..

Data da defesa: 27/02/2008.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Lingüística.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM – IEL

EDILEUSA GIMENES MORALIS

Enunciação e Representação: na Conjuntura das Diretas Já!

ORIENTADOR
PROF. DR. EDUARDO GUIMARÃES

CAMPINAS

2008

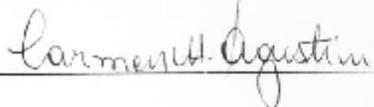
iii

BANCA EXAMINADORA:

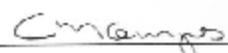
Eduardo Roberto Junqueira Guimarães



Carmen Lúcia Hernandes Agustini



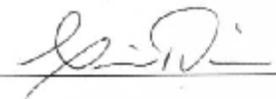
Cláudia Mendes Campos



Olímpia Maluf Souza



Cristiane Pereira Dias



Neuza Benedita da Silva Zattar

Ana Maria Di Renzo

Telma Domingues da Silva

IEL/UNICAMP

2008

A Deus!

Aos meus filhos,

Franthyesco Gimenes Moralis,

Alerhandro Gimenes Moralis (*in memória*),

Otávio Molina Gimenes Oliveira.

A Adelson Oliveira, pelo apoio incondicional.

Aos meus pais, Daldite Antonia Gimenes e

Geraldo Gimenes Molina.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Dr. Eduardo Guimarães, pelo talento acadêmico, humano e político.

Ao meu co-orientador na França, Dr. Jean-Claude Zancarini.

Aos amigos de caminhada: Rosimar, Valéria, Marlon, Gislaine, Quim, Leila, Ana Di Renzo, Olímpia, Neuza, Ana Luiza, Olga, Ana Luiza, Vera Regina, Vera Maquea, Clementino, Paulo Tafarelo, Roberto e Albano.

Aos membros da banca, pela atenção sugestiva e pela paciência.

Aos funcionários da Unicamp, pelos ensinamentos e respeito.

À Capes pela bolsa de incentivo

À UNEMAT - pelo apoio e incentivo

Aos meus irmãos: Edinei, Edna, Eurenice, Gidalto.

Em especial, as minhas irmãs Geiza e Edineiva.

A Layana pela alegria

RESUMO

O homem é visto, por alguns estudiosos, como signo da necessidade e não manifestação da inteligência. Dito de outro modo, o homem deixa de agir pela razão quando a necessidade oprime a sua inteligência. Logo, estaria na apresentação do dissenso como uma reunião conflituosa de dois mundos que encontramos o que lhe é valioso, o denominador comum: o argumento. Por meio do argumento, o homem político vê dois mundos num só, daqueles que falam e daqueles que não falam. Pelo paradoxo das ordens políticas do comando, o comando do igual se sobrepõe ao desigual. Nesta ordem, do domínio de uns sobre os outros, a mudança só ocorre se o homem deixar de ser um agente passivo para se tornar ativo. Têm-se, então, duas ordens heterogêneas que estabelecem relações diferentes, por se vincular a leis diferentes. Inserido na teoria da Semântica Enunciativa, este trabalho teve o objetivo de refletir sobre a prática política de um ator político, Dante de Oliveira, em um momento específico da história do Brasil, que ficou conhecido como Movimento das *Diretas Já*, ocorrido entre 1983 e meados de 1984. Seu interesse esteve nos desdobramentos e nas conseqüências que este acontecimento produziu sobre as práticas políticas deste político quanto de outros. Buscou-se analisar sua proposta de emenda constitucional (conhecida como emenda Dante de Oliveira ou emenda das diretas) e acompanhar seus desdobramentos. A hipótese fundou-se no dizer de que este acontecimento enunciativo aparece como produtor da ocasião e da oportunidade específica de um ator político específico: o então deputado federal Dante de Oliveira. Foi por um conjunto de discursos políticos, proferidos pelo próprio ator político Dante que se transitou para realizar as análises. Na trajetória de suas práticas discursivas, interessou, em particular, a Emenda Constitucional PEC/5/1983 ou Emenda Dante de Oliveira que objetivava o fim da ditadura no Brasil, por meio da exigência de eleição direta para Presidente da República. Assim, o corpus constitui-se de fragmentos dos discursos proferidos durante o Movimento das *Diretas Já!*, construídos dentro de um regime militar. As análises procuraram estudar a argumentação de textos do corpus, bem como o funcionamento da designação da expressão «eleições diretas», e mais especificamente «diretas». Como ator político, Dante de Oliveira teve uma boa chance e uma boa oportunidade, na medida em que sua proposta se articulava de modo particular às aspirações do povo, naquele momento, por meio de um projeto audacioso. Como afirma Zancarini e Fournel (2002), é preciso saber avaliar uma conjuntura e traçar objetivos que respondam aos interesses do político e do povo pela "boa chance e oportunidade". Foi esta participação política de Dante de Oliveira que refinou sua biografia e a inscreveu na história com seu próprio nome: Emenda Dante de Oliveira.

Palavras-chave : Enunciação. Discurso Político. Emenda Pec/5. Ator político. Diretas Já!.

ABSTRACT

Man is seen by some researchers as a sign of necessity, and not as manifestation of intelligence. In other words, man's action is not oriented by reason when his intelligence is oppressed by necessity. So, it is in the presentation of dissention because of the conflicting meeting of two worlds what is precious to him, a **common denominator: the argument**. Through the argument, the political man sees two worlds in one, i.e., the world of people who speaks and the world of people who does not speak. In the paradox of political order of command, the command of equal is superposed to the unequal. In this order of domination of one on the others, changes came if man changes his role from active agent to passive agent. Different relations are placed by two heterogeneous orders because they are linked to different laws. Supported by the Enunciative Semantics, this work aims to be an inquiry on the political practices of the political actor Dante de Oliveira in a specific moment of Brazilian history in 1983 and the beginning of 1984: the popular movement *Diretas Já!*. Our interest is concerned with the unfolding and the consequences this political movement produced in the political practices of this man of politics and others. It was analyzed his Constitution Mending (The Dante de Oliveira Mending or *Diretas Já!* Mending) and its unfolding. Our hypothesis is founded by the assumption of this enunciative event as generator of the occasion and the specific opportunity of a specific political actor: the then congressman Dante de Oliveira. The analysis is concerned with a sample of political discourses delivered by the proper political actor Dante. In the course of his political practices this work is concerned specially with the Constitution Mending PEC/5/1983 or the Dante de Oliveira Mending. This mending aimed the end of dictatorship in Brazil, and required direct elections for president of the country. Consequently, the corpus of research is composed by analyses of discursive fragments delivered in the course of the military government *Diretas Já!*. In presenting a daring project the political actor Dante de Oliveira had a good chance and opportunity in that moment while his proposal was articulated in a particular way with people desire. According to Zancarini & Fournel (2002), it is necessary to consider circumstances and establish objectives that answer to the interests of the politician and of people by "good chance of opportunity". It was this political participation of Dante de Oliveira that refined his biography and inscribed him in history with his proper name: The Dante de Oliveira Mending.

Key-words: Enunciation. Representation,. Mending Pec/05. Political Actor. *Diretas Já!*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I	
1O Político e a Enunciação	31
1.1 O Corte Saussureano e a Inclusão da Semântica da Enunciação	35
1.2 Argumentação	37
1.3 Sobre a Análise De Discurso	40
1.3.1 O Sujeito e as condições de produção	42
1.3.2 Ideologia	45
1.4 Enunciação como Acontecimento	47
1.5 O Domínio Semântico de Determinação	49
CAPÍTULO II	
2 .Conjuntura Política	52
2.1 Dante: um homem, um tempo, muitas histórias	54
CAPÍTULO III	
3 Do Estudo	59
3.1 O Autor e a Emenda: localização	59
3.2 O Teor da Emenda PEC/5: uma argumentação sobre a legitimidade	63
3.3 A Designação de “Eleição Direta” na Pec/ 5	77
3.4 Da Proposta de Emenda para a Articulação da Campanha	93
3.5 O Movimento Diretas Já	101
3.6 Diretas Já! Uma palavra de ordem.....	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	131
ANEXOS	137

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar os sentidos dos pronunciamentos de um ator político brasileiro, Dante de Oliveira. Ele foi prefeito, deputado, ministro e governador de Estado. Nossa análise tomou como ponto de observação fundamental os textos por ele produzidos, tendo como centro o movimento das “Diretas Já”. Trata-se, portanto, de um estudo que faz especial atenção aos aspectos políticos do funcionamento da linguagem.

É pela capacidade de ser detentor da voz e da palavra que o homem enuncia textos que hierarquizam as relações na sociedade. A política apresenta-se como algo que constitui as relações entre interlocutores e as relações de sentidos a partir de um acontecimento.

Compreender a natureza política do homem implica imprimir um olhar mais apurado sobre a comunidade e sua finalidade dentro de uma tradição filosófica, conforme Rancière (1996). Nesse sentido, afirmou Aristóteles:

Único entre todos os animais, o homem possui a palavra. Sem dúvida, a voz é o meio pelo qual se indica a dor e o prazer. Por isso pertence aos outros animais. A natureza deles vai só até aí: possuem o sentimento da dor e do prazer e podem indicá-lo entre si. Mas a palavra está aí para manifestar o útil e o nocivo, por consequência o justo e o injusto. É isso que é próprio dos homens, em comparação com os outros animais: o homem é o único que possui o sentimento do bem e do mal, do justo e do injusto. Ora, é a comunidade dessas coisas que faz a família e a polis (1253, p.18).

Ao refletir sobre a idéia da natureza política do homem, Aristóteles afirma que essa natureza pode ser exaltada ou recusada, mas, sobretudo precisa ser

compreendida. Por esta razão o homem é tido entre os animais como aquele que se constitui portador do *logos*, que se apresenta, ao tempo que a voz apenas indica.

Continua ainda Rancière (1996, p. 17), dizendo que o fato de que o homem fala marca a sua separação dos demais animais, visto que a fala é a marca de sua politicidade, definindo-o como espécie superior.

No entanto, a posse da linguagem articulada pode servir a direções distintas o “útil” e o “nocivo”, o “justo” e o “injusto”. Mas, o que interessa é perceber que a passagem do útil para o justo ocorre no acontecimento decorrente da jogada dos seus comentários, ou seja, na relação obscura do “nocivo” e do “injusto”. É justamente aí que está o problema que a política formula ao pensamento filosófico de comunidade.

Há que se considerar sobre o quadro anterior que a forma do discurso é um conjunto finito de elementos lingüísticos, embora seus efeitos possam ser incontáveis. O discurso é o espaço em que *o saber e o poder* se articulam, pois quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito reconhecido institucionalmente. Todavia, esse discurso tem uma ordem, pois o sujeito que fala, num primeiro momento, segue um ritual.

[...] o ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (e que, no jogo de um diálogo, da interrogação, da recitação, devem ocupar determinada posição e formular determinado tipo de enunciados); define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso; fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites de seu valor de coerção (FOUCAULT, 2004, p. 39).

A natureza política do humano obriga-nos a pensar na formação da comunidade e nas relações do indivíduo com a comunidade. Naturalmente que os

indivíduos são concebidos como os sujeitos que formam a comunidade. No entanto, a comunidade, segundo Aristóteles, pode ser enumerada por três títulos: a) a riqueza dos poucos (os oligoi); b) a virtude ou excelência (arete) que dá seu nome aos melhores (aos aristoi); c) e a liberdade (a euletéria) que pertence ao povo (*demos*). Para cada um desses títulos há um regime particular, ameaçado pela agitação dos outros. Não se descarta, porém, que a combinação exata dos títulos de comunidade possa proporcionar o bem comum. Resta saber em que medida esse cálculo daria certo. O regime particular de cada um desses títulos pressupõe uma idéia determinada de política com motivações que lhe são próprias. Desse modo, as duas palavras-chave da política: a *igualdade* e a *liberdade* movimentam opiniões que vão da sabedoria liberal aos clássicos. Para a sabedoria liberal, o efeito de uma igualdade artificial contraria a liberdade natural de empreender e de trocar. Já para os clássicos, o conceito de liberdade, enquanto propriedade vazia, coloca um limite ao cálculo da igualdade mercante.

A igualdade e a liberdade são princípios que, uma vez instalados, movimentam idéias políticas com razões próprias, em grupos distintos. Desse modo, a noção de liberdade conduz ao *demos* que conduz ao povo que, segundo Rancière,

[...] nada mais é que a massa diferenciada daquele que não tem nenhum título positivo, nem riqueza nem virtude, mas que, no entanto, tem reconhecida a mesma liberdade que aqueles que o possuem. A gente do povo é de fato simplesmente livre como os outros. Ora, é dessa simples identidade com aqueles que, por outro lado, lhes são em tudo superiores que eles tiram um título específico (1996, p. 240).

O *demos* se constitui enquanto igualdade que pertence a todos os cidadãos, e a liberdade como qualidade daqueles que não possuem nem mérito, nem riqueza,

mas é vista como virtude comum, que permite ao *demos* um argumento que possibilita aos homens sem qualidade, identificarem-se com o todo da comunidade. Segundo o autor citado, é nesse litígio da existência da parcela dos sem parcela, do nada que é tudo, que a comunidade se apresenta como comunidade política: a torção pela qual existe política é também a que institui as classes como diferentes de si mesmas.

No confronto dos lugares e das posições que cabem a cada cidadão, vemos em Aristóteles que um cidadão em geral é aquele que participa do ato de governar e do de ser governado. Assim, o meio social é para o cidadão atuante e participativo o lugar de ajudar a governar e ser governado. Ele pode opinar em certos momentos, aprimorando suas idéias com a dos outros cidadãos, mas deve recuar em outros.

Já Platão fala da necessidade de haver leis para governar e ser governado. Esse fato começa a ser vivido e observado a partir do nascimento, quando os filhos devem obediência aos pais. Nesta visão, o homem é um ser dominado por natureza, uma vez que a instituição família ensina que os varões governam o ser procriado. Nesta progressão, o ser procriado passa de governado a governante.

Ao estabelecer relações entre as visões aristotélica e platônica, percebe-se que há uma divergência discursiva. Se Aristóteles vê a política a partir da integração e a parceria, Platão estabelece regras que devem ser cumpridas, tanto para quem governa quanto para quem é governado. Vê-se que as lutas de classe não estão acima da política, mas baseadas em ações humanas que são sujeitas à dominação.

A dominação do cidadão na política estabelece um grande jogo de poder. Poder em que o homem é considerado segundo sua condição econômica.

Sendo o homem o animal dotado de inteligência e com a capacidade única de atuar e de promover modificações na sociedade, pode ser ele, também, contestado e hierarquizado. Como humano e político, ele pode subverter a ordem normal das coisas, e é pela força e poder da palavra que o faz a fim de convencer outros homens.

O homem é visto, por alguns estudiosos, como signo da necessidade e não manifestação da inteligência. Dito de outro modo, o homem deixa de agir pela razão quando a necessidade oprime a sua inteligência.

Por meio do argumento o homem político vê dois mundos num só, daqueles que falam e daqueles que não falam. Pelo paradoxo das ordens políticas do comando, o comando do igual se sobrepõe ao desigual. Nesta ordem, do domínio de uns sobre os outros, a mudança só ocorre se o homem deixar de ser um agente passivo para se tornar ativo. Têm-se, então, duas ordens heterogêneas que estabelecem relações diferentes, por se vincular a leis diferentes.

Quando pensamos no Brasil dos anos 80, especificamente, no momento de luta das *Diretas Já*, objeto de estudo desse trabalho, compreendemos que é possível que representantes e representados, pelo menos em algumas situações, sejam componentes de uma só parte.

Essa observação nos leva a crer que a transformação social e política desse movimento só ocorreu porque cidadãos comuns e cidadãos de destaque de diferentes classes sociais se uniram em torno de um só objetivo: a redemocratização do Brasil. É certo que a organização de tudo nasceu de uma força político partidária, mas que teve antes sua origem na manifestação da insatisfação de um povo. Neste caso, o

enunciador político assumiria a voz coletiva do povo sendo ele mesmo parte desse povo.

Os investimentos anteriores e posteriores a esse movimento podem ser vistos pela força da prática política de um enunciador engajado na luta social pela redemocratização do país: Dante de Oliveira, o qual, num primeiro momento, apresenta a proposta de Emenda das *Diretas Já*, nome que caracterizou o movimento político, de modo que todos os acontecimentos posteriores, relativos ao acontecimento, só foram possíveis graças à forma com que a conjuntura foi observada e, mais especificamente, pela maneira com que as formulações discursivas foram argumentadas. O discurso pró-diretas foi produzido em um contexto específico, razão que o fez produzir os efeitos que produziu. Foi do lugar do representante legítimo que Dante enunciou, sendo este o lugar de antecipação da reação dos representados.

Dado o contexto acima, inserido na teoria da Semântica Enunciativa, este trabalho tem como objetivo refletir sobre a prática política de um ator político, Dante de Oliveira, em um momento específico da história do Brasil, que ficou conhecido como Movimento das *Diretas Já*, ocorrido entre 1983 e meados de 1984. Nosso interesse esteve nos desdobramentos e nas conseqüências que este acontecimento produziu sobre as práticas políticas tanto deste político quanto de outros.

Especificamente, buscamos analisar sua proposta de emenda constitucional (conhecida como emenda Dante de Oliveira ou emenda das diretas) e acompanhar seus desdobramentos. Nossa hipótese fundou-se no dizer de que este acontecimento enunciativo aparece como produtor da ocasião e da oportunidade específica de um ator político específico: o então deputado federal Dante de Oliveira.

Através dos gestos que constituem práticas políticas, buscamos compreender, por um lado:

- como um ator político analisa uma conjuntura e ao tomar uma posição vê produzir-se a oportunidade e a chance de construção de um acontecimento capaz de marcá-lo e projetá-lo, no cenário nacional e,

Por outro lado:

- de que modo a força do seu gesto, ao se dar em condições específicas, foi capaz de aglutinar outros atores políticos, e aglutinar-se a eles, em torno da sua proposta, constituindo-se em acontecimentos que produziram novos sentidos para a história do Brasil.

Tomando a linguagem, numa perspectiva histórica, cujo funcionamento é marcado pelas condições socialmente estabelecidas, o processo de enunciação é compreendido como um acontecimento em que o sujeito é afetado pela relação com a língua.

Neste espaço em que questões de natureza histórica e política se interligam, tratamos de cenas enunciativas que têm o ator político como representante legitimado pela oficialização de um cargo e de um mandato e, das cenas enunciativas entre representantes e representados, que produziram seus efeitos sobre as práticas políticas.

De acordo com Guimarães (2005, p. 23), “[...] uma cena enunciativa se caracteriza por constituir modos específicos de acesso à palavra, dadas as relações entre figuras da enunciação e as formas lingüísticas”.

No espaço enunciativo, tanto *aquele que fala* quanto *aquele para quem se fala* não constituem pessoas, mas representações dos lugares que ocupam, de modo que não são donos do seu dizer, uma vez que é o lugar de inscrição do sujeito a fonte de seu dizer, já que assumir a palavra significa colocar-se no lugar que enuncia.

Lembramos, porém, que, ao tratar da prática do ator político Dante de Oliveira, focamos também atenção em momentos posteriores ao movimento *Diretas Já*, por serem estes espaços de articulação e constituidores de novos sentidos.

Foi por um conjunto de textos políticos, proferidos pelo próprio ator político Dante que transitamos para realizar nossas análises. Na sua trajetória interessou-nos, em particular, a Emenda Constitucional PEC/5/1983 ou Emenda Dante de Oliveira que objetivava o fim da ditadura no Brasil, por meio da exigência de eleição direta para Presidente da República. Além disso, tomamos como corpus de análise fragmentos dos discursos pelo Movimento das *Diretas Já!*, construídos dentro de um regime militar.

Os recortes enunciativos, tomados a partir dos textos jurídicos e dos discursos proferidos por Dante de Oliveira foram analisados, considerando a noção de designação proposta por Guimarães (1995/2002), que nos permitiu tratar da relação que as palavras estabelecem umas com as outras, constituindo o que ele denomina o DSD-Domínio Semântico de Determinação. Este procedimento de análise nos possibilitou compreender as relações de determinação construídas pelo acontecimento enunciativo. Assim posto, as descrições analíticas foram investigadas por meio dos procedimentos de reescrituração e articulação, tal como utilizadas na Semântica da Enunciação.

Todo discurso político é um lugar de enunciação e representação onde a palavra deve ser tomada pelo que diz e não diz. Por essa razão, eles funcionam como lugares de observação em diferentes domínios da linguagem.

O nosso objeto de investigação constituiu-se de um conjunto de discursos políticos, elaborados, proferidos e apresentados por Dante de Oliveira em um momento específico de sua trajetória política. Este momento tem inscrição nos anos de 1983 e 1984, quando Dante de Oliveira, então eleito Deputado Federal pelo PMDB de Mato Grosso, registra a proposta de Emenda Constitucional (PEC) que objetiva o fim da ditadura no Brasil e o retorno ao direito de voto direto e à redemocratização.

É tomando o discurso político como instrumento de transformação por se constituir em relações de força, já que é um lugar de conflitos, de investimentos sociais, históricos, ideológicos, psíquicos, por meio de sujeitos interagindo em situações concretas, que objetivamos compreender as condições de produção do discurso de um ator político, qual seja: Dante Martins de Oliveira.

Nessa trajetória, mobilizamos, para analisar as condições do discurso supracitado, as noções de *oportunidade* e *chance*, a partir do que Zancarini e Fournel (2002) desenvolvem como efeitos sociais derivados de um conjunto de discursos políticos pautados pela constituição de novos sentidos, oriundos de uma nova leitura.

A relevância deste trabalho está na constituição de uma leitura sobre as práticas que constituíram um sujeito político que tem inscrições importantes na sociedade nacional de modo mais abrangente, e na sociedade de Mato Grosso, de um modo mais particular. Dante de Oliveira foi um sujeito afetado por uma historicidade que movimentou sua prática enunciativa, conforme expusemos nas análises.

O discurso político, dada a amplitude dos seus efeitos, torna complexo o seu estudo, razão pela qual elegemos a Semântica da Enunciação que, na relação com outras abordagens, disponibiliza conceitos importantes que, mobilizados nas análises, oferecem reflexões pertinentes sobre o modo como a enunciação produz efeitos no jogo com os domínios semânticos que a determinam.

Reconhecer nos recortes enunciativos os elementos que nele fazem significar uma memória é, em certa medida, tratar do que é histórico no humano e do que é humano no político. É ter o sujeito numa relação com o que é lingüístico, cuja essência é não possuir natureza homogênea. Dada essa conjuntura, é que Guimarães (1987, p. 11) convoca uma abordagem que:

[...] Pretende abrir uma relação com a análise do discurso de modo específico, e, em geral, com as teorias do sujeito. Nossa intenção não é, simplesmente, produzir uma semântica articulável com uma teoria do texto, mas com uma teoria e análise do discurso.

Tal como outros estudiosos, por exemplo, Ducrot e Benveniste, Guimarães inclui em seus estudos a exterioridade com o objetivo claro de constituir uma semântica enunciativa que leva em consideração a representação do sentido. Esta abordagem lhe permite dizer que o sentido de um enunciado revela-se como efeitos de sua enunciação, observados em consonância com as condições históricas e enunciativas em que se apresentam.

O percurso feito para conhecimento dos discursos produzidos por Dante de Oliveira teve início no Arquivo Público de Mato Grosso, em Cuiabá, onde levantamos um grande volume de material como: mensagens, discursos de posse, discursos de lançamento de projetos, planos de metas, etc. Contamos, ainda, com o apoio de

jornalistas de Mato Grosso que, gentilmente, indicaram fontes e cederam material, além do SEDAU (Seção de Documentos Audiovisuais) de Brasília que nos enviou um discurso de Dante de Oliveira e um arquivo de fotos do político ao lado de figuras ilustres, por ocasião das *Diretas Já*. A tudo isso, soma-se a publicação de sua obra: *Diretas Já: 15 meses que abalaram a Ditadura*¹ em co-autoria com o ex-deputado Federal da Bahia, Domingues Leonelli.

A partir daí iniciamos o processo de reflexão sobre seu percurso, a fim de analisarmos enunciados que pudessem responder aos objetivos traçados para esse estudo.

A noção de recorte que adotamos segue a concepção de Orlandi (1987) enquanto unidade discursiva, ou seja, fragmento correlacionado de linguagem e situação. Tais recortes são feitos na (e pela) situação de interlocução, aí compreendido como um espaço menos imediato, mas também de interlocução, que é o da ideologia. Assim, “[...] o texto é o todo em que se organizam os recortes” (ibid., p.139).

Partindo da premissa de que a sociedade é dividida em classes sociais e estas produzem discursos específicos que as representam, tratamos de situações em que temos, de um lado, o ator político Dante de Oliveira em cena enunciativa por ele produzida e, de outro lado, de vozes que constroem outros acontecimentos pelo efeito do seu dizer. Assim, não é do ator político em si que tratamos, mas da sua prática e conseqüências. Neste ponto, abordamos o lingüístico, o ideológico e o histórico, por entender que a linguagem instala um lugar de conflito ideológico, não podendo ser

¹ Esta obra foi publicada em 2004, pela editora Record- RJ.

estudada fora da sociedade. É nas análises que procuramos mostrar os sentidos que essas enunciações provocam, a partir das suas inscrições sociais.

Na análise das designações, os recortes enunciativos foram analisados tendo em vista o estabelecimento do DSD - Domínio Semântico de Determinação - em que as palavras estabelecem relações umas com as outras. A análise destas relações desenvolveu-se por meio de procedimentos de reescrituração e articulação, os quais nos permitiram imprimir um novo olhar sobre o já dito, como forma de atribuição de novos sentidos para determinado contexto lingüístico que aponta a preexistência desses sentidos no texto, em que as expressões lingüísticas são consideradas no acontecimento enunciativo.

Pela noção de reescrituração, manifestada no texto pelo processo de repetição, substituição, elipse, expansão, condensação ou definição, de algum modo, voltamos ao passado como forma de compreender a memória de um dizer que foi produzido em uma conjuntura ditatorial, em um lugar determinado, o Brasil, e por um ator político, Dante de Oliveira, de modo que as palavras constituem relações com algo que está fora delas, ou seja, com aquilo que lhes é exterior, como forma de estabelecer novos sentidos.

Nesse sentido, o lugar não é visto enquanto dimensão natural e geográfica, pois passa a ser um construto histórico atravessado pelas práticas humanas. A existência de um lugar ganha forma na representação, esta entendida a partir de Guimarães (1987) e Dockès (2005), materializando-se na língua, enquanto lugar de lutas sociais, históricas e culturais.

A memória de um dizer é observada, ao se estudar o discurso político, enquanto gênero discursivo que aponta para a instalação de uma nova ordem política no Brasil. A imagem que se quer repetir e /ou inculcar é a da constituição de novos fatos históricos responsáveis pelo desenvolvimento de uma nova nação redemocratizada. O discurso, entendido aqui enquanto efeito de sentidos entre interlocutores, encontra no campo político o retorno a um passado como forma de constituir uma nova memória da nação brasileira.

Para Pêcheux (1997, p. 203), toda vez que produzimos um discurso o fazemos de um determinado lugar social, numa relação assimétrica. Os efeitos de sentidos de um discurso são efeitos enunciativos diferentes, já que os enunciadores podem ocupar lugares sociais diferentes.

Assim, os discursos e práticas problematizados neste trabalho não foram tratados como verdades ou mentiras, apenas como objetivações históricas que ganharam visibilidade a ponto de se tornarem legítimas e naturalizadas.

Como já dissemos, as fontes utilizadas se organizam, basicamente, em bibliográficas e documentais. Os discursos recortados nesses documentos foram vistos como pistas de práticas discursivas instituidoras de idéias como *voto direto*, *direito* e *redemocratização*. Esses recortes podem ser identificados nas análises pela letra R (recorte), emprestada de Gimenes (2007).

Para melhor situarmos esse estudo, faz-se necessário conhecer a organização seqüencial dos capítulos desenvolvidos, a partir dos quais procedemos a nossas análises.

O capítulo I está reservado à apresentação da teoria na qual nos inscrevemos, objetivando desenvolver nossas análises e discussões. Neste capítulo, tratamos do político como desentendimento, da questão da qualidade do tempo e da Semântica Enunciativa tal qual desenvolvida por Guimarães. Nesse capítulo tecemos considerações acerca de conceitos-chave da Semântica Enunciativa, dialogando sempre que possível com conceitos da Análise do Discurso, de filiação francesa, visto que a enunciação remete também àquilo que é histórico.

O capítulo II procura apontar conceitos como discurso político e representação, à luz da teoria enunciativa, apresentando o sujeito de nosso estudo, Dante de Oliveira, bem como a proposta de emenda constitucional apresentada por esse sujeito no movimento que ficou conhecido em todo Brasil como *Diretas Já*.

Finalmente, no capítulo III, analisamos as condições de produção do discurso de Dante de Oliveira ao propor a Emenda Constitucional PEC/5, a qual ressoaria em diversos campos sociais, mobilizando diversas vozes em prol da luta pela redemocratização do país, silenciado a voz de um regime político que oprimia o povo brasileiro: a ditadura militar.

Nas considerações finais, procuramos sistematizar os resultados levantados em consequência de nossas análises, em relação às cenas enunciativas que compreenderam o movimento *Diretas Já* e, a partir dessas reflexões, esperamos, de alguma forma, deixar nossa contribuição aos estudos enunciativos e aos estudos discursivos e históricos.

CAPÍTULO I

1 O Político e a Enunciação

Para nosso trabalho, vamos tomar como hipótese fundamental para analisar o sentido de ações de um ator político o que nos coloca Zancarini e Fournel (2002).

Segundo os estudiosos, a emergência de um momento é determinante para a boa chance e oportunidade de um ator político. Deste modo, pensar a política é pensar a capacidade intelectual de um momento em ligação com uma história singular que representa este momento. Em meio a esta capacidade nasce o sentimento de propositura de algo que satisfaça as necessidades de uma comunidade. Dito de outro modo, toda e qualquer propositura precisa convergir com os interesses e necessidades de uma época, de uma comunidade ou Nação.

Podemos dizer que o ator político Dante de Oliveira considerou um momento histórico, no qual estava tomado, de afrontamento da ditadura militar contra a Nação brasileira, e propôs formas de reflexão sobre a história, por meio de um agir político que objetivava a transformação de fatos anteriores da política. Afinal, muitos eram os anos de ditadura no Brasil.

As reflexões sobre uma situação política concreta devem considerar, então, os desejos, as aspirações e a razão das coisas, pois estas servem como sustentação para as relações de força. Todavia, frente às relações de força que se enfrentam evidencia-se pela prática da reflexão e do debate o nascimento de um novo

pensamento político. Este nascimento consistiria em novas formas de escritura da história e da política.

A compreensão das necessidades que fundam uma conjuntura, bem como das armas selecionadas para o litígio político fundamentam o sentido de uma chance e oportunidade. De forma pragmática, podemos dizer que a ocasião fornece a chance e a oportunidade para um agir político. Como dizem Zancarini e Fournel (2002, p. 70): “Le rôle de l’acteur politique est donc toujours possible et toujours déterminant”. Nesta perspectiva, os autores pontuam que a ética de um ator político consiste em exercer bem a sua representação, não importando o tamanho do problema que se coloca. A postura ética deve se reportar ao funcionamento necessário do agir político, qual seja, a de agir bem, agir em conseqüência dos jogos e necessidades de um momento.

Face ao exposto acima, é imperativo que em nossas análises fique evidente que Dante de Oliveira compreendeu uma conjuntura, definiu o jogo que lhe pareceu determinante (restabelecer as eleições diretas para Presidente da República), e os meios necessários (buscou apoio dentro e fora dos partidos). Assim, se escreveria mais um capítulo da história política brasileira, onde, pelo modo de descrição do governo vigente, o povo compreende um agir político e assume um lugar no combate. É o anúncio da ruptura com um modelo de administração e a perspectiva de um novo horizonte que permite ao povo compreender e combater, pois a política é tida como um campo de batalha onde forças se enfrentam.

Vamos, ainda, considerar o caráter dissensual da política, tal como teoriza Rancière (1996, p.14): O que torna a política um objeto escandaloso é que a política é a atividade que tem por racionalidade própria a racionalidade do desentendimento. O

particular interesse que este trabalho tem na obra de Rancière deve-se à noção de político que o autor desenvolve. Para ele, política é desentendimento. E é o sentido disto que apresentamos a seguir.

O desentendimento se apresenta como conflito entre aqueles que dizem a mesma coisa, mas que não entendem a mesma coisa. Tem-se, então, uma razão diferente no mesmo argumento. O desentendimento não se configura pelo desconhecimento, ignorância de um ou dois interlocutores sobre algo dito, nem tão pouco pelo mal entendido ocasionado pela imprecisão das palavras. Estas ocorrências chamariam para si duas medicinas da linguagem, com o intuito de ensinar o que quer dizer falar. Mas, impõem-se limites.

Em situações em que a palavra é tomada pela razão há a produção de desenvolvimentos que não são nem desconhecimento nem mal entendido. O desentendimento se dá pela disputa sobre o que quer dizer falar, constituindo a racionalidade da palavra. Aqui, os interlocutores entendem claramente o que o outro diz, mas não vêem e não entendem a mesma coisa, embora utilizem as mesmas palavras. Desse modo, “[...] o desentendimento não diz respeito apenas às palavras. Incide geralmente sobre a própria situação dos que falam” (Rancière, 1996, p.13).

Considerando que os discursos políticos podem significar diferentemente pela sua historicidade, ressaltamos as afirmações de Foucault (1987, p.15) quando fala que a linguagem quer dizer algo diferente do que diz.

Nesse sentido, observamos que os discursos políticos tornam-se um fato de linguagem em funcionamento, preciosíssimo, permitindo verificar que a língua não é homogênea, pois sofre modificações na relação com a sociedade, com a história, com

as instituições, com a ideologia. Neste ponto consideramos o que Pêcheux (1995, p.160) disse:

[...] as palavras, expressões, proposições, etc, mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam, o que significa que elas tomam seus sentidos em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem.

Contudo, é no efeito da interpelação ideológica dos indivíduos como sujeitos que estes podem reconhecer seus lugares nas mais diversas relações sociais, mostrando que a sociedade é dividida em classes e que há uma divisão fundamental entre governantes e governados.

Nesta linha, os textos políticos, enquanto objeto de estudo, são, ao mesmo tempo, lingüísticos e históricos, logo não devem ser tomados fora do acontecimento e que foram produzidos.

No entanto, para se entender, na sociedade, a produção e a circulação de sentidos é preciso percorrer espaços que vão do discursivo ao histórico, recuperando no fio da enunciação, a trajetória entre a linguagem e o homem e entre o homem e a história do seu tempo.

É assim que se coloca que se pode considerar que o acontecimento da enunciação é marcado por uma heterogeneidade constitutiva. Ou seja, no fio enunciativo percebemos um dizer outro que o constitui de diferentes maneiras: marcado e não mostrado; mostrado e marcado, representando as formas como o sujeito negocia com seu discurso (AUTHIER REVUZ, 1998).

No acontecimento enunciativo, o texto, torna-se o espaço em que é possível identificar um jogo de vozes, às vezes silenciadas, outras apagadas. É nesse espaço

que entra em cena um passado que o acontecimento recorta como próprio do acontecimento.

1.1 O Corte Saussureano e a Inclusão da Semântica da Enunciação

Foi pensando na construção de uma Semântica Histórica da Enunciação que Guimarães (1995, p.11) toma questões excluídas por Saussure no Curso, como elementos a serem incluídos no objeto da semântica. O autor procura mostrar em seus estudos como a Semântica, a partir do corte saussureano, vem lidando com os limites do objeto ali constituído, dizendo: “[...] a Semântica tem procurado lidar com três exclusões saussureanas: a do sujeito, a do objeto, a da história”. Envolvendo elementos desta tripla exclusão, a Semântica lingüística tem considerado a noção de sentido ou significação.

Rediscutindo as fronteiras entre a Semântica e a Pragmática, preocupa-se o autor com as posições de uma teoria da enunciação. Desse modo, ao construir uma semântica histórica da enunciação, faz releituras de estudiosos importantes, sempre atentando para o que seriam os limites do sentido na teoria de cada um.

Os diálogos apresentados com a Filosofia, a Lógica, a Filosofia da Linguagem, a Semiótica e com a Análise de Discurso foram centrais para a constituição de uma Semântica no Brasil e são eles responsáveis pela formulação de conceitos incontornáveis para o tratamento da significação, além de terem contribuído para a identificação de um conjunto de questões pertinentes à Semântica. Afirma Guimarães (1995, p. 7) que do seu “[...] ponto de vista, identificaram questões que me levaram ao

que tenho denominado Semântica Histórica da Enunciação”. Segundo ainda o autor, a Semântica do século XX vem tentando repor em seu objeto aspectos como o caráter histórico da língua com o que é exterior – o mundo, o sujeito, as relações entre os sujeitos.

A noção de sentido ou significação passa a ser considerada pela Semântica lingüística, uma vez que, para Guimarães (1993, p.70),

[...] a enunciação apresenta pontos importantes como o caráter de acontecimento e o de relação com a língua. Razão pela qual a enunciação se torna um acontecimento de linguagem, perpassado pelo interdiscurso, que se dá como espaço de memória no acontecimento. É um acontecimento que se dá porque a língua funciona ao ser afetada pelo interdiscurso.

Assim, a enunciação não se limita apenas à situação, visto que a semântica formulada pelo autor, em 2001, considera a questão da representação do sujeito na constituição do sentido, o que faz com que o seu estudo se configure no interior de uma Semântica da Enunciação.

Ao considerar a definição de Benveniste (1996) sobre enunciação, apropriação da língua pelo sujeito em que este pode dizer o que tem a dizer, Guimarães lembra que o conceito de enunciação, tal como formulado pelo estudioso, embora tenha sofrido duras críticas, instalou-se como o lugar onde se inicia boa parte das reflexões sobre linguagem. Esta reflexão considera o sujeito como aquele que se representa diversamente nos enunciados que são produzidos no evento da enunciação. É justamente este o lugar central para o nosso trabalho, pois nos permite verificar como Dante de Oliveira, enquanto ator político, se representa nos enunciados como veremos nas análises.

Naturalmente que os desdobramentos derivados de sua prática enunciativa deram origem a outras cenas enunciativas, também tomadas como lugares de análise.

Na tentativa de acompanhar o movimento de inclusão nos estudos enunciativos do que Saussure excluiu, Guimarães manifesta seu interesse pela Semântica argumentativa que toma a questão da argumentação, que será decisiva para nossas análises, como uma relação de sentidos na linguagem, como explicitaremos a seguir.

1.2 Argumentação

Na semântica argumentativa, as relações de argumentação não são tidas como absolutas, significando que um argumento não é prova para algo, mas a razão que é dada para que o interlocutor possa chegar a uma conclusão. Por esta via, Ducrot (1983) procura instituir uma semântica não informativa, não veritativa, introduzindo na língua fenômenos ligados à enunciação, que, anteriormente, eram ligados à fala. Pensa-se, então, na inclusão na língua, tal como Benveniste, das formas que marcam a enunciação. Esta posição se distingue da que está formulada pela retórica.

Para Bakhtin, a verdadeira realidade da linguagem não é o sistema abstrato de formas lingüísticas, mas o fato social de interação verbal que se cumpre em um ou mais enunciados. Tendo como objeto de suas considerações a fala, a linguagem como interação social se caracteriza pela sua relação dialógica, já que a palavra é o produto da relação recíproca entre falante e ouvinte, emissor e receptor. Cada palavra expressa

o um em relação com o outro. Assim, considera as diversas representações do sujeito na enunciação do enunciado.

A abordagem de Perelman (1977) foca a argumentação como busca da persuasão, tomando a relação locutor/alocutário como constitutiva da enunciação, uma vez que se firma na procura de procedimentos para persuadir o auditório. Perelman afirma que a argumentação não está a serviço da verdade, mas na constituição do conhecimento. Nesta perspectiva, persuadir não é sinônimo imediato de coerção e mentira. A busca da persuasão liga-se à presença de certas condições na enunciação, e defende a livre circulação de idéias, situação em que o emissor falando, quase impessoalmente, constrói sob a sutil forma de negação, uma afirmação cujo propósito é o de persuadir o auditório acerca de algo. O ato de persuadir procura atingir a vontade, o sentimento do auditório por meio de argumentos plausíveis.

Desse modo, a representação do alocutário constitui o próprio modo de argumentar. A argumentação, nessa formulação, não é vista como um acessório a serviço da transmissão da verdade, pois, segundo Perelman, a argumentação é parte constitutiva do conhecimento. Sua constatação decorre do fato de que o conhecimento se dá em virtude da evidência dos objetos e a linguagem é o instrumento para a representação no mundo.

Todavia, Guimarães (1995) considera a argumentação como questão lingüística em que o exercício da linguagem é visto como prática. A argumentação não é derivada de condições de verdade e não tem caráter lógico.

Vimos em Ducrot (1983) que as relações argumentativas não são absolutas, ou seja, um argumento não é prova para algo, mas a razão que é dada ao interlocutor

para uma conclusão, uma vez que há entre os argumentos uma relação de maior ou menor força para uma determinada conclusão. É o que Ducrot chama de escala argumentativa marcada na língua.

Por sua vez, em Orlandi (1990), encontramos a observação de que as condições de produção determinam a constituição do sentido da enunciação. Na concepção da autora, não há sentido que não tenha sido produzido em condições específicas, regrado por uma exterioridade histórico-social. Sendo, então, o sujeito, um lugar de significação historicamente constituído, ou seja, uma posição. No entanto, essa posição não é meramente física, pois se constitui enquanto lugar representado no discurso.

A argumentação, presente em diferentes perspectivas do estudo da linguagem, é regulada, segundo Orlandi (1988), por dois mecanismos de base: a antecipação e o esquecimento. Essas noções interessam à medida que “[...] desempenham um papel importante na articulação da linguagem com a ideologia e o político” (p. 34).

Em uma visão geral, pode-se dizer que argumentar é procurar não somente convencer ou persuadir, mas é também construir um certo modo de representação, visando a agir sobre um auditório ou público.

Para nós interessa colocar em evidência na situação de enunciação um certo número de fenômenos semânticos, apresentando as regularidades e variações que podem ser interpretadas como elementos sobre os quais se instalam as relações de força entre as práticas argumentativas, visto que a noção de relação de forças nos leva a considerar que o lugar a partir do qual o sujeito fala é constitutivo do seu dizer, em

decorrência da hierarquização presente na sociedade, o que faz com que essas relações se enraízem no poder social dos diferentes lugares que o sujeito pode ocupar, determinando o que pode ser dito, como pode ser dito e para quem pode ser dito determinada coisa.

1.3 Sobre a Análise de Discurso

Dada a interlocução entre o ponto de vista que aqui adoto e certos aspectos da análise de discurso, vou trazer para este espaço de trabalho alguns destes elementos, que, mesmo não diretamente mobilizados, ajudam a caracterizar um horizonte de reflexão.

No domínio da AD, Pêcheux (2002, p. 22) afirma que:

[...] uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais e históricas e o conteúdo seria um sentido homogêneo, um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização. Um espaço de desdobramentos, polêmicos e contra-discursos.

A memória, para Orlandi (2001, p.13), é entendida quando pensada em relação ao discurso com o interdiscurso, este definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que Orlandi chama memória discursiva, como sendo o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma de pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza, assim, dizeres que afetam o modo como cada sujeito significa em uma situação discursiva dada. Todos os sentidos já formulados por

alguém, em algum lugar, em outros momentos, mesmo muito distantes, têm um efeito sobre o conjunto de discursos que serão apresentados. Nesse sentido, Orlandi (2001, p. 30) teoriza:

Os dizeres não são, como dissemos, apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas (irá depender da situação) e questão de alguma forma presente no modo como se diz, deixando vestígios [...] pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção. Esses sentidos têm a ver, com o que é dito ali, mas também em outros lugares, assim como com o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi. Desse modo, as margens do dizer, do texto, também fazem parte dele.

Refletindo sobre a relação do discurso com a exterioridade ou com a situação de enunciação histórico-social, os sentidos são muitos. Isso significa dizer que, embora haja possibilidade de múltiplos sentidos, é importante destacar que, enquanto parte do funcionamento social geral, a linguagem é regulada, ou melhor, as situações de linguagem são reguladas por, formações ideológicas, pois não se diz o que se quer, em qualquer lugar, em qualquer situação, de qualquer maneira.

Para Orlandi (1999), o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico. São estas posições que fazem com que as palavras mudem de sentido, segundo as posições daqueles que as empregam, uma vez que seus sentidos advêm da relação com as formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem. Desse modo, “[...] uma palavra recebe seu sentido na relação com as outras da mesma formação discursiva e o sujeito falante aí se reconhece” (p.58). As formações ideológicas, segundo Pêcheux e

Fuchs (1990, p. 166), constituem “[...] conjunto complexo de atividades e de representações que não são nem “individuais” nem “universais”, mas se relacionam mais ou menos diretamente às posições de classes em conflito umas com as outras”.

1.3.1 O Sujeito e as condições de produção

O sujeito só se constitui e produz sentidos pelo funcionamento da língua, a qual, segundo Orlandi (2001), mantém uma relação intrínseca com a história. Para Foucault (2002, p. 107), “[...] o sujeito só pode existir quando ocupa sua posição no discurso, posição esta institucionalmente marcada na/pela história”. Pêcheux (1997, p. 161), após releitura dos trabalhos de Althusser, afirma que “[...] os indivíduos se reconhecem enquanto sujeitos quando interpelados em sujeitos de seu discurso a partir de FDs que apresentam na linguagem suas correspondentes formações ideológicas”.

A formação discursiva mostrada em Pêcheux (1997, p. 160) significa

[...] aquilo que, em uma dada formação ideológica, isto é, a partir de posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de lutas de classes, determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.).

Já a noção de interdiscurso, Pêcheux (1997, p.162) denomina como o *todo complexo como dominante* das formações discursivas, governado pela lei da “desigualdade-contradição-subordinação”, constituindo, deste modo, o complexo das formações ideológicas, ou seja, o interdiscurso cria a ilusão de uma autonomia do sujeito no discurso. E mais, é condição necessária para a interpretação do

intradiscurso, lembrando que este último é o lugar onde a forma-sujeito é levada a absorver-esquecer o interdiscurso.

No processo discursivo, “[...] o sujeito se constitui pelo esquecimento daquilo que o determina” (ibid., p.163). Assim, afetado pelo esquecimento nº 1, o sujeito acredita ser senhor absoluto do seu discurso e que este reflete o conhecimento objetivo que tem da realidade, o que significa uma mera ilusão, já que o sujeito não passa de posições ideológicas (ilusões) inseridas num jogo do processo sócio-histórico.

Sobre os esquecimentos de que fala Pêcheux, Orlandi (2006, p. 21) retrata que o esquecimento nº 1 relaciona-se ao fato de que o sujeito falante não pode estar fora da formação discursiva que o determina, uma vez que é constituído por esta. Esse esquecimento é responsável pela ilusão do sujeito acreditar ser a origem do que diz. É chamado de esquecimento ideológico, de natureza inconsciente e responsável tanto pela constituição do sujeito quanto do sentido.

Já o esquecimento nº 2 é da ordem da formulação, em que os diversos sentidos de um dizer são esquecidos pelo sujeito. “Esse esquecimento é chamado esquecimento enunciativo. Ele produz a impressão da realidade do pensamento, como se houvesse uma relação termo a termo entre o que digo, o que penso e a realidade a que me refiro” (ibid., p. 21).

Quanto ao sujeito descrito em Foucault, Rodrigues (2001, p. 99-100) ressalta que o sujeito das instituições históricas está inserido num espaço que o subjuga. No entanto, este mesmo espaço é atravessado por “falhas”, “transformações” etc, constituindo, desta forma, um sujeito não-passivo, uma vez que sorrateiramente ele “[...] age, subverte, corrói, destrói, modifica e transforma... nas mais diversas instâncias

institucionais”, provocando, assim, aberturas, possibilidades de construção de outros sujeitos, “os sujeitos da resistência às Instituições”, por exemplo.

Compreender esse sujeito histórico, tanto em Pêcheux quanto em Foucault, significa entender as condições de produção dos discursos que norteiam todo processo enunciativo.

As condições de produção do discurso, segundo Orlandi (1999, p. 39), compreendem fatores como a relação de sentidos, a antecipação e a relação de forças. A partir da relação de sentidos “[...] um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros [...]”, realizados, imaginados ou possíveis.

Pelo mecanismo da antecipação, verificam-se os efeitos de sentido produzidos pelo sujeito sobre seu interlocutor, de modo a dirigir o processo de argumentação. Sobre a relação de forças, observa-se “[...] que o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz [...]” (ibid.), legitimando a autoridade de seu discurso.

Assim, o que temos não são pessoas físicas, mas imagens que projetam as diferentes posições do sujeito, visto que “[...] as condições de produção implicam o que é material (a língua sujeita a equívoco e a historicidade), o que é institucional (a formação social, em sua ordem) e o mecanismo imaginário” (ibid., p. 40).

No jogo de imagens discursivas tem-se a figura do locutor, a posição do sujeito interlocutor, bem como a do objeto do discurso, mobilizando as seguintes formações imaginárias inscritas como:

Locutor – quem sou eu para lhe falar assim;

Sujeito interlocutor – quem é ele para me falar assim, ou para que eu lhe fale assim;
Objeto do discurso – do que estou falando, do que ele me fala (ibid., p. 40).

A complexidade desse jogo discursivo pode se revelar ainda mais quando interposta pela antecipação, processo em que se faz prever “[...] a imagem que o locutor faz da imagem que seu interlocutor faz dele, a imagem que o interlocutor faz da imagem que ele faz do objeto do discurso e assim por diante” (ibid., p. 40).

Essas condições de produção nos levam a afirmar que as escolhas de quem diz não são aleatórias e que as condições de produção do discurso não visam apenas ao estudo da forma de organização dos elementos que constituem o texto, mas, principalmente, as formas de instituição de seu sentido.

Assim, quando Pêcheux (1997) define discurso, considera que toda vez que produzimos um discurso o fazemos de um determinado lugar social, em que seus efeitos de sentido são efeitos enunciativos diferentes, já que os enunciadores ocupam lugares sociais diferentes. Para o autor, ao enunciarmos, acionamos uma ordem da língua – a regularidade dos elementos lingüísticos – e uma ordem histórica, responsável pela inscrição ideológica do sujeito, pela autorização do dizer no espaço discursivo, o qual é atravessado por princípios de controle e rarefação.

1.3.2 Ideologia

Para a AD, o sujeito se constitui na/ pela ideologia. Não podemos, então, deixar de considerar aqui como a ideologia é tratada nesta ciência. Pêcheux (1997, p.

92) considera que “[...] todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classe” e que, a língua é palco de diversas contradições ideológicas, todas elas decorrentes dessa relação.

Em Orlandi (1999, p. 45-50), a ideologia é vista como produtora de evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência. Trata-se de um mecanismo de naturalização daquilo que é produzido na relação do histórico e do simbólico, em que o gesto da interpretação, necessidade intrínseca do homem, é apagado, em que o sentido funciona como algo que sempre esteve evidente, ou seja, sempre presente.

Desse modo, na produção de um dizer, o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, de modo que esta é condição necessária tanto para a constituição do sujeito quanto dos sentidos, numa relação crucial entre linguagem e mundo, isto é, daquilo que é exterior.

A principal característica da ideologia reside na dissimulação de sua existência no interior de seu próprio funcionamento, em que “evidências” subjetivas são produzidas como forma de constituição do sujeito.

Assim, para que se produza sentido no dizer, a ideologia surge como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história, pois é a partir desse efeito ideológico que o sujeito se materializa em práticas discursivas diversas, significando e re-significando.

Como todas as evidências, inclusive aquelas que fazem com que uma palavra 'designa uma coisa' ou 'possua um significado' (portanto inclusas as evidências da 'transparência' da linguagem), a evidência de que vocês e eu somos sujeitos – e que isto não constitua um problema – é um efeito ideológico elementar (ALTHUSSER, 1985, p. 94).

Para Eagleton (1997), a ideologia é a amplitude de sentidos historicamente constituídos. Muitos sentidos ideológicos nascem nas instituições, caracterizados por processos políticos impessoais do que por estados subjetivos, regulamentando na sua onipotência discursiva os lugares sociais. A ideologia é, também, um lugar de luta política em que transformações, ou melhor, libertações ocorrem. É antes uma questão de “discurso” que de “linguagem”, permitindo ao poder uma atuação incisiva sobre determinadas enunciações sob as quais se inscreve. Pois como afirma o autor,

[...] o conceito de ideologia tem como objetivo revelar algo da relação entre uma enunciação e suas condições materiais de possibilidade, quando essas condições de possibilidade são vistas à luz de certas lutas de poder centrais para a reprodução (ou, para algumas teorias, a contestação) de toda uma forma da vida social (*idem*, p. 195).

É, então, a ideologia, materializada na língua numa relação com o interdiscurso, ou seja, esse já dito que constitui todo dizer.

1.4 Enunciação como Acontecimento

Para Guimarães (1987, p.17), a enunciação

[...] é tomada como um acontecimento histórico, ou seja, não no sentido da história cronológica, onde os fatos significam um acontecimento social determinado apenas no tempo, sendo, desse modo, um fato sempre único e irrepetível.

Ao contrário, é concebida no sentido de que a história é constitutiva do presente de uma enunciação e sua significação é determinada pelas condições sociais de existência. O acontecimento da enunciação constitui a sua temporalidade.

Para Guimarães (2002), a significação é produzida pelo acontecimento de linguagem.

Nesta medida o sentido dos enunciados, em Guimarães (2001), é visto do lugar de uma teoria da enunciação que busca tratar o sentido na organização textual. Inclui-se, em seu estudo, o fato de que os sentidos de um recorte enunciativo são efeitos representados no enunciado por sua própria enunciação. E nisto se inclui a orientação argumentativa e a representação do sujeito da enunciação, na cena enunciativa.

Lembrar um acontecimento ou um saber não é forçosamente mobilizar e fazer jogar uma memória social. Há necessidade de que o acontecimento lembrado reencontre sua vivacidade e, sobretudo, é preciso que seja reconstruído a partir de dados e noções comuns aos diferentes membros da comunidade social.

Para fazer nossa análise, vamos considerar o que Guimarães (2002) chama de cena enunciativa. A cena enunciativa é um espaço de distribuição de papéis enunciativos como locutor e enunciadador.

A posição de Guimarães (2002) considera na cena enunciativa aquele que fala e aquele para quem se fala, em que os ocupantes da cena enunciativa configuram o agenciamento enunciativo. Não se lida aqui, então, com a categorização “das pessoas”, mas com configuração do agenciamento enunciativo.

Ao tratar da distribuição de papéis na cena enunciativa considera-se a temporalidade como algo específico do acontecimento. Assim, para o autor, o Locutor (com letra maiúscula) é aquele que se representa como aquele que está no lugar que enuncia. Distinguindo o Locutor (L) do locutor (l), considera que o Locutor “[...] só pode falar enquanto predicado por um lugar social” (p.24), e, este lugar social do locutor (com minúscula), que é chamado de locutor-x, significa o espaço da variabilidade em que a representação é marcada pela legitimação de um cargo ou função (locutor presidente, governador, professor, etc.). Deste modo, notamos que: “[...] no acontecimento de enunciação há uma disparidade constitutiva do Locutor e do locutor-x, uma disparidade entre o presente do Locutor e a temporalidade do acontecimento” (p.24). Neste quadro fica evidente que o trabalho de Guimarães busca a compreensão de como os sentidos se constituem. Considera-se, ainda, um lugar de dizer: uma perspectiva da qual se fala, como se não se falasse de um lugar social. É o que é chamado de enunciador. Considera-se que o enunciador pode representar-se como individual (fala-se do lugar do indivíduo), como genérico (fala-se do lugar de uma voz genérica que se representa como sabida de todos, é uma voz como a que podemos encontrar em ditos populares, por exemplo), como coletivo (fala-se como falando junto com um “um grupo” específico, um nós no qual o locutor se representa incluído), como universal (fala-se representado o dizer como verdadeiro para todos e em qualquer situação).

1.5 O Domínio Semântico de Determinação

Para a análise do sentido de palavras decisivas para o nosso trabalho, vamos nos valer de uma noção que a Semântica do Acontecimento tem usado no estudo da designação: O Domínio Semântico da Determinação.

É com esta que procuramos estabelecer o que *diretas* e *Diretas Já* designam, a partir dos recortes enunciativos que tomamos dos textos de Dante de Oliveira. De acordo com Guimarães (ibid., p. 10),

[...] a designação é o que se poderia chamar de significação de um nome, mas não enquanto algo abstrato. Seria a significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação histórica.

Importa, então, compreender o que possa designar um nome, bem como o modo como se dão suas relações com outras palavras. Saliemos que não tomamos, porém, a palavra na sua forma etimológica, pois a nossa reflexão se dá no interior de uma Semântica da Enunciação que toma a palavra pela enunciação em que o enunciado é a unidade linguística de análise. Nesta perspectiva, a palavra é tomada, como já apontado acima, pelas relações que suas enunciações constroem entre as palavras. A relação que uma palavra mantém com outras, por sua enunciação, é o que se chama Domínio Semântico de Determinação.

Para produzir uma análise condizente com o modelo anunciado, vamos nos valer dos procedimentos de reescrituração e articulação foram pontuais. Por reescrituração entende-se

[...] o procedimento pelo qual a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito fazendo interpretar uma forma diferente de si. Este procedimento, atribui(predica) algo ao reescriturado (GUIMARÃES, 2002, p.6).

Num texto, por exemplo, um nome como *professor* pode ser substituído, mais adiante, por *especialista*, Considera-se isto uma reescrituração por substituição. E em virtude disso, considera-se que há uma relação de sentido entre professor e especialista. Esta relação é tomada como uma relação na qual especialista determina professor.

Quanto ao procedimento de articulação, este diz respeito ao "[...] como o funcionamento de certas formas afetam outras que elas não redizem". (ibid., p.8). É o caso, por exemplo, da relação de predicção num enunciado. Em 'O menino ganhou um carrinho', há uma articulação entre 'o menino' e 'ganhou um carrinho'. Da mesma maneira considera-se que a relação entre 'hoje não vai chover' e 'vamos, portanto, sair' é uma relação de articulação. Deste modo, as relações de orientação argumentativa são relações de articulação.

Do ponto de vista apresentado, e no qual nos situamos, um trabalho semântico deve tratar da significação linguística de modo a mostrar: "[...] como ela se 'reporta a', 'se relaciona a', 'diz de' alguma coisa" (ibid., p.1).

Por este conjunto de informações, consideramos então, que a significação é resultante da produção enunciativa no acontecimento da enunciação.

CAPÍTULO II

2 Conjuntura Política

Foi falando em redemocratização do país, democracia e direitos do povo que Dante de Oliveira foi formulando seus discursos de modo a inscrever-se em um cenário político conflituoso, dado o regime militar que dirigia o Brasil.

A maneira como Dante de Oliveira observava a conjuntura política brasileira em 1983 foi decisiva para a forma como ele passaria a construir uma proposta de Emenda Constitucional e seus discursos posteriores.

É pensando na análise de uma dada conjuntura que desenvolvemos aqui duas noções pontuais do trabalho de Zancarini e Fournel (2002), “a oportunidade e a chance”. Deste modo, a maneira como nos debruçamos sobre os discursos da época é também uma forma de insistir sobre certas noções que travaram a batalha da ruptura, para um momento que se caracterizou por agregações institucionais e realizou o movimento que se denominou *Diretas Já*.

É na riqueza dos discursos produzidos que se compreende melhor este período. Para falar das noções de *chance e oportunidade*, retomamos parte da biografia de Dante de Oliveira, que em 1982, filiado ao PMDB, torna-se deputado federal pelo Estado de Mato Grosso, aos 32 anos de idade. Estando no exercício de representante do povo e dada a conjuntura, ele, pelo modo de dizer sobre a Emenda PEC/5, catalisa então um momento e cria a chance e a oportunidade ao analisar uma conjuntura e dela

extrair aspectos que tornam possíveis sua intervenção que coloca em movimento um grande acontecimento, a propositura para o fim da Ditadura no Brasil. Dito de outro modo, é olhando para a qualidade de um tempo (conjuntura), para um lugar, o Brasil e para si mesmo, enquanto ator político, que Dante de Oliveira é tomado pela oportunidade de um grande acontecimento. A conjuntura é assim determinante para se fazer uma leitura das características que constituíram uma época histórica.

Assim, acreditamos e procuraremos mostrar em nossas análises que ter em conta um momento histórico dado, em que pesava a ditadura militar declinante, é um jeito particular de dirigir-se para as questões que determinariam um agir político, que de certa maneira contribuíra para a transformação do modo de agir de outros atores políticos, além da transformação de um pensamento político. As reflexões se dão sobre um período efervescente da política brasileira e sobre um jeito de governar. Os jogos políticos em uma situação concreta se localizam entre as aspirações e a razão das coisas, estabelecendo relações de força. Nesta situação concreta, o ator político busca compreender uma conjuntura pela necessidade de resolver certas questões criando outras. É a transformação de um tempo.

O movimento de massas *Diretas Já*, que nasceu em pleno regime militar, promoveu mudanças importantes no cenário político e na sociedade em geral. Por essa razão nos obrigamos a falar desse acontecimento, suas conseqüências e, mais especificamente, tratarmos das razões que levaram Dante de Oliveira a vislumbrar a necessidade de instalação de um movimento pela redemocratização do Brasil. É pela evolução e repetição de certas palavras em um texto que podemos analisar a compreensão de Dante de Oliveira sobre uma conjuntura e falar ainda de sua postura

intelectual e ética, mobilizando, para tanto, o quadro teórico no qual nos inscrevemos, o da Semântica da Enunciação.

Não se pode falar apenas das características que marcaram um período histórico, nem das estratégias políticas que definiram um modo de agir político. É preciso mesmo tratar das aspirações políticas que são compreendidas na e pela linguagem empregada. O vocabulário empregado produz efeitos que inscreve o ator político num lugar de enunciação e representação singular, marcando sua diferença em relação àqueles que não pertencem ao mesmo grupo ideológico. Por este prisma é que se pode dizer que o conjunto de enunciações que compõem um discurso é também o lugar que instala uma prática política, ou seja, a representação de um ator político passa pela sua prática.

Por um estudo semântico do discurso político, pode-se afirmar que o discurso político em geral reúne grandes características da vida social de uma nação, e é pela língua que idéias políticas e ideológicas são construídas e espacializadas.

O discurso político seria, então, o canal para convencer os homens do valor de justiça de certas idéias políticas, levando-os, em consequência, a agirem de tal modo.

2.1 Dante: um homem, um tempo, muitas histórias

A participação de Dante na vida política do Brasil ganhou destaque em 1983, quando eleito deputado federal por Mato Grosso, aos 32 anos, filiado ao PMDB, apresenta ao Congresso Nacional a Emenda Constitucional Pec/ número 5 que propõe

voto direto para a Presidência da República. O objetivo maior da proposta era o de romper com quase duas décadas de cerceamento da democracia imposto pela ditadura.

É a partir deste ponto que iniciamos reflexões mais específicas sobre a participação na vida nacional de Dante de Oliveira enquanto ator político. Apresentamos, brevemente, o acontecimento que compõe o início de sua notoriedade na vida pública e, posteriormente, damos seguimento às descrições, considerando um conjunto de enunciados como unidades de análise linguística, em que as palavras são significadas pelas suas relações umas com as outras.

Tomamos aqui o período que se denominou *Diretas Já* (anos de 1983 e meados de 1984), momento de grande efervescência no Brasil, quando a Emenda Constitucional PEC N5/83, proposta por Dante de Oliveira, objetiva o fim da Ditadura e a redemocratização do Brasil, através de voto direto para Presidente da República.

Para sustentação de nossas leituras sobre "o fazer político", buscamos uma tecitura entre reflexões teóricas e situação política concreta; desejos e aspirações e a razão dos acontecimentos que caracterizaram o período denominado *Diretas Já*.

A fundamentação de nossa leitura sobre aquilo que produziu Dante repousa sobre a construção de um quadro de referências sobre um período histórico, 1983 e meados de 1984, e um lugar: a nação/o Brasil. Podemos pensar que o momento é caracterizado não só pela ausência da democracia, mas pela presença da luta para conquistá-la. Assim, na busca pelo retorno da democracia de plena liberdade política e social, pretende-se a eleição direta que buscava para o Brasil um Presidente da República, de forte caráter popular, eleito soberanamente.

Os fatos considerados por Dante de Oliveira, enquanto ator político, são razão de destaque de um momento e um lugar, possibilitando-nos reunir dados para ir compreendendo como se constituiu um jogo enunciativo de sentidos, lugar de sua representação.

A historicização dos discursos por sua inserção em uma conjuntura histórica e política, torna-se imprescindível para a compreensão das análises. Assim é que lemos os discursos, buscando ver como se foi construindo uma prática política que constituiu Dante como ator político. Dito de outro modo, é a prática que constitui o ator político.

Iniciando, então, a tarefa de pensar sobre a forma de reconstituição de percursos individuais, políticos, intelectuais e éticos em função de um momento histórico, onde o sujeito político mostra características deste período e suas aspirações políticas, observamos que é no funcionamento da língua que estas questões ficam evidentes, mas não transparentes. O modo de emprego, os termos que entram em funcionamento são determinantes para realizar uma interpretação sobre a razão da "qualidade do tempo", bem como dos jogos que se quer determinar. Há muito o que se considerar a partir da sintaxe, do modo de argumentar, de designar, de enunciar em geral. Segundo Zancarini e Fournel (2002),

[...] l'usage terminologique ne peut être dissocié des analyses politiques ou historiques qui donnent sens à l'écriture; il faut considérer les discours où est perpétuellement à l'œuvre une dialectique des noms et des choses (p.8).

Com a clareza de que os sentidos e a força que emanam de um texto vêm de sua inserção em um momento histórico-político, os textos e ou discursos fazem compreender um agir e um fazer agir no domínio da política.

Falar da trajetória de Dante de Oliveira, coloca-nos como obrigação falar de um Brasil antes e pós ditadura, onde a relação entre governantes e governados é estabelecida em moldes de conflitos distintos. Pode-se dizer que para o Brasil da ditadura o conflito se dava pelo silenciamento dos representados, pela ausência da democracia e pelo dever da obediência sem direito de defesa. Já no Brasil sem ditadura o conflito é estabelecido pelo direito de escolha de seu representante, pela disputa entre candidatos livres e pela divisão da opinião pública em determinar a qualidade dos escolhidos.

É na aspiração de um Brasil sem ditadura que Dante de Oliveira ganha novas projeções. E é também nesse Brasil sem ditadura que muitos dos aliados que lutaram pelo sucesso da emenda Dante e pela redemocratização do Brasil, tornam-se opositores. Em tempos de democracia e liberdade de expressão, aliados do passado se colocam em espaços de disputas diferentes. O argumento que rege o interesse de uns não agrega os interesses de outros. A exemplo, Fernando Henrique Cardoso, Luis Inácio Lula da Silva. Agora a democracia é marcada pela disputa entre aqueles que no passado lutaram para conquistá-la, só que os argumentos e interesses filiam-se a outros lugares, mas não os discutiremos aqui .

A visão de Dante de Oliveira na sua trajetória política, a natureza de seus objetivos em seus projetos são marcas de um agir político observáveis em um conjunto de textos e que nos mostram sua consciência sobre uma época histórica. Dito de outro modo, há uma presentificação, em seus discursos, da força do povo enquanto pressão social, bem como do engrandecimento da Nação brasileira enquanto bases que

sustentam suas argumentações, em favor da aprovação da Proposta de Emenda Constitucional que poria fim ao regime militar.

Não nos valem, em nossas análises, de uma cronologia fixa. Por vezes cruzamos dados como demonstração de um pensar e de um agir político que constitui nosso personagem como ator político. Naturalmente, isso nos coloca na observação, sobre o modo de justificação dos argumentos que compõem os discursos em análise, bem como os debates que os mesmos reclamam, o que reforça a tese de um modo particular de agir e sobre uma concepção de política e de história

CAPÍTULO III

3 Do Estudo

Neste capítulo, estabelecemos um diálogo sempre que necessário, com alguns estudiosos apontados em nossa reflexão teórica, a fim de melhor compreendermos e sustentarmos nossas análises. Autores como Guimarães, Zancarini, Fournel, Orlandi, Dockès e Di Renzo, estão entre os que consideram os efeitos de sentidos que se estabelecem na prática discursiva, bem como avaliam procedimentos de natureza lingüística e/ou histórico-ideológico que atravessam as práticas sociais.

Brevemente faremos uma reapresentação da Proposta de Emenda Constitucional, PEC/5, bem como do ator político Dante de Oliveira, para que os nossos leitores possam melhor acompanhar os procedimentos de análises.

3.1 O Autor e a Emenda: localização

A Proposta de Emenda Constitucional Pec/5/1983, que tinha como teor principal o restabelecimento de eleições diretas para Presidente da República, passou aos registros da história do Brasil como Emenda Dante de Oliveira, por ser este um jeito

de nomear as leis e/ou proposições no Congresso Nacional. Observa-se, porém, que o movimento da prática de Dante de Oliveira, ao propor uma emenda, naquela conjuntura política, registrou o seu nome nos arquivos de um período marcante para o povo brasileiro dada a dimensão política alcançada em diferentes setores da sociedade brasileira. Os inúmeros registros sobre o período que desencadeou o maior movimento de massas do Brasil e que passam pelo texto da emenda, textos jornalísticos, músicas, poesias, charges, panfletos, etc estão à disposição dos interessados.

Nascido em Cuiabá, capital de Mato Grosso, a vida de Dante de Oliveira, então deputado federal (PMDB- MT), aos 32 anos, sempre foi cercada pelos caminhos da política, tendo em seu pai um exemplo de militância pacífica que foi ganhando desenvoltura nos movimentos estudantis. Mas sua projeção política nasce mesmo a partir da visibilidade que ganhou a sua Proposta de Emenda Constitucional, vindo então a ser: duas vezes prefeito da capital de Mato Grosso - Cuiabá, Ministro do governo brasileiro, duas vezes governador de Mato Grosso, além de ocupar presidências e vice-presidências de partidos políticos, no âmbito nacional e estadual.

Seu último feito fora da política e, antes da sua morte, foi em 2004, com o lançamento pela Editora Record da obra: *Diretas Já: 15 meses que abalaram a ditadura*, de sua autoria em parceria com o ex-deputado federal da Bahia, Domingues Leonelli. A obra é considerada por muitos jornalistas como um diário, por pontuar mês a mês a trajetória da Campanha *Diretas Já*. Começa em janeiro de 1983 e se encerra em abril de 1984.

Após o ato legítimo de apresentação da Emenda, acima descrita, Dante passa a constituir outros acontecimentos, dentro e fora do Congresso Nacional, mas

todos eles resultantes de sua prática na propositura do retorno à democracia. É pela sua ação pró-democracia, enquanto prática social, que ganha visibilidade e propicia a outros atores políticos, já experientes, a ocupação de posições de destaque no Movimento Pró-diretas, a exemplo, alguns passam até a ser renomeados, como é o caso do Senhor das Diretas: Ulisses Guimarães; o Menestrel das Alagoas: Teotônio Vilela. Há, assim, a passagem de um acontecimento a outros.

No primeiro, Dante de Oliveira, enquanto ator político, fala de um lugar institucionalizado e para este lugar; já no segundo, o deputado se mistura a tantos outros atores políticos, detentores ou não de um cargo político oficial. O lugar de confronto não se restringe ao Congresso, pois é das ruas que vem a força que fez o Movimento das *Diretas Já* ganhar visibilidade dentro e fora do Brasil.

O fato de políticos experientes assumirem posições de destaque, no Movimento das *Diretas Já*, reforça e legitima a Proposta de Dante, pois entra em funcionamento a política da experiência, derivando daí os eventos históricos que colocaram o povo nas ruas e se transformaram em memória. Assim é que os discursos destes experientes atores políticos são vistos como a representação de sua prática ou aquilo que passa mais próximo dela.

A noção de representação possui uma enorme complexidade e é objeto de debate em diferentes disciplinas, em acordo com seus objetos e interesses. No entanto, importa-nos aquelas desenvolvidas por Guimarães (1987) na teoria da enunciação, em que o sujeito é visto como aquele que se representa diversamente nos enunciados que são produzidos pela enunciação, e, aquela que é pontuada por Dockès (2005, p.168) que diz que a noção da representação é tomada na teoria do direito

como: “[...] Le mot représentation n’est pas neutre, il est une justification, une légitimation du pouvoir reconnu au représentant”. Deste modo, quando um representante enuncia ele o faz para evidenciar sua prática aos representados. É por estes gestos que marca o tipo de sua representação e cria efeitos.

De modo geral, a noção de representação posta pelos autores se aproxima, quando se observa a não neutralidade da palavra que cria um aporte de legitimação do poder dado ao representante pelo representado. Em nome dessa legitimação é que Dante de Oliveira observou um presente e rememorou um passado, inscrevendo em sua proposta de emenda constitucional a tradição constitucional brasileira que legitimava a democracia pelo direito de escolha. Assumindo o lugar de porta-voz da nação brasileira argumenta inúmeras vezes que satisfazer a vontade do povo que constitui a nação brasileira é a única maneira de se ter um mandatário com poderes para mudar o rumo da nação, tirando-a do caos instalado pela ditadura militar. De certo modo, a tradição constitucional lembrada chega acompanhada dos direitos do povo em escolher seu representante maior, o Presidente da República, por meio de um processo democrático, portanto legítimo.

Por este viés, a mobilização do conceito de representação ganha peso pelo fato do discurso instalar um lugar de conflito, em que o sujeito político se representa diversamente, mas também é representado. O ator político não é assim totalmente livre, pois a representação passa pelo lugar em que ele entra em atuação, ou seja, pela sua prática política. A representação do ponto de vista político e jurídico pode ser entendida como uma justificativa do poder.

3.2 O Teor da Emenda PEC/5: uma argumentação sobre a legitimidade

No conjunto do que propomos realizar é preciso mostrar como o dizer de Dante de Oliveira, ao enunciar eleições diretas, ao longo do texto elaborado para apresentação da Pec/5/1983, constitui um modo de significação que diz respeito aos acontecimentos conjunturais. É por este lugar que Zancarinni e Fournel (2002) lembram que a *qualidade do tempo* (conjuntura histórica) propicia a qualidade dos homens. Neste caso podemos dizer que Dante de Oliveira ao enunciar “eleições diretas”, o faz afetado por uma historicidade que é constitutiva do seu dizer. Zancarini e Fournel (2002, p.10) afirmam que numa conjuntura, “[...] l’ensemble des caractéristiques et des enjeux qui définissent une époque historique, se nomme, dans la langue, la qualité des temps”.

O exposto acima nos leva a refletir sobre as razões que levaram Dante de Oliveira a pensar nas necessidades pertinentes a uma conjuntura e a elas fazer frente, de modo que suas aspirações, os desejos do povo e as razões das coisas se estabelecessem pelo contraste das relações de força.

Foi analisando uma conjuntura que Dante de Oliveira agregou-se a outras forças para a instalação de um acontecimento, a redemocratização do Brasil, em que se pesava a noção do que era *bom* e do que era *ruim*, para a nação brasileira. Sua análise conjuntural servia assim aos seus objetivos de ator político.

Por este agir político, bastante particular, Dante de Oliveira se inscreve em uma trajetória individual, política, intelectual e ética em que suas ações são baseadas nas características de um período histórico. Dito de outro modo, ao se considerarem as

características que marcavam aquela conjuntura, Dante levou em conta as suas próprias aspirações políticas.

A marca do fazer de um ator político, em uma conjuntura específica, é, então, lugar de interpretações, em função da qualidade do tempo e dos jogos que são determinados pelos atores políticos, importando, pois, colocar em evidência, o que significa agir diferentemente daqueles que o antecederam. Assim, este agir diferente tem inscrições na língua e é marcado pelo emprego de terminologias que podem ser descritas, a partir do modo de enunciação e escrita. Afirma Zancarini (2002, p. 12) que “[...] le sens et la force viennent justement de leur insertion dans um moment historique donné et du fait qu’il s’agit de textes visant comprendre, pour agir, et faire agir”.

Há, então, uma língua política em funcionamento, sendo que o acontecimento pela redemocratização do Brasil é então designado e referido por *Diretas Já*. E é por este acontecimento que o ator político Dante se coloca, ora como representante do povo, ora como parte desse povo. Sua posição é marcada como personagem histórico que ao ser inserido em um acontecimento passa também a nomeá-lo.

Ressalta-se aqui que a posição de Dante de Oliveira é também marcada por outros acontecimentos e desdobramentos deste acontecimento maior, aqueles que colocam os artistas, as instituições e o povo em geral nas ruas de todo Brasil. É no espaço das ruas que outros acontecimentos tomam forma, nos palanques pelos inúmeros discursos quer de artistas, quer de políticos e, em terra firme, com a massa do povo que forma a multidão que canta inúmeras canções que simbolizam as aspirações de retorno à democracia. No entanto, há que se observar que estes acontecimentos,

bem como seus desdobramentos foram as formas de resistência das quais o povo lançou mão para se posicionar contra o regime militar vigente. Afinal, não caberia a construção de um movimento de massa armado contra todo um aparato do governo militar. A abertura lenta e gradual do processo de transição da ditadura para a redemocratização é resultado de desgastes sofridos pela administração militar ao longo de sua trajetória. Os discursos de grandeza que marcaram a instalação da ditadura militar cedem espaço, a partir dos anos 70, a taxas de juros flutuantes, pela adoção do sistema financeiro internacional e, põe fim ao que não passou de ilusão. Assim, os anos 80 iniciam imbricados em queima das reservas em divisas, mergulhando o país em recessão, o que leva à decretação de moratória da dívida externa e a submissão ao Fundo Monetário Internacional em 1982. É neste mesmo ano, em um quadro de oscilações financeiras, que “[...] 59 milhões de eleitores foram chamados a participar da primeira disputa multipartidária em vinte anos e compareceram com um índice de abstenção de apenas 17,3 por cento. Resultaram em onze governadores do PMDB e um do PDT” (MARINI, 2006, p.6).

É pela premência de uma conjuntura específica que se coloca um modo de fazer política em que pesa o valor da democracia. Democracia esta que é reivindicada pelo sentimento de uma necessidade que busca a reinstalação de direitos por meio do voto direto. Invocada como um talismã a democracia tem sido bandeira de inúmeros partidos em muitas partes do mundo. Segundo Cosson (2005, p.5), “[...] c’est le drapeau de toutes lês esperances, de toutes lês ambitions sociales de l’humanité, purês ou impures, nobles ou basses, sensées ou insensées, possibles ou chimériques”. O autor diz em suas reflexões que não vivemos apenas a democracia, mas, enquanto

cidadãos, damos-lhe vida a cada instante na aceitação coletiva de uma história que reivindica de cada um o engajamento de sua vontade. A presente reflexão pode ser uma grande razão para se compreender os grandes movimentos de massa ocorridos, contexto em que cada um exerceu uma liberdade democrática, revendo e propondo mudanças. Enfim, seria a democracia a prática de cada um legitimada pela liberdade.

Em se tratando das *Diretas Já*, a busca da democracia é percebida em um conjunto de acontecimentos outros, em que muitas músicas e discursos funcionam como vozes ressoantes sobre um passado visto democrático. Deste modo, diríamos que as músicas instalam um outro lugar de pertencimento da nação brasileira, o de nação livre e soberana. Por este prisma é que dizemos que há na organização textual da Proposta da Emenda Constitucional um conjunto de argumentos que possibilita dizer como Dante de Oliveira chegou à conclusão de que as Diretas eram necessárias.

Após esta breve reflexão, nós partimos, então, da Proposta de Emenda Constitucional/5/1983, em que Dante de Oliveira, deputado federal por Mato Grosso, estrutura sua enunciação a partir da análise que faz da conjuntura política, econômica e social do Brasil. Conhecida por sua propositura simples e objetiva a PEC/5 é inscrita em 2 de março de 1983, assinada por 176 deputados e 23 senadores, lembrando aos congressistas a necessidade de resgatar o direito constitucional e o respeito às aspirações do povo brasileiro.

A partir do conceito de oportunidade e chance tal qual desenvolvido em Zancarini, observamos que é pela visão política do sujeito histórico da *boa chance e oportunidade* que Dante de Oliveira se coloca em cenas enunciativas, tornando-se o

enunciador que apresenta alguns aspectos que esclarecem o nascimento da PEC/5, que a nosso ver é oriundo de um estado de urgência: Vejamos:

R 01 - Durante a campanha, me chamava a atenção que, nos debates nas universidades, nos bairros e mesmo em comícios e grandes eventos, a resposta da população era muito forte quando se falava em elegermos o presidente da República. Aquilo me marcava, era algo que tocava as pessoas (DANTE, 2004, p. 78).

A opinião pública manifestada em diversas ocasiões é levada em consideração por Dante de Oliveira enquanto locutor político, esta razão o move a escrever a Emenda PEC/5. A opinião pública seria então um argumento provocador e mobilizador de sua ação, pesando, para isso, não uma opinião individual, mas a reunião de uma confrontação pública de opiniões. Podemos aqui inferir que a reflexão feita sobre um momento específico e os debates que se instauraram contribuíram para o chamamento e a instalação de uma nova ordem social brasileira: a redemocratização do país.

Uma vez eleito, Dante decide apresentar um projeto e, antes mesmo de tomar posse, verifica e constata a não inscrição de nenhuma proposta sobre o tema, “[...] Antes de iniciar a Legislatura, eu já estava colhendo as assinaturas, em janeiro e fevereiro” (op.cit.). Narra que na abertura dos trabalhos ficou próximo ao microfone, pois estava ansioso e queria ser o primeiro a apresentar a proposta.

A apresentação da emenda por Dante de Oliveira é o marco inicial dos efeitos de sua prática, derivando daí muitas ações que agregaram muitas vozes e

muitas outras práticas. Comparado a um “mosquito elétrico” vai ficando conhecido entre os políticos do país.

Deste modo, o texto aqui analisado é um documento que integra um capítulo do livro: *Diretas Já: 15 meses que abalaram a ditadura* cujos autores são o próprio autor das “Diretas”, Dante de Oliveira, e o ex-deputado da Bahia, Domingos Leonelli. O livro é considerado um diário, pois nele os autores narram dia após dia os 15 meses de luta pela aprovação da Proposta de Emenda das Diretas. É dividido em diversos capítulos em que os mesmos são nomeados de acordo com os meses em que os fatos ocorreram, desde “Janeiro 83” a “Abril 84”. O texto analisado é parte do capítulo “Março 83”, em que pela forma como são expostos os subtítulos trata-se dos primeiros movimentos apresentados em relação à Proposta de Emenda Constitucional Nº. 5.

A página anterior à do texto analisado apresenta um depoimento de Dante de Oliveira, no qual esse autor relata o momento em que foi eleito; seu interesse em relação aos projetos que tramitavam no Congresso naquele momento, antes mesmo de ser empossado e a apresentação da Proposta de Emenda Constitucional Nº. 5 que se tornou “Emenda Dante de Oliveira”, posteriormente projeto das “Eleições Diretas” e conhecido popularmente como *Diretas Já*. Conforme o autor, a PEC Nº. 5 “Dispõe sobre a eleição direta para Presidente e Vice-Presidente da República” (DANTE, 2004, p. 79). São apresentados os artigos que compõem a “Emenda ao Texto Constitucional”.

A cena enunciativa que é, segundo Guimarães, (2005, p.23), “[...] um espaço...de distribuição dos lugares de enunciação no acontecimento” apresenta, então, neste acontecimento, que não só o capítulo observado, como todo o livro em questão, trata diretamente de questões referentes à Emenda Constitucional Nº. 5, que

aparece reescriturada desde o seu título por *Diretas Já*, ou seja, pela forma como a emenda se torna popularmente conhecida. Há, nesse texto, um Locutor (marcado pelo pronome na primeira pessoa, em alguns momentos no singular – eu -, em outros no plural – nós) e um locutor-político dizendo de si mesmo e da sua “Proposta Constitucional”.

A análise é desenvolvida considerando o texto apresentado na página seguinte a este depoimento, página 80, que apresenta a “Justificação”² à apresentação da Emenda, ou seja, trata-se de um texto argumentativo em favor da Proposta de Emenda Constitucional Nº. 5 ou PEC Nº. 5. Todo o texto é, então, uma forma de reescrituração e argumentação ao que Emenda Constitucional diz. O texto tem continuidade na página 81 e apresenta na seqüência nomes de Deputados e Senadores.

As considerações anteriormente apresentadas sugerem, abrem espaço a outras questões, a partir das quais será possível observar os sentidos das expressões lingüísticas e, desse modo, compreender as relações de sentido entre as questões destacadas e a expressão “Eleições Diretas”, compreendendo, dessa maneira, sua *designação* pelas relações de sentido e o lugar de constituição/representação do sujeito político.

Se a propositura de abertura da emenda faz-nos conhecedores dos movimentos obrigatórios dos artigos e incisos a serem substituídos na Constituição Federal, para que se pudessem resgatar as eleições diretas para Presidente, é na justificação da mesma que o locutor político se representa diversamente, ora falando

² Esse é o título do texto analisado.

por si, pelos aliados e pelo povo, ora pontuando que o lugar de inscrição de um Presidente eleito pelo voto direto é de valor inestimável.

Com o verbo *apresentar* na primeira pessoa do plural, marca sua justificação como um lugar de muitas vozes e representações. É o que podemos verificar em algumas passagens:

R2 - Apresentamos esta Emenda com o intuito de restabelecer a eleição direta do Presidente e Vice-Presidente da República [...]; Desde a primeira Constituição republicana a eleição direta do primeiro mandatário da Nação foi um postulado que se integrou na vida política do País. E os maiores presidentes que o Brasil já teve vieram, todos eles, ungidos pelo consenso popular [...]; [...] este passa a ser o mais alto representante desse povo, que não somente o escolheu, mas apoiou suas idéias, seu programa, suas metas [...]; [...] Ao submetermos esta Proposta ao exame do Congresso Nacional, estamos certos de sermos porta vozes do anseio da Nação, da imensa maioria do nosso povo, que, há muito, acalenta esta aspiração, está mais forte agora, após ter ressuscitado politicamente, com a última eleição direta para governador (DANTE, 9/3/1983, p. 296).

Vê-se que a proposta se apresenta como nascendo do interesse de uma coletividade (povo), e os atores políticos são os porta-vozes, enunciadores dessas aspirações do povo. É uma enunciação que apresenta, deste modo, um enunciador-coletivo-povo. É este também o guardião da legalidade, pois é com base no legado constitucional que se projeta um lócus de modificação e inserção da vontade popular. O jurídico instala, então, o espaço constituidor de uma nova ordem em que representantes e representados se inscrevem. O locutor político fala do lugar do povo. Nesta nova ordem o mandatário da nação deve surgir “abençoado” pelo povo, tal qual era antes da ditadura e como se verifica na passagem, “[...] e os maiores presidentes que o Brasil já teve, vieram, todos eles, ungidos pelo consenso popular [...]”.

O representante maior da nação não pode surgir sem o interesse dos representados.

Pelo termo *ungidos* a enunciação inscreve o locutor político no espaço do representado e por ele reivindica um lugar de inserção de suas vontades. O locutor ao se instalar em um lugar jurídico o faz para enunciar o valor da Constituição enquanto lei a ser seguida por todos. É no exercício entre o político e o jurídico que sua ação enunciativa ganha destaque. Se de um lado, enuncia o político que defende as aspirações populares, de outro lado, este mesmo sujeito político se reveste de condições jurídicas para pôr em funcionamento a língua que deságua em efeitos na sua proposta.

Na seqüência acima, temos então:

1) a afirmação própria de um representante juridicamente legítimo:

Apresentamos esta Emenda com o intuito de restabelecer a eleição direta do Presidente e Vice-Presidente da República [...]

Por outro lado, como veremos a seguir:

2) uma sustentação das razões para este gesto político. É uma argumentação que contém os argumentos:

a) [...] Desde a primeira Constituição republicana a eleição direta do primeiro mandatário da Nação foi um postulado que se integrou na vida política do País.

b) E os maiores presidentes que o Brasil já teve vieram, todos eles, ungidos pelo consenso popular [...]

- c) [...] este passa a ser o mais alto representante desse povo, que não somente o escolheu,
- d) mas apoiou suas idéias, seu programa, suas metas [...];
- e) [...] Ao submetermos esta Proposta ao exame do Congresso Nacional, estamos certos de sermos porta vozes do anseio da Nação, da imensa maioria do nosso povo, que, há muito, acalenta esta aspiração, está mais forte agora, após ter ressuscitado politicamente, com a última eleição direta para governador.

Os argumentos apresentados, ao longo dos recortes acima, formulam uma proximidade entre representantes e representados como se pode constatar pelo (*argumento e*). E esta relação representante-representado se constrói de uma maneira muito particular: *e*, enquanto argumento geral em favor da aprovação da emenda proposta, é uma conclusão específica, no interior do recorte, sustentada pelos argumentos *a, b, c, d*. Ou seja a relação de representação política aparece como uma conclusão que decorre destes argumentos e se dá, com esta sustentação, como argumento forte para a aprovação do Emenda proposta. Enquanto um tem o poder legítimo para ser o porta-voz, o outro é possuidor do poder de abençoar o mandatário maior da Nação, como posto nos (*argumentos b, c, d*). É pelo gesto de parceria e cumplicidade que a proposta é formulada. O lugar de apoio à propositura feita é a Constituição, que se instala como lugar de pertencimento jurídico a representantes e representados da nação brasileira. É pelo jurídico também que os argumentos para o resgate do voto direto vão sendo organizados. Retomando preceitos da Constituição

anterior ao golpe militar, conforme evidenciado pelo (*argumento a*), o Locutor, do lugar do locutor político, sugere a substituição de artigos e revogação de parágrafos com uma justificação da tradição constitucional ao direito do povo, que se apresenta no *argumento a* acima, e conforme podemos conferir em:

[...] não só a tradição constitucional, ou as aspirações populares militam em favor do restabelecimento do direito do povo de escolher o primeiro magistrado. A legitimidade do mandato surge límpida, incontestada, se a autoridade for delegação expressa da maioria do eleitorado (DANTE, 24/03/1983, p. 1087).

Um aspecto de decisiva importância é que a argumentação expressa no enunciado anterior vem articulada pelo operador “não só... “(mas também)” que, conforme Guimarães (1987), articula não simplesmente argumentos, mas argumentações, vozes diversas que se somam, de modo que os argumentos ganham um suplemento de força argumentativa:

a) Enunciador1: a tradição [...] o primeiro magistrado [...] é argumento para...
é preciso aprovar as diretas;

Enunciador genérico, voz dada como de todos sabida, que apresenta a história como argumento.

b) Enunciador 2: Sim. Concordo. Mas é mais que isso. É que assim a legitimidade do eleitorado é argumento decisivo para: *é preciso aprovar as diretas.*

Aqui se trata de um enunciador individual, assumido pelo Locutor, e que assim toma a voz genérica como sustentação.

Como podemos observar a argumentação apresenta o voto popular como fundamento da necessidade das eleições diretas e apresenta a legitimidade do mandato daí resultante como a razão final e decisiva.

Na linguagem política empregada, há um conjunto de argumentos que prega a necessidade de votar diretamente para Presidente, estando todos eles ligados à rememoração de um passado, por um conjunto de princípios e pela aspiração do povo. Os argumentos em torno de “eleição direta” seriam retratados por sintagmas ou expressões sintagmáticas que representam mais que uma vontade, um direito, expresso pela voz do enunciador, como: tradição constitucional, um postulado, um pacto social, aspirações populares, direito do povo, a legitimidade de um mandato, ungidos, abençoados, etc. Estes são alguns argumentos que destacamos, pois ao longo das análises que seguem outros serão descritos. No entanto, os que acabamos de destacar servem para dizer que seus funcionamentos se dão à medida que geram juízos de valor capazes de estabelecer uma prática social. O modo de circulação dos mesmos se fortalece pela reelaboração daqueles que formam a sociedade e com eles se identificam.

Neste contexto se evidencia uma forma de democracia em que o cidadão do povo tem um lugar participativo e representativo nas reivindicações políticas e nas lutas sociais. E vai se formando um novo tipo de relação entre o cidadão do povo e seus representantes. O cidadão do povo começa a ganhar um novo papel, o de participação nas decisões públicas. De certo modo, é a revitalização da democracia.

O modo pelo qual Dante organiza seu discurso de apresentação oferece aos seus parceiros e ao povo a possibilidade de contestar a ordem social estabelecida. Sua

enunciação faz funcionar um poder e um valor que culmina na batalha no Congresso e no povo nas ruas. São efeitos do dizer.

Na possibilidade da contestação da ordem social estabelecida, a enunciação formulada reclama a ruptura com um presente e com um passado administrativo de que o povo não participou, nem fez valer os seus direitos num gesto claro de exercício da cidadania e da democracia.

Considerando a conjuntura em que a Emenda foi apresentada, compreende-se que a força do vocabulário político (evocação do lugar jurídico, da tradição do povo, postulado, aspirações do povo, consenso popular, mais que isso o uso da experiência por meio da palavra tradição fundando a legitimidade da ação política etc...) utilizado ganha uma materialidade em que os sentidos recorrentes designam uma força que diz respeito ao modo como um conjunto de formulações pró-diretas foi se formando. É em um momento em que a escritura da administração da Nação se confronta com os jogos políticos (de manutenção do poder pelos militares e de ruptura com esse poder pela oposição peemedebista), que se funda o nascimento de uma propositura para restabelecer o direito de votar para Presidente da República. De certo modo, prega-se o retorno a um modelo antigo de governar por desconhecimento de uma forma precisa de governar.

Autores como Zancarini e Fournel (2002) afirmam que um ator político, ao analisar uma conjuntura, deve ser capaz de propor ações que respondam às aspirações da comunidade. Assim, se os meios ordinários de administração não servem mais é preciso pensar em meios extraordinários que respondam às questões de uma nova ordem que se quer estabelecer.

Na perspectiva desenhada em o Príncipe, via leitura feita por Zancarini (2002 p. 26) “[...] a política e a guerra estão indissolúvelmente ligadas”. Tal afirmativa nos remete ao Brasil das Diretas, que colocou o povo nas ruas em uma demonstração da necessidade de se combater para não ser vencido. Neste contexto, marcado pela presença de um agir político, o ator político passa a ser aquele que em função de uma “qualidade do tempo” em “[...] qu’il est capable d’analyser définit les objectifs de la période, ses enjeux, et du coup, détermine ce qui est bon et qui est mauvais en fonction de ces objectifs [...]” (ZANCARINI; FOURNEL, 2002, p. 07).

Na construção do ator político como elemento determinante para o desenvolvimento da história, ele é visto como alguém que possui uma postura ética nas ações, fazendo, assim, o que precisa ser feito. É a ocasião que propicia os acontecimentos e, nestas condições, a prática de um ator político é sempre determinante. Deste modo, o acontecimento da proposta do deputado Dante de Oliveira, naquelas condições, arregimenta forças entre os políticos, entre o povo simples e as instituições. O ator político tocado pelas características de um momento traçou objetivos e estabeleceu meios para colocá-los em prática e neles inscreveu sua proposta com a legitimidade que o cargo lhe conferia. Do lugar de representante do povo, Dante de Oliveira define que bom para o povo, naquele momento, era a apresentação de uma Emenda Constitucional, visando ao restabelecimento de um conjunto de princípios, quais sejam: a democracia, a igualdade, a liberdade e o direito de votar diretamente para Presidente da República brasileira. A lei, a Constituição são, então, armas com as quais inicia o combate que se estende a outras instâncias em outros moldes, sejam os discursos, as músicas, as palavras de ordem e o próprio Hino

Nacional brasileiro. Ou seja, sua enunciação no Congresso (na qual fala pelo povo e nele sustenta sua argumentação) desdobra-se em outras que vão avolumando o seu sentido, o sentido de seus argumentos.

3.3 A Designação de “Eleição Direta” na Pec/ 5

Pelas observações realizadas até aqui, vimos como e com que argumentos a argumentação da Proposta Pec/5 procura levar à conclusão: *é preciso restabelecer as Eleições Diretas*. Vamos agora analisar o sentido desta expressão decisiva: eleição direta.

Para isso é preciso correlacionar palavras ou observar as formas de empregos de uma mesma palavra, capturando os sentidos que estas constroem. É preciso observar, então, como uma língua se movimenta ao funcionar, pois, como afirma Guimarães (2007, p. 27),

De certo modo, podemos dizer que no acontecimento se refaz insistentemente uma língua, pensada não como uma estrutura, um sistema fechado, mas como um sistema de regularidades determinado historicamente e que é exposto ao real e aos falantes nos espaços de enunciação.

Como língua e sujeito se constituem pelo funcionamento da linguagem, passamos a observar recortes enunciativos, em que a expressão “eleição direta” aparece, preponderantemente, como definida (a eleição direta), notando que há o funcionamento de uma memória no acontecimento. Ao instalar um lugar de debate pró-eleições diretas, o enunciador político faz significar uma memória que movimenta seu dizer. Há um passado /presente que corrobora com o seu dizer que é um já dito. Isto se

marca por articulações com expressões, com verbos como: "restabelecer", e "restaurar" ou expressões preposicionadas por "desde a". Afirma-se recortando uma memória que, ao ser mobilizada, justifica a necessidade de eleição direta, pelo passado no qual ela existia.

É pelo processo de reescrituração por repetição que a expressão "a *eleição direta*" aparece insistentemente, ao longo do texto, sempre de forma definida. Para tal, o enunciador possui uma maneira muito particular de representação, ora figura como locutor deputado que fala em nome de uma tradição Constitucional (o lugar jurídico), ora como locutor deputado que incorpora outras vozes para enunciar (o lugar das aspirações do povo). É a língua da lei se relacionando com a língua ressoante do povo. Estes lugares podem ser vistos na passagem:

R 3 - O que se colima é restaurar a tradição da eleição direta, através do voto popular, tradição esta profundamente arraigada não só no Direito Constitucional brasileiro como também nas aspirações do nosso povo. (DANTE, 24/03/1983, p. 1087).

Nesta passagem, através de um vocabulário pouco usual (se colima) e a referência ao Direito Constitucional, representa-se o locutor que fala do lugar jurídico. Por outro lado, pelo nosso em nosso povo temos o locutor falando do lugar da representação do povo.

Por outro lado, nesta passagem entra em funcionamento um *mas também* que articula estas duas vozes que reforça a tese da existência de uma tradição da eleição direta inscrita não só no direito constitucional brasileiro, *mas também* nas aspirações do nosso povo. Assim, aspirações do povo seria um argumento a mais.

Tomemos, a partir de agora, alguns enunciados em que a expressão “eleição direta” aparece reescriturada, ora por repetição ora por anáfora.

R2- – Apresentamos esta Emenda com o intuito de restabelecer **a eleição direta** do Presidente e Vice-Presidente da República. (DANTE, 24/03/1983, p. 1087).

Neste recorte tem-se a apresentação da Emenda que enuncia um passado em que a eleição direta era direito do povo. Fortalecendo essa enunciação sobre um passado, usa-se o verbo **restabelecer** antes da expressão definida **a eleição direta**.

O enunciador, ao enunciar, o faz argumentando sobre a natureza de um estado de coisas que se quer mudar. Para tanto, entra em jogo a aplicação de um vocabulário específico, capaz de descrever fatos e rememorar um passado que justifica o que é digno da memória. Isto é: “[...] c’est-à-dire digne d’être rapporté, décrit, analysée...parce que c’est utile à la cité et à la communauté des citoyens” (ZANCARINI, 2002.P.39)

O verbo “restabelecer” designa uma outra conjuntura, pondo em evidência a necessidade de descrição de um estado de coisas. Deste estado de coisas origina-se uma força material, territorial e humana com o propósito de pôr em movimento práticas por uma nova ordem social. Reportando-nos a Zancarini (2002, p. 29) quando fala da guerra como horizonte mesmo da política, encontramos a formulação de que: “[...] les contextes de formulation de ces expressions ne laissent place à aucune ambiguïté [...]”.

Apontando para um passado, o enunciado (R2-01) propõe a reposição de um estado de direito que foi cerceado, assim como foram cerceados os valores primordiais

da democracia, da liberdade e da igualdade. Veja que ao enunciar x o enunciador vai construindo um lugar de debate para reinstalação do estado democrático brasileiro, em que os princípios da liberdade e da igualdade são reeditados.

O lugar jurídico se configura como um espaço em que a enunciação ganha sustentação, pois ao propor "restabelecer a eleição direta", propõe-se também a liberdade e a igualdade, posto que a enunciação de Dante de Oliveira é marcada por uma referência precisa à Constituição e à tradição da mesma que resguarda ao povo os princípios da liberdade e da igualdade.

A enunciação do deputado Dante de Oliveira se insere em uma prática política em que a ocasião faz a chance e seu agir é determinante para justificar sua ética e sua moral. Ao fundamento de sua autoridade, enquanto representante do povo, lhes são fornecidos os motivos justos para fundar o nascimento da “oportunidade” que revela ao povo algo útil .

A Pec/5 ilustra um certo modo de agir do ator político Dante de Oliveira. Na sua construção textual, Dante de Oliveira expõe sua vontade, as aspirações do povo, descreve ações do governo vigente e anuncia a perspectiva de um novo horizonte. É pelo modo de descrição do governo vigente que ele conquista parcerias e faz com que o povo o compreenda e assuma um lugar de combate.

Em todo esse processo nos interessa a reflexão sobre os sentidos criados pelo nome “*direta*”, a partir de sua relação com outras palavras, e em outros enunciados.

Retomando o enunciado, R2-01 : “Apresentamos esta Emenda com o intuito de restabelecer *a eleição direta* do Presidente e Vice-Presidente da República”, em

uma primeira tentativa de análise para o modo de aparecimento do nome “direta”, em um conjunto de enunciados, vemos em R2-01 uma forma de apresentação da razão de elaboração da Proposta de Emenda Constitucional/5/1983, “votar para Presidente”. É a partir de R2-01 como enunciado de abertura da Proposta de Emenda à Constituição que o nome adjetivo “direta” passa a compor uma série de articulações que vão fundamentando os objetivos traçados pelo ator político. O fundamental de sua enunciação não está no nome “eleição”, mas no seu determinante “direta”. Isto está construído tanto pela inseparabilidade na proposta do nome com seu determinante, quanto pela independência que o determinante tem nestes funcionamentos em relação ao nome que determina. Isto pode ser medido pelos desdobramentos que este sintagma definido (a eleição direta) teve: as diretas, as diretas já. Os objetivos do ator político podem ser vistos como a capacidade que ele possui de analisar uma conjuntura, recortando dela o que é *bom* e o que é *ruim* para seus próprios objetivos e para a Nação brasileira. É assim que o determinante do nome, “direta”, passa a ser o centro de sua significação.

Em um processo em que o determinante “direta” é reescrito, predominantemente, por repetição, observa-se a ausência de sinonímia para o mesmo. Esta ausência no processo de reescrituração pode ser tido como aquilo que o torna o núcleo central da análise de “direta” em articulação com outras palavras, e faz com que os sentidos deslizem entre o sintagma direta e aquelas expressões com as quais se relaciona.

Considerando os procedimentos de reescrituração e articulação para analisar a expressão “eleição direta”, tendo *direta* como o centro de análise, temos que tratar da língua enquanto materialidade do acontecimento da linguagem.

Deste modo, o núcleo que organiza a análise dá-nos como elemento primeiro uma expressão: “eleição direta para Presidente da República”. É preciso, então, olhar para a expressão “*eleição direta*”, indagando o que ela significa nos enunciados e que questões ela suscita. Talvez não seja prematuro antecipar que a questão central que o enunciado coloca é a necessidade de votar “diretamente” para presidente. O ato de enunciação ganha destaque e valor significativo quando articulado com o contexto de sua produção.

Dizer da necessidade de eleger “diretamente” um presidente naquelas condições históricas constitui uma significação diferenciada posta pelo determinante “direta” na expressão definida “a eleição direta”.

Tomo, então, esta especificidade significativa do (e no) enunciado, como núcleo que organiza esta análise. E o que este deslocamento do centro da expressão para o determinante nos diz? Este deslocamento é trabalhado pela relação entre “eleição” e o modo de se escolher o presidente naquele momento. A determinação pelo “direta” faz significar a existência de eleições e assim sua não legitimidade.

Em R2-01, que é o enunciado de abertura da PEC/5, há a presença de um propósito, que, rememorando um passado, inicia a construção da justificação para “direta”, em que, “direta” é o lugar pelo qual o enunciador legitima sua representação e enunciação.

Retomemos o recorte abaixo:

R3 - O que se colima é restaurar a tradição da eleição direta, através do voto popular, tradição esta profundamente arraigada não só no Direito Constitucional brasileiro como também nas aspirações do nosso povo. (DANTE, 24/03/1983, p. 1087).

Em R3, a expressão “a eleição direta” aparece como determinante de “tradição”. No sintagma “tradição da eleição direta”, podemos ver uma nominalização de “a eleição direta é uma tradição”. Assim, tradição é que determina semanticamente “eleição direta”. Por outro lado, tradição é reescriturada por “tradição esta”. E é, assim, determinada por “profundamente arraigada não só no Direito Constitucional, como também nas aspirações do nosso povo”. Desse modo, “a eleição direta” é também determinada por esta última expressão. É importante dizer que o Direito Constitucional mencionado refere-se à Constituição de 1891 que se pautava pelo objetivo de “organizar um regime livre e democrático”. Nesse sentido, o “direta” da expressão em análise possui como elementos de consistência os princípios de igualdade e liberdade. A inserção do Direito Constitucional na unidade enunciativa dá ao locutor político um lugar de argumentação em que se pode dizer que as relações de forças caracterizam práticas argumentativas que podem ser marcadas pelas noções de autoridade e legitimidade. É na representação legitimada pelo cargo de deputado federal que o locutor político lembra que não se refere a um povo qualquer, mas, ao *nosso povo*, ou seja, *povo brasileiro*, do qual ele é parte.

Pelas análises apresentadas é possível considerar que nesse conjunto de expressões a expressão “eleição direta” aparece numa relação de determinação em que:

Tradição



Aspirações do povo | Eleição direta | Direito Constitucional

Ou seja, eleição direta está determinada por tradição e Direito Constitucional e aspirações do povo. Assim, o que *eleição direta* designa está diretamente relacionado, como se vê pelo DSD acima, à tradição, Direito Constitucional e tradição do povo.

Na primeira aparição da expressão “direta”, em R02, ela vem descrever o que é o objeto central de uma Propositura de Emenda Constitucional. Já na sua segunda aparição, ela é qualificada por “tradição”, e por meio desta está articulada à: “[...] tradição esta profundamente arraigada não só no Direito Constitucional brasileiro como também nas aspirações do nosso povo”.

Isto nos leva à observação de que R3 é um desenvolvimento de R2 pelo procedimento de articulação entre as expressões do enunciado.

Por outro lado, podemos considerar que R3 pode ser parafraseado por: “[...] é preciso restaurar de forma direta, a tradição da eleição pelo voto popular”; ou ainda por “[...] direta é uma tradição que precisa ser restaurada por estar arraigada no Direito Constitucional brasileiro e nas aspirações do povo”.

Considerando estas paráfrases possíveis, encontramos uma relação entre tradição e restaurar. De alguma maneira, “tradição” contém o sentido de “restaurar”. E assim aparece a necessidade de se restaurar: *eleição direta para Presidente*.

Este sintagma nos remete para uma interpretação de que o representante se distingue dos representados por acoplar a sua prática a sustentação jurídica que vem de uma tradição respeitosa, pois vem do Direito Constitucional. Ao olhar para as aspirações do povo o faz com base jurídica que lhe é conferida pelo poder do mandato. Podemos dizer que sua enunciação toma a norma jurídica como uma obrigação para separar o que é bom para o povo.

Como ator político, na representação de um cargo, Dante não poderia agir por si mesmo, razão da inserção da base jurídica. Os argumentos jurídicos vão sendo construídos como lugar em que a enunciação põe em funcionamento uma memória, em que o povo brasileiro pertence a uma Nação, cuja tradição está arraigada no Direito Constitucional. Deriva daí, também, a idéia de interesse coletivo como desenhado no fecho do recorte R3 em “nas aspirações de nosso povo”. No entanto, nesta idéia de interesse coletivo está embutido o sentido do interesse individual, qual seja: o do representante. O que se coloca aí é que entre o interesse coletivo e individual existe um todo que é a Nação brasileira, em que “[...] ‘‘intérêts collectifs [...] est le résidu d’une idéologie située aux antipodes de la liberté, de l’égalité, en bref de la démocratie” (DOCKÈS, 2005, p. 166).

Tomemos um outro recorte em que a expressão “a eleição direta” se repete:

R4 - Desde a primeira Constituição republicana, a eleição direta do primeiro mandatário da Nação foi um postulado que se integrou na vida política do País. (DANTE, 24/03/1983, p. 1087).

Neste excerto, a expressão *eleição direta* é predicada por “*um postulado que se integrou na vida política do País*”. Ao se tratar da natureza do postulado, há uma retomada da Constituição republicana de 1891 que trazia no seu bojo os sonhos da classe média e o ideário da revolução burguesa francesa. Assim, “a eleição direta” é determinada por “integrada à vida política”. Esta determinação junto com a marca temporal expressa por “desde a”, no enunciado “Desde a primeira Constituição republicana, *a eleição direta* do primeiro mandatário da Nação foi um postulado que se integrou na vida política do País”, reforça um conjunto de argumentações que vão se formando para dizer da necessidade da eleição direta.

As relações entre as palavras vão se constituindo enquanto espaços de significação em que as articulações de umas com as outras vão formulando um conjunto de argumentações que reescrevem e ressignificam a expressão *eleição direta*.

Neste enunciado, o termo “direta” é qualificado por “um postulado”, o que nos remete ao sentido que um estabelece com o outro. A designação colocada aponta, então, para um conjunto de princípios que é parte constitutiva da Constituição. Vê-se, como vimos colocando, que há uma língua jurídica operando para legitimar a prática do enunciador político.

De maneira mais pragmática, pode-se dizer que, “*direta*” é “*um postulado*” e este “*postulado*” está “*na vida política do País*”. Nesse processo de articulação, “direta” é então determinada por “postulado integrado na vida política” como forma de dizer que é preciso retomar o que foi desviado de um estado de direito do povo de uma nação. Assim, o que está fora da ordem política vigente busca ser restituído em respeito ao que fora inserido na primeira Constituição republicana, a escolha pelo povo do cargo de

Presidente da República. Assim devemos refazer o Domínio Semântico de Determinação - DSD - antes apresentado, como segue:

Tradição

⊥

Aspirações do povo | **Eleição direta** | **Direito Constitucional**

⊥

Postulado integrado à vida política

Outro ponto de observação, não menos importante, é que o sintagma a Nação aparece reescrevendo o Brasil e se articula com a inserção do mandatário eleito pelo voto direto e pelo consenso popular. Nação instala o lugar de pertencimento de todos que fazem parte do Brasil.

Retomando os modos de enunciação de R2 e R3, notamos que um é parte seqüencial e constitutiva do outro, tanto no que diz respeito às formas de reescrituração do determinante “direta”, quanto das articulações entre as palavras. É na articulação das palavras que formam os enunciados que se fortalece a carga semântica em torno do termo “direta”. Os sintagmas verbais “restabelecer e restaurar” e o adverbial “desde

a” instalam um lugar de debate para reeditar a democracia no país pelo processo de eleição “direta”.

No conjunto do que propomos realizar é preciso mostrar como o dizer de Dante de Oliveira, ao enunciar eleição *Direta* ao longo do texto, constitui um modo de significação que diz respeito aos acontecimentos conjunturais. É por este lugar que Zancarinni e Fournel lembram que a *qualidade do tempo (conjuntura histórica)* propicia a qualidade dos homens, porque o faz afetado por uma historicidade que tem a língua como materialidade do acontecimento da linguagem.

Tomemos um outro recorte que traz uma outra particularidade:

R5 - As eleições diretas para Presidente da República pressupõem um novo pacto social. (DANTE, 24/03/1983, p. 1087).

Observamos de saída que “a eleição direta” é reescriturada por sua expressão no plural. Assim, esta reescrituração, aliada ao que diremos a seguir, projeta a questão em seus desdobramentos futuros depois de instalada.

Em *R5*, o ato de pressupor um novo pacto social é uma forma de protestar contra o modelo político vigente: “um novo pacto social” sugere rompimento com o regime militar.

Propõe-se, então, um outro modelo de gestão política, em que o termo “direta” aparece predicado por “um novo pacto social”, uma nova ordem social. No conjunto daquilo que “direta” pode significar estão os valores da democracia. Pensando nos valores clássicos de construção da democracia, temos a liberdade e a igualdade que instalam debates fervorosos e pelos quais inúmeras pessoas debatem e lutam. É na prática da democracia que cada um se posiciona. Segundo Dockès (2005, p.1), os

princípios da liberdade e da igualdade podem ser representados: “[...] elles ont été proclamées au sommet des grandes déclarations de droits , en 1776, e 1789 ou encore em 1948”.

Nesta perspectiva, ao enunciar “diretas” enuncia-se “um novo pacto social”, a democracia e seus valores primordiais, a liberdade e a igualdade, que instrumentalizam posições e convicções, debate e luta.

Com uma enunciação fundamentada em princípios jurídicos, Dante de Oliveira reafirma em R5 a necessidade de uma intervenção no modelo político vigente. Do lugar de representante político, sua enunciação produz sentidos que recaem sobre outros atores políticos. Posto de outra maneira: “[...] une fois la représentation établie, par la loi ou le contrat, le représentant peut engager le représenté sans que son consentement soit requis” (op cit., p. 167). Isto porque ele já está revestido de um poder que lhe foi dado pelo representado. É o representante enunciando como porta-voz do representado, conforme pontuado no enunciado abaixo, R6.

Antes de terminar este aspecto, não poderia deixar de registrar que esta reescrituração no plural está trabalhando a expressão numa direção que leva a um desdobramento específico: a palavra de ordem *Diretas Já!*

Avancemos para outra reescrituração:

R6 - Ao submetermos esta Proposta ao exame do Congresso Nacional, estamos certos de sermos porta-vozes do anseio da Nação, da imensa maioria do nosso povo, que, há muito, acalenta esta aspiração, mais forte agora, após ter ressuscitado politicamente, com a última eleição direta para governador. (DANTE, 24/03/1983, p. 1087).

Em R6 tem-se a reafirmação do “voto popular e das aspirações do povo” pela reafirmação da vontade da imensa maioria desse povo para ter uma nação livre, como foi enunciado em R2.

A enunciação de R6 aponta para lugares como o Congresso Nacional (Casa de Leis), o futuro (que se quer obter), o passado (que rememora o desejo acalentado pelo povo), o presente (aquela conjuntura em que se conclamava a todos para a luta), a Nação (lugar de pertencimento pelo qual todos devem estar unidos) e finalmente a “eleição direta” que promoveria a ruptura com o modelo de governo vigente.

A enunciação evoca questões já colocadas e ditas em outro momento. O ator político é o enunciador que fala em nome do povo de uma nação e dele espera a unção – consenso popular, voto popular para legitimar a democracia e o mandato de presidente. Na enunciação da justificação da PEC/5 funciona como implicada a noção de democracia que retoma um passado para mudar um presente e projetar um futuro.

Assim, os recortes analisados até aqui trazem a enunciação de que “eleição direta” é uma forma de ruptura e combate com o regime político vigente na época, além de ser a reedição da democracia desenhada na primeira Constituição republicana.

A enunciação ganha destaque e valor significativo quando articulada com o contexto de sua produção. Dizer da necessidade de eleger “diretamente” um presidente naquelas condições constitui uma significação diferenciada pela seleção do determinante “direta”. Dito de outro modo, o diferencial significativo do e no enunciado, reside naquilo que nos foi dado como o núcleo que organizou a análise, ou seja, o determinante do sintagma nominal: “direta”.

Retomando a ausência de sinonímia para o determinante nominal “direta”, observamos que os recortes analisados como em *R2* – restabelecer a eleição direta; *R3* – restaurar a tradição da eleição direta; *R4* – a eleição direta do primeiro mandatário da Nação; *R5* - as eleições diretas para Presidente da República; *R6* – com a última eleição direta, tem-se não só a ausência da sinonímia, como também a aplicação do sintagma, em sua quase totalidade, no singular. Somente em *R5* sua aparição se dá no plural, o que nos mostra o modo como o texto vai se organizando. Se em *R2* há apenas uma apresentação da emenda e do seu objetivo, “*o intuito de restabelecer a eleição direta para presidente e Vice-Presidente da República*”, em *R3* e *R4* há uma organização argumentativa por onde o locutor transita ao construir sua defesa para dizer da necessidade da eleição direta. Assim é que se coloca no lugar social do representante, valendo-se da língua da lei (Constituição) para sensibilizar os políticos e o povo. Na passagem *R5*, lidamos com a designação do determinante “direta” em direção a um novo pacto social que está reforçado em *R6*, pela reescrituração desse dizer na reafirmação do “anseio da Nação”.

Refletindo sobre o que significou dizer “eleição direta para Presidente” naquela conjuntura, reescrevemos para cada enunciado analisado, um outro enunciado que considera o que significou “eleição direta”. Em *R2*, “eleição direta” é tomada como um intuito (desejo) do político, da imensa maioria do povo e da tradição do Direito Constitucional brasileiro. Em *R3*, “eleição direta” é o que se colima (deseja) restaurar, pelo voto popular, pela tradição do Direito Constitucional e aspirações do povo.

No enunciado de *R4*, “eleição direta” é um postulado da vida política do País desde a primeira Constituição republicana. Em *R5*, “eleição direta” pressupõe um novo

pacto social. No recorte *R6*, “eleição direta” é o que acalenta a aspiração ressuscitada politicamente do “anseio da Nação”, que podemos considerar como uma reescrituração de “aspirações do povo” de *R3*.

Podemos, então, dizer que o DSD relativo à expressão “eleição direta” é o que segue:



Um aspecto importante a se observar é que a determinação “novo pacto social” é claramente relativa àquilo que “direta” significa na expressão. E o modo direto da eleição que é determinado por “novo pacto social”.

Por outro lado, na medida em que o determinante “direta” é o centro do sentido do sintagma, nas condições brasileiras de então, encontramos uma reescritura da expressão por uma forma no plural, “as eleições diretas”, que como dissemos, projeta o sentido do futuro, pela situação desta modalidade de eleições. E isto nos leva a um importante desdobramento naquele momento: a enunciação da palavra de ordem: *Diretas Já*.

Pela trajetória realizada até aqui, vimos que a expressão “Eleição Direta”, pelo modo como se articula com outras palavras, apresenta determinados sentidos e não outros. Neste caso, e sendo observada em um texto argumentativo em favor das “diretas”, a expressão aparece num conjunto de palavras que a qualificam positivamente.

3.4 Da Proposta de Emenda para a Articulação da Campanha

Neste tópico vamos entrecruzar recortes enunciativos de um discurso de Dante de Oliveira, com citações de outros discursos do mesmo, como forma de colaboração na compreensão do jogo político no qual se fundou a criação da Pec/5, a articulação da Campanha pelas diretas, até a manifestação do governo militar sobre o processo de mudança solicitado.

Em 24 de março de 1983, Dante de Oliveira pronuncia o discurso que põe em destaque a importância que a imprensa vinha dando ao tema *sucessão* presidencial, a disposição do povo para resolver os problemas da nação, a crise do país, as razões que o levaram a apresentar a emenda constitucional e o documento que solicita a campanha das diretas.

Nota-se na abertura deste discurso um movimento diferente ao tratar da temática central de sua proposta de Emenda Constitucional. Dante de Oliveira fala da *eleição direta* para Presidente da República abordando-a por (*sucessão presidencial*) como se pode constatar no recorte abaixo:

R7- Sr. Presidente, Srs. Deputados, nos últimos meses, a imprensa tem dado destaque especial ao tema da sucessão presidencial. Digo mais: não é assunto apenas dos veículos de comunicação, mas de todo o povo brasileiro (DANTE, 24/03/1983, p. 1087).

Este modo de dizer significa o deslocamento de um acontecimento para outro. Se num primeiro momento a tarefa era a de apresentar a emenda Pec/5, com o objetivo de restabelecer eleição direta para Presidente da República, apresentação esta já ocorrida, num segundo momento a tarefa passa a ser a de pôr uma campanha nas ruas com a temática *sucessão presidencial*, uma vez que ao enunciar *sucessão presidencial* enuncia-se algo mais concreto em termos da ocorrência de eleição direta para presidente, qual seja: a organização de uma campanha com uma finalidade bem traçada, lograr êxito. Veja que o movimento que vai se constituindo aponta para algo determinante, em que *Sucessão Presidencial* é tomada como *assunto de todo povo brasileiro*. Assim, este *assunto* passaria a ocupar uma posição central que apontaria ao mesmo tempo tanto para *sucessão presidencial* quanto para *todo povo brasileiro*. A carga semântica posta para o sintagma *assunto* ganha peso ao se olhar em direções contrárias. Com isto, poderíamos construir o enunciado: a) a sucessão presidencial é assunto de todo povo brasileiro, ou ainda, b) diante da crise em que o País se encontra o povo brasileiro tem como responsabilidade e assunto principal: a sucessão presidencial.

Tomemos o recorte,

R8 - O País na situação em que se encontra, da grave crise econômico-social, suscita no seio do povo brasileiro a esperança da mudança, e não há melhor oportunidade de complementar o processo de mudança, que teve início com eleições para governadores, do que a eleição maior

do Presidente da República, que representaria na prática a grande virada (DANTE, 24/03/1983, p, 1087).

Tal como na análise do recorte- R2, temos aqui um Locutor que fala do lugar do locutor político que se apresenta falando como um enunciador-coletivo (a voz do povo). O locutor-político refere-se ao “povo brasileiro”, como modo de representar-se como porta-voz.

Os recortes acima nos fazem retomar a idéia de Zancarini e Fournel (2002) de que um ator político precisa ter a capacidade de análise de uma conjuntura para propor ações que atendam a comunidade. A partir deste fato podemos verificar que Dante de Oliveira, após a apresentação da emenda, passa à constituição de novas estratégias argumentativas capazes de alcançar partidos, instituições e o povo. É como porta-voz do país, do povo, e do seu partido PMDB, que atribui a capacidade de mudança dos rumos do país ao povo brasileiro, mudança esta já iniciada pela presença maciça dos eleitores na eleição para governadores. É olhando para a participação do povo e o resultado da eleição de governadores que Dante de Oliveira argumenta em nome do povo ao mesmo tempo em que o convoca para o que representaria, segundo ele, *a grande virada*. Assim, delegando ao povo a força de um papel importante faz um chamamento para que o mesmo continue a participar, só que agora em um outro evento de grande relevância, a eleição para Presidente da República.

A enunciação pela mudança mobiliza sempre dois argumentos articulando-os: a grave crise do País e o sentimento de mudança do povo brasileiro, sendo estes os determinantes da grande razão em se promover a mudança de regime de governo. Podemos assim construir uma paráfrase do tipo :

- *façamos a mudança, com a sucessão presidencial, com eleição direta, complementando assim o direito em ter um governo democrático de caráter popular.*

A participação do povo na eleição de governadores é um argumento forte do qual Dante de Oliveira se apropria para enunciar que foi dentro de uma visão que contempla a preocupação do povo que lançou a Emenda Constitucional que propunha eleição direta para Presidente da República, como se vê no seguinte recorte:

R9 - O povo não está preocupado em resolver a crise do Governo, mas de resolver a crise do País, para que tenham um governo democrático de forte caráter popular que garanta a sua participação. Foi dentro dessa visão e acreditando que elas representam a única saída política para o momento e que resguarda o interesse popular, que apresentei Emenda Constitucional restabelecendo a eleição direta para Presidente da República (DANTE, 24/03/1983, p, 1087).

Há nas enunciações uma insistência marcada, um vai e vem constante entre o político e aqueles a quem ele representa, representados como uma voz coletiva que legitima o locutor-político. Da posição política ocupada, o Locutor ora enuncia por si, relembrando as razões que o levaram a tomar certas decisões, ora enuncia pelo povo a quem representa. Suas enunciações não aparecem desvinculadas dos interesses ou anseios do povo. O fato mais curioso é que nas enunciações o povo, por vezes, assume o lugar de comando sendo eleito pelo enunciador político o representante da nação brasileira para resolver as crises. Pela enunciação, o povo ocupa, então, a função de gestor para escolher quem será seu representante. Somente após esta escolha é que haveria confiança da parte do povo para com seu gestor. Ao ceder espaço de poder para que o povo figure como gestor de uma causa, o enunciador político cria meios para produção de efeitos de sua prática e do povo. Pensando nos

princípios democráticos, do poder, do contrato e do direito podemos dizer que há uma partilha do poder que funciona como a busca de um contrato pró-diretas em que pesaria o direito ao voto. Neste caso, é como se o político protegesse os direitos do povo, mas ao preço que o povo proteja seus projetos dando a eles visibilidade. Com autonomia relativa o povo se relaciona com o enunciador político através de um contrato de vontade própria, segundo (DOCKÈS, 2005, p.133) “[...] un accord de volonté est nécessaire à existence d’um contrate et lês contrats ont um effet, dit ‘`relatif’`, limite aus parties contractantes”.

Notadamente o domínio de aplicação deste contrato seria, primeiramente, o povo nas ruas combatendo contra o governo militar, e futuramente o povo nas urnas escolhendo o Presidente da República. A noção de representação aqui aponta para o representante soberano (o locutor político) e para um representante limitado (o povo) que fala enquanto enunciador-coletivo. O enunciador político, pela existência do mandato, possui a legitimação da representação; o enunciador povo fica restrito ao período em que durar o contrato acordado pela vontade das partes.

A posição do Locutor oscila entre ser o porta-voz do povo, e ser o locutor político que propõe a saída para a resolução da crise do País. Assim, enuncia, positivamente, o povo, pela preocupação com o país e não com o governo vigente. E com a aplicação do sintagma verbal restabelecendo se coloca na posição de enunciador político que já possui poderes para resolver a crise do País. A exemplo, é como se disséssemos : a polícia chegou no local restabelecendo a ordem, ou ainda, como dito por ele mesmo:

A verdade é que a nação necessita de salvaguardas contra as ameaças internacionais, contra as medidas econômicas que vêm sendo tomadas e que ferem os brios da Pátria (DANTE, 21 /10/1983, p.1386).

Desde a abertura do discurso, aqui em análise, Dante de Oliveira enuncia a questão da sucessão presidencial como sendo assunto de responsabilidade do povo. Tem-se a construção de uma cadeia de argumentos em que o povo vai sendo envolvido e responsabilizado pela necessidade de mudança. As enunciações produzem, insistentemente, um lugar de combate para o povo, lugar este que tem como finalidade a complementação da democracia com a sucessão presidencial.

Observando os excertos: a) *a sucessão presidencial não é assunto apenas dos veículos de comunicação, mas de todo povo brasileiro*; b) *O País... suscita no seio do povo brasileiro a esperança de mudança...*; c) *o povo não está preocupado em resolver a crise do Governo, mas de resolver a crise do País*; o marcador argumentativo *mas* delega ao povo a responsabilidade do combate e o coloca dentro da campanha das diretas. Diríamos que as inúmeras repetições sobre o poder do povo funcionam como estratégia argumentativa de proliferação de uma idéia, de modo que o envolvimento ocorra ao ponto de se obter uma resposta satisfatória. Se o assunto da sucessão presidencial é de todo povo brasileiro, se este povo possui a esperança da mudança, se está preocupado com o país e não com o Governo, então este povo é tão forte e grande quanto o seu país. Com estes argumentos fortalecedores da força do povo, um grupo de deputados do PMDB encaminha documento à Direção Nacional do Partido, solicitando uma campanha pelas diretas, como pode ser visto:

R10 - Com a mesma intenção e acreditando que o PMDB a nível nacional não poderia ficar parado vendo a banda das eleições indiretas passar, com muita honra, juntamente com os companheiros Domingos

Leonelli, Roberto Freire, Flávio Bierrenbach, Ibsen Pinheiro, Carlos Mosconi, encaminhamos um documento à Direção Nacional solicitando uma campanha pelas diretas.[...] a grande tarefa hoje é de colocar nas ruas do País a campanha. É aumentar ainda mais e fortalecer sentimento nacional, organizando-a em todos os níveis (DANTE, 24/03/1983, p, 1087).

Aos poucos vai se desenhando o cenário para uma campanha pró-diretas nas ruas, situação em que não há espaço para divisão, pois a tarefa do PMDB era a de agregar o máximo possível de partidos, setores do governo, entidades populares, tudo em nome da proposta de restabelecimento das eleições diretas para Presidente da República. Para tanto, não era de bom tom falar em presidenciáveis, o partido precisava manter a serenidade e buscar a unidade. É com este pensamento que Dante de Oliveira caminha para o encerramento do seu discurso:

R11 - Falar em nomes neste momento é extremamente prematuro, inoportuno e divisionista. Esta campanha traz em seu conteúdo o grande germe da unidade. Ela coesiona todo o PMDB, os outros partidos de oposição, e até setores do governo, entidades populares, enfim, é a bandeira branca da paz, da união e da salvação nacional. [...] invoco neste momento todos os opositoristas, todos aqueles que desejam tirar este País rico, poderoso e portentoso da humilhante posição em que se encontra, qual seja, de joelhos ao capital financeiro internacional. [...] Para garantia de um programa de salvação da Pátria, só um governo eleito soberanamente pelo povo brasileiro (DANTE, 24/03/1983, p, 1087).

As enunciações dos recortes R10 e R11 demonstram um agir e um fazer agir, não só do ator político Dante de Oliveira, mas também de seus companheiros de partido, todos envidando esforços na organização que poria a campanha das diretas nas ruas. Sem perder de vista o fortalecimento do sentimento nacional pró-diretas, busca-se a ampliação necessária para pôr a campanha nas ruas. E aqui também, o

Locutor, enquanto locutor-político, traz a voz do povo, por ele referida como sustentação para seu argumento pela mobilização geral. De forma consultiva, a Direção Nacional do partido é a primeira instância a ser convocada a entrar na luta por meio da organização da campanha, em todos os níveis e em todo Brasil. Com o encaminhamento da campanha e sem abrir possibilidade de diálogo que pesasse contra as diretas, em 11 de maio de 1983, Dante de Oliveira volta a usar a tribuna para lembrar aos senhores deputados qual era o seu trabalho e dos seus companheiros e, principalmente, quem exercia a única força temida pelo governo militar. Observem :

A nós cabe, sim, mobilizarmos a Nação, levantarmos o povo e propor a sociedade um programa mínimo de salvação econômica através das eleições diretas. Só há uma força que este Governo respeita e teme: é a pressão popular. Foi através dela que conquistamos o espaço democrático atual, a anistia, eleições de governador e outras conquistas (DANTE, 11/05/1983, p. 3148).

Foi em meio a este clima que Dante de Oliveira lembrou que a soberania da Nação era algo intocável e que o povo brasileiro era forte ao ponto de ser temido, encerrando seu discurso com a transcrição da frase do Presidente do partido:

[...] a defesa das eleições diretas é uma questão de princípios. Entender-se que se pode fazer arranjos numa questão dessas significa que não se está sendo coerente. Não se pode tratar das coisas de interesse do País como se fossem um hímeme complacente (DANTE, 24/03/1983, p, 1087).

A campanha das *Diretas* foi às ruas de todo Brasil com o povo simples, com os artistas, com as instituições religiosas, com os direitos humanos, com racha nos setores do governo, com parte da imprensa brasileira, com a imprensa internacional e com os olhos do mundo voltados para o Brasil. E foi justamente a força que o governo

militar mais temia que fez a diferença. A grande massa indiferenciada presente nos comícios foi um exemplo de lição cívica e a prova viva de que os dias dos militares no poder brasileiro estavam contados. Mesmo sem galgar o êxito pretendido naquele momento, estavam abertos os caminhos que levariam o Brasil a uma sucessão presidencial por eleições diretas em pouco tempo.

3.5 O Movimento *Diretas Já!*

Neste tópico vamos desenvolver uma análise que trata da passagem do acontecimento da Proposta de Dante de Oliveira que enuncia o sintagma “a eleição direta”, em que o determinante nominal “direta” foi o núcleo de significação para nossas análises, para a palavra de ordem, *Diretas Já*.

As chamadas *Diretas Já!* no Brasil tornou-se história por um modo particular de agir de seus atores políticos. O acerto na escolha do slogan *Diretas Já*, num período crítico de administração do Brasil, explodiu como uma bomba benéfica por todos os cantos do país em diferentes vozes, porém em um só canto, em uma só sintonia. O interesse coletivo em torno de algo comum ficou patente nas inúmeras manifestações espalhadas por todo Brasil.

A capacidade de aglutinar pessoas de diferentes níveis sociais, quer econômico ou intelectual, foi a maior prova de superação de diferenças em torno de um só objetivo: tirar o país das mãos de ditadores e conduzi-lo a um processo de redemocratização, rompido há 20 anos.

A enunciação *Diretas Já!* nasce como uma palavra de ordem e designa a urgência de um momento que acaba por significar de modo particular o agir e fazer agir de Dante de Oliveira. Enunciar *Diretas Já!*, naquela conjuntura, significou uma conclamação, um chamamento que pode ser parafraseado por: *Façamos eleições Diretas Já.* O *Já* representa aí o agir e o fazer agir, ao passo que o agir e o fazer agir impõem um estado de urgência situado em um tempo, em uma conjuntura e torna-se, nesta medida, a oportunidade do ator político Dante de Oliveira.

A força da enunciação *Diretas Já!*, como palavra de ordem, reclamou para si a união de ricos e pobres, intelectuais e populares num mesmo espaço público, as ruas, por um mesmo ideal. O espaço público foi ocupado sem distinção, cada um a sua maneira. Há nesta mobilização um acontecimento enunciativo relevante: cantar a uma só voz a música de Geraldo Vandré, composta em 1968, *Pra não Dizer que Não Falei das Flores.* A força emanada pela composição musical tomou conta das ruas nas vozes de artistas, de populares empenhados na luta pela democracia. Estamos diante de um locutor-povo, cujo enunciador-coletivo mostra um uníssono de sentido muito particular com o locutor-povo.

Reconhecendo que a música, *Pra não Dizer que Não Falei das Flores*, contém elementos linguísticos que funcionam também como palavra de ordem, abrimos um breve espaço para dizer da relação da música com a conjuntura das *Diretas Já!* Em seguida, voltamos ao aspecto inicial da passagem da enunciação *Eleição Direta* para a palavra de ordem *Diretas Já!*

Ao observarmos a primeira estrofe da música:

Caminhando e cantando e seguindo a canção/ Somos todos iguais
braços dados ou não/ Nas escolas, nas ruas, campos,
construções/Caminhando e cantando e seguindo a canção.
Então, vem vamos embora que esperar não é saber /Quem sabe faz a
hora não espera acontecer (2x).

Constata-se que na música há a retratação da hora: aquela de 1983 a meados de 1984, e o lugar: a nação, o Brasil. O convite feito por meio da música era um entre os inúmeros que reforçaram a proposta da Emenda Dante. Temos pelas enunciações da música que a Campanha das Diretas chega pela urgência do povo, há o funcionamento de um: Vem, Já! que justifica a identificação da música com a conjuntura e põe em funcionamento palavras de ordem como: vem, vamos; vem agora, vem já, etc.

Enunciativamente, podemos dizer que a música funcionou como palavra de ordem que todos passaram a repetir, insistentemente, na totalidade. Razão pela qual tornou-se um hino que simbolizava um ideário cristão de partilha e de irmandade, afinal parte da igreja católica, pelas vias dos defensores da teologia da libertação, encampou a proposta de mudança de governo.

É neste espaço público que representantes e representados, significados pelo locutor-povo e enunciador-coletivo, se misturam. Eleitos em um regime ainda não democrático, mas homens que visionavam um futuro onde a democracia fosse a bandeira a ser hasteada por todos os brasileiros, homens livres e soberanos como os cantados no hino nacional brasileiro. Vale lembrar que o hino de uma nação retrata as conquistas e as aspirações de um momento histórico, mas também projeta seu futuro, sempre como promissor e soberano. Em Di Renzo (2006, p. 4), encontramos a afirmação de que "[...] a nação se faz forte pelo povo, povo que, unicamente, pode

conferir a legitimidade de um poder[...]” e, é nesta perspectiva que a autora diz que entre os objetos materiais de uma nação está o seu hino.

Qual foi a razão que fez com que tanta gente se unisse à proposta das *Diretas Já!* por um Brasil sem ditadura? Como se formou tal movimento? Como se explica a força das ruas? Podemos inferir que muitas foram as forças positivas agregadas à ação individual de um ator político. O peso de tal ação é, ainda hoje, incontestável ao se pensar que muitos são homenageados e/ou lembrados por seus gestos no movimento das *Diretas Já!* Há também aqueles que ficaram marcados por titulações como o Senhor das Diretas (Ulisses Guimarães), o menestrel das Alagoas (Teotônio Vilela).

É nestas condições que a proposta de Dante de Oliveira, ao perceber a insatisfação de um povo, cria a oportunidade e a chance de por ela reinstalar um estado democrático e se transformar em personagem importante da história brasileira. Como vimos a justificativa formulada para a proposta de Emenda Constitucional expõe uma série de argumentos que legitimam seu ato, conforme vimos anteriormente. Mas a legitimação de sua prática se dá também pelo modo como ele passou a ter porta-vozes para sua proposta. A posição histórica de atores políticos como Ulisses Guimarães, Tancredo Neves, Teotônio Vilela e tantos outros instalou um movimento pró-diretas, dando visibilidade e legitimidade ao gesto de Dante.

O fato destes atores políticos renomados se tornarem os porta-vozes da proposta de Dante instalou a colaboração de outras forças. Talvez possamos dizer que, num primeiro momento, o autor da proposta é um locutor político e o enunciador da proposta é um representante do povo. Num segundo momento, os locutores da

proposta são porta-vozes políticos e os enunciadores são defensores legítimos da proposta. É então pelo processo de legitimação de porta-vozes que a proposta passa a ter grande significação. Os conhecidos líderes políticos, que se colocavam em combatividade com o regime militar, contribuíram para a conquista de forças internas e externas.

A finalidade da proposta de Dante para conquistar o direito do voto para presidente, previsto na constituição anterior a 1988, foi a maior prova de que o povo, ao ter um líder, demonstra sua força e o legitima como lugar de poder. A pressão do povo brasileiro para se ter de volta a democracia ficou visível aos olhos do mundo inteiro por meio da imprensa, além de constranger os políticos que eram a favor da ditadura.

O relevo histórico advindo do efeito do gesto de Dante registrou a possibilidade de se aglutinarem diferentes atores sociais em torno de um só desejo. De forma apolítica às escrituras sagradas e ao ideário marxista, podemos dizer que, neste caso, ricos e pobres se uniram, comeram do mesmo pão e beberam do mesmo vinho, cantando e gritando como se fosse uma só voz a palavra de ordem: *Diretas Já!, Diretas Já!*

O conflito de classes e de interesses tão visíveis nos registros da humanidade, neste momento da história política do Brasil, parece agregar outros sentidos. Não se tem aí um desentendimento por argumentos distintos, antes aí residem argumentos distintos por um consenso: a redemocratização do Brasil.

A autoridade do exemplo dos atores políticos que uniram forças e foram para a linha de frente da Campanha *Diretas Já* faz emergir a força do privado no público,

uma aliança interessante e importante para o momento. A autoridade, o exemplo e a força foram evidenciados nos palanques com os discursos calorosos, com as músicas dos artistas, que faziam tremular bandeiras, palmas, gritos em uma platéia vestida com as cores da bandeira do Brasil.

A luta pelo direito à democracia plena possuía como armas, naquela conjuntura, os discursos políticos, as músicas brasileiras, as palavras de ordem ditadas pelo povo e a vontade de uma nação inteira. Muitos são os símbolos que representam a campanha das *Diretas Já* por todo Brasil, mas tomamos aqui as demais partes da música - *Pra não dizer que não falei das flores*, de Vandr  (1968), por significarem, na nossa opinião, o momento de luta e por funcionar como palavra de ordem.

  na segunda estrofe:

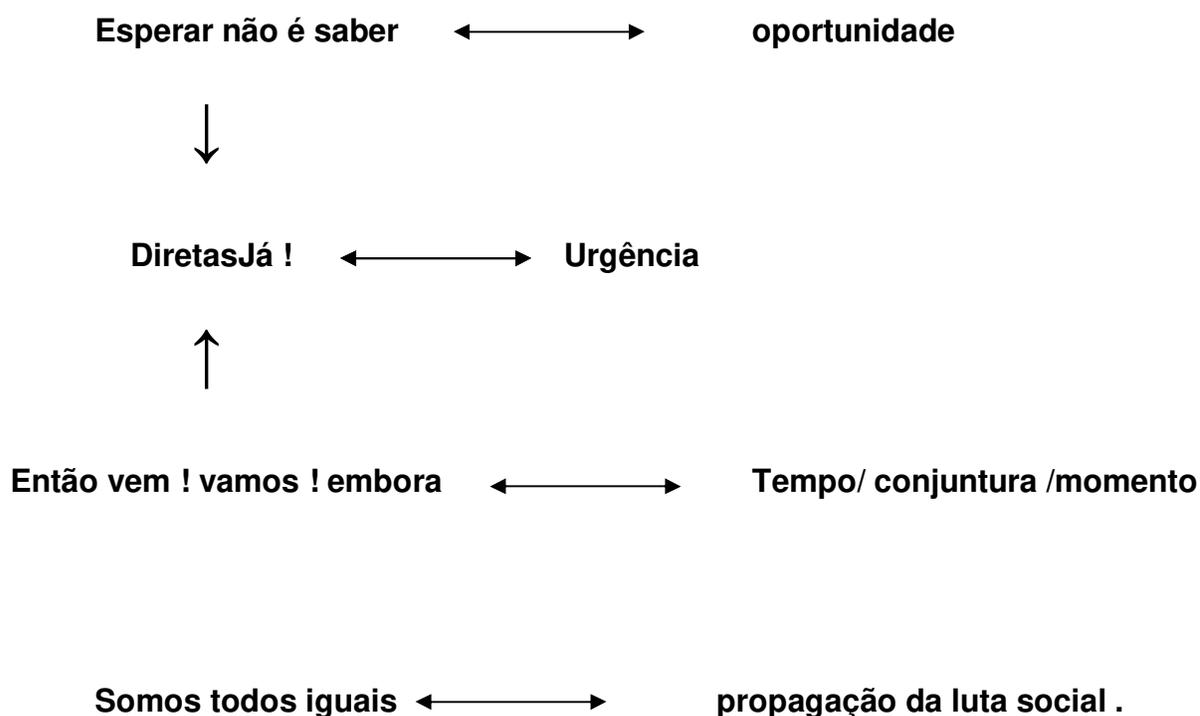
Pelos campos a fome em grandes plantat es/Pelas ruas marchando
indecisos cordões/Ainda fazem da flor seu mais forte refrão/ E acreditam
nas flores vencendo o canhão.

Então, vem vamos embora que esperar não   saber /Quem sabe faz a
hora não espera acontecer (2x).

Que encontramos uma forma de externaliza o do contraste entre a riqueza que produzia a na o brasileira, nos campos, e a desigualdade na distribui o da mesma. No entanto, o povo desta na o, mesmo afetado por estas desigualdades, escolhe como instrumentos de luta a flor para vencer os canhões. Observa-se, estrategicamente, que a fozza da forma de luta escolhida centrava-se na agrega o de milhões de brasileiros nas ruas, manifestando seus desejos pela mudança na forma de governo.

O refrão, insistentemente, convoca todos a integrar a luta e fortalecer o movimento nas ruas, de maneira a sensibilizar os indecisos. A força enunciativa presente no enunciado *Esperar não é saber* se articula com *Diretas Já!*, reforçando a premência do momento, convocando todos pelo chamamento da igualdade: *Somos todos iguais*, que era força no discurso da luta social.

Fazendo um traçado em linhas para explicar a articulação de partes da música com o momento, chegaríamos a algo no seguinte desenho:



Com a terceira estrofe observamos que:

Há soldados armados, amados ou não/ Quase todos perdidos de armas na mão/nos quartéis lhes ensinam uma antiga lição: de morrer pela pátria e viver sem razão.
Então, vem vamos embora que esperar não é saber /Quem sabe faz a hora não espera acontecer (2x).

A música,naquele contexto histórico, se tornou uma demonstração viva de que as palavras ganham uma força enunciativa importante que faz brotar muitas possibilidades de leituras sobre a natureza significativa dos soldados armados, amados ou não. *Armados* de coragem para lutar por um direito democrático, onde a arma é a união e a palavra. *Amados* por lutarem por um bem, uma causa.

A natureza significativa do emprego do sintagma *soldados* é também outra forma de contrastar o que é ser soldado preparado pelo sistema militar e o que é ser soldado convocado para lutar contra a forma de governo militar. Enquanto um possui a luta armada pelo aparato bélico, o outro se arma do chamamento de agregação coletiva por meio da música, marcado sempre na ênfase do refrão.

Lembramos que a música em pauta, um dos símbolos na campanha das diretas, funciona como um retorno ao final da década de 60, um já dito em outro momento, por outras vozes.

Fazendo o fecho da convocatória ou chamamento para a luta contra o sistema de governo vigente, a quarta e última estrofes:

Nas escolas , nas ruas, campos, construções/Somos todos soldados,
armados ou não/ Caminhando e cantando e seguindo a canção/ Somos
todos iguais, braços dados ou não/ Os amores na mente, as flores no
chão/ A certeza na frente, a história na mão/Caminhando e cantando e
seguindo a canção/ Aprendendo e ensinando uma nova lição.
Então, vem vamos embora que esperar não é saber /Quem sabe faz a
hora não espera acontecer (2x).

Nos mostram uma outra possibilidade de leitura para a palavra soldado, afetada pela voz coletiva, sendo esta constituída por outros sentidos, por novo argumento, não fazendo separação sobre quem deve lutar. Ela reclama mesmo um

contigente de lutadores que estão em toda parte, quer sejam nas escolas, ruas, campos e construções.

No caso da música, há a presença de muitas vozes que podem ser pensadas como as vozes dos muitos locutores que compunham o "povo". Ressoa daí um ideário de liberdade, dotado de um passado não longínquo que coloca uma memória em funcionamento e reclama para si a união, a luta e a urgência determinadora para os efeitos de um acontecimento. Um outro efeito dessas vozes pode-se relacionar às palavras inscritas no centro da bandeira brasileira: ordem e progresso . A premência da convocatória para a luta é imperativa, razão da repetição insistente do refrão: *então, vem vamos embora que esperar não é saber, quem sabe faz a hora não espera acontecer*, o qual aliado às inscrições da bandeira brasileira resultaria na seguinte paráfrase: *então, vem vamos embora estabelecer a ordem e o progresso*, ou ainda: *então, vem vamos embora escrever a história com a certeza na mão*.

Se tomarmos outra possibilidade de articulação entre os enunciados; *Esperar Não é Saber e Diretas Já!* construímos a paráfrase: *Esperar não é saber, façamos eleições Diretas Já!* Deste modo, pelo sintagma verbal *façamos*, chegaríamos a um outro chamamento: *Então vem! vamos embora*. O sintagma verbal *façamos* reclama ainda para si um agir e um fazer agir que é reforçado pela articulação do advérbio Já, o que significaria enunciar: *façamos já eleições diretas*. Em síntese, podemos dizer que a música produz uma poética de engajamento, o que se articulou com o grande movimento de massas que se tornou a campanha das *Diretas Já*.

Após estas considerações sobre o uso da música como instrumento de luta, que contribuiu na luta do povo brasileiro contra o regime militar em 1983 e meados de 1984, voltemos ao tópico inicial que é o tratamento da passagem do acontecimento da Proposta de Dante de Oliveira que enuncia o sintagma “a eleição direta”, onde o determinante nominal “direta” foi o núcleo de significação para nossas análises, para a palavra de ordem, *Diretas Já*.

3.6 Diretas Já! Uma palavra de ordem

A questão da tese posta por Dante de Oliveira pode ser vista na análise de sua Proposta e de seus desdobramentos, pois a partir das análises feitas até aqui, podemos dizer que ela aparece como a ocasião e oportunidade de um ator político específico, o então deputado Dante de Oliveira. Como se sabe, sua Proposta que poderia ser só uma luta interna no congresso, desdobrou-se e atingiu a população brasileira. Este tempo teve para Dante de Oliveira uma qualidade específica que “esculpiu” sua “imagem” de ator político.

É neste quadro que podemos considerar a enunciação da palavra de ordem *Diretas Já!*, contexto em que a circulação dos sentidos se dá, exatamente, a partir da palavra “direta” e se desdobra na palavra de ordem *Diretas Já*, retornando no próprio dizer, ou seja, nos discursos que Dante de Oliveira proferiu no Congresso Nacional, ao longo do ano de 1983 e meados de 1984.

A partir deste ponto vamos considerar recortes do discurso proferido por Dante de Oliveira em 25 de abril de 1984, (antes da votação da Emenda), observando a

passagem da forma "eleições diretas" para "já" e para grupo "Pró- diretas", sem o sintagma eleições e como algo que se constitui fora da eleição.

Observa-se que a proposta toma uma circulação social que funciona pela redução do sintagma, (pela centralidade do determinante diretas), *eleições diretas* para *Diretas Já*. É neste espaço que o dizer de Dante de Oliveira funciona afetado por essa circulação, como poderá ser visto em inúmeras passagens. Pode-se dizer que a força da circulação de sentidos está no determinante "direta" que contém "eleições diretas".

Para um melhor tratamento destes aspectos, vamos, inicialmente, mostrar por meio de alguns recortes o percurso argumentativo que Dante de Oliveira realizou, o qual caracteriza um modo particular de agir e fazer agir. Assim, no percurso que faremos, daqui para frente, procuraremos, como já anunciado, mostrar a passagem da enunciação *eleição direta* para a enunciação *Diretas Já!*. Veja que no desenrolar destes acontecimentos muitos outros acontecimentos vão se cruzando, diríamos de forma seletiva, para compor um conjunto de argumentos que vão dando forma e visibilidade ao acontecimento *Diretas Já!*. É como se pudéssemos dizer que há um fora da política que vem para dentro e um dentro da política que vai para fora para contribuir na construção da *Campanha Diretas Já!*.

As ações que foram costurando a invenção da Campanha Diretas Já! serão mostradas por meio de citações que têm como fonte o livro escrito por Dante e Leonelli, bem como o discurso que o autor da PEC/5 fez em 25 de abril de 1984, antes da votação da emenda.

Dante de Oliveira em várias passagens do seu discurso apresentado no Congresso Nacional em 25 de abril de 1984, em defesa da sua Proposta, marca sua

enunciação pela aplicação de expressões que designam o desdobramento do acontecimento de sua Proposta de Emenda Constitucional. Como último momento de apelo aos congressistas, rememora pelo fio da história o valor do povo brasileiro pelo espírito de nacionalidade e participação, a riqueza do Brasil, o sentido de Nação ordeira e pacífica, as parcerias conquistadas dentro e fora do governo, a crise do Brasil e, principalmente, marca o lugar de conflito, de desentendimento entre governo, oposição e povo.

Em um processo de retrospectiva sobre a campanha das *Diretas Já!*, o último discurso de Dante de Oliveira, antes da votação da emenda, apresenta uma análise que trata do nascimento e evolução do movimento. Uma constante nos discursos dele é a grandeza do Brasil, da Nação e do povo brasileiro, elementos sem os quais, segundo ele, enquanto ator político, não se constituiria a sustentação para a invenção das *Diretas Já!*. Afinal, um movimento de massa requer argumentos fortes que valham uma grande agregação humana.

Tendo como ponto de partida a apresentação do acontecimento Emenda Constitucional Pec/5/1983, tudo o que segue após se configura em novos acontecimentos que vão trabalhar por outros objetivos. Para Pêcheux (1990, p.17), acontecimento é o que reside: "[...] no ponto de encontro de uma atualidade e uma memória". Dito de outro modo, as sucessões de acontecimentos após a apresentação da Emenda faz com que a mesma passe a ser uma memória, pois o que segue é um trabalhar pela vitória do acontecimento que gerou uma memória. Assim, outros acontecimentos geradores da organização das *Diretas já!*, e que criam espaços para

reescrituras e predicções, mantêm, em certa medida, uma reatualização dessa memória.

Em cumprimento às normas e padrões de apresentação de documentos no Congresso Nacional, temos a inscrição da Proposta de Emenda Constitucional Nº 5/1983 (PEC/83), que também em obediência às regras daquela Casa de Leis é renomeada com o nome do seu propositor, no caso, Emenda Dante de Oliveira. Fora deste espaço institucional, as renomeações derivam de um conjunto de debates sobre o tema principal da Emenda, qual seja, eleição direta para Presidente da República.

Na medida em que avançam as discussões em torno da Emenda, avançam as agregações que renomeiam a todo instante o acontecimento que virou memória. Teríamos então uma lista como: Proposta de Emenda Constitucional número 5/ 1983; PEC/5/1983; Emenda Dante de Oliveira; campanha das diretas; eleições diretas; diretas já!; direta. Por este viés, vê-se a geração de outras interpretações produzidas a partir de outros pontos de vista.

Sendo uma posição, determinada por uma ideologia, o ator político Dante de Oliveira marca sua participação em um momento específico da história do Brasil, mobilizando um discurso em que o povo e a Nação brasileira são, como vimos, os grandes filões que compõem, sempre, as razões de sua argumentação. Nos excertos que seguem, há exemplificações dessas argumentações, mas há também uma reescrituração, por substituição para Proposta de Emenda Constitucional número 5/ 1983; PEC/5/1983; Emenda Dante de Oliveira; Campanha das Diretas; Eleições Diretas; Diretas Já!, Direta, que aparece nos recortes de R12 a R16 em expressões nominais, cujo núcleo é *movimento*.

R12-As idéias e os ideais do nosso povo estão no bojo deste *grande movimento popular*.

R13 - *E foi este movimento* que nasceu do coração e do sentimento mais profundo da nacionalidade, que tomou conta de todo este Brasil.

R14 - *Este movimento* obteve uma coisa histórica neste País; uniu amplos segmentos da sociedade civil e militar.

R15- Senhor Presidente, a coisa mais bela que ocorreu *neste movimento cívico* foi a energia despertada por 130 milhões de brasileiros, uma energia que não pode jamais esta Nação perder.

R16- Sr. Presidente, *está em nossas mãos* os destinos deste País. O Congresso Nacional, hoje, é alvo de toda a atenção nacional, e muito mais, representa a esperança da Pátria e do povo brasileiro. *Está em nossas mãos* a saída pacífica para os graves problemas econômicos, sociais e políticos que nos envolvem hoje. *Está em nossas mãos* a própria sobrevivência desta instituição enquanto poder, respeitada pela opinião pública enquanto poder, que vem como tarefa histórica a consolidação da democracia brasileira. (DANTE/DCN 26/04 / 1984, p. 748).

Os enunciados acima se reportam ao período em que se desenvolveu a Campanha das *Diretas Já!*, demonstrando pelo processo de reescrituração por repetição um modo insistente de redizer algo que já foi dito.

Colocando em funcionamento operações enunciativas que vão constituindo o sentido do texto, a reescrituração acompanhada da predicação vai articulando uma palavra a outra, ora para retomar ora para redizer de outra forma algo já dito.

Acentuando as características positivas da mobilização que levou o povo às ruas em confronto com o regime militar, repete-se, insistentemente, o sintagma nominal *movimento* e, por vezes, o predica como: grande movimento popular, movimento cívico, mobilização popular. Este modo de repetição funcionando como reescritura produz outras significações, quais sejam, um lugar de dizer que um movimento ou mobilização só se constrói com a participação popular. A carga semântica para estes sintagmas

justifica as repetições na conjuntura de ocorrência, em que *movimento* designa marcha, o que significaria : o povo em marcha nas ruas; e *mobilização* designa parar, ajuntar, agregar, em função de algo. Podemos ainda dizer que a *mobilização* era *diretas*, o *movimento* era por *direta*.

A voz de locutor político instala lugares de debate para si e para o povo, em que a constituição de suas argumentações chegam firmadas pela análise que faz da conjuntura e pelo senso de antecipação em que enuncia em nome do povo as aspirações do povo. Da posição de locutor político que representa um povo e uma nação, o agir político estabelece uma divisão entre povo e governo, instalando o lugar de litígio e dando a ele visibilidade, como podemos constatar pelo bloco de recortes abaixo:

- R17- Maior movimento cívico já realizado na História do Brasil;
- R18- Esta mobilização popular foi menosprezada e criticada pelos donos do poder;
- R19- Este movimento não pode ser tratado de qualquer forma pelo Governo, com menosprezo.
- R20-. A força que esse movimento tomou, neste País não foi apenas pelo simples fato de o povo desejar trocar o João pelo Manoel, no plano institucional da nossa luta política [...].(DANTE/DCN 26/04 / 1984, p. 748).

Aqui, vê-se na passagem de R17, para R18, que *movimento cívico*, predicado positivamente com *Maior*, é reescrito por *Mobilização Popular*, predicada por menosprezada pelos donos do poder (os donos do poder menosprezam a mobilização popular).

Revedo os enunciados acima, que fazem parte deste bloco de análise, dizemos que um é parte constitutiva do outro, tanto na reescrituração quanto na

articulação entre palavras. É pelas enunciações que nomeiam, renomeiam e predicam o evento de participação do povo que se pode destacar algumas formas de dizer e redizer uma mesma coisa, fazendo, assim, a passagem do sintagma nominal movimento para: movimento cívico, movimento popular, mobilização popular.

A curiosidade que traz este discurso é que em sua primeira parte há apenas a aplicação do sintagma nominal *movimento* e suas predicacões, para na sequência fazer a passagem para o sintagma nominal *direta* e suas predicacões, como veremos daqui por diante.

Retomando a história, pelo fio do discurso, Dante de Oliveira lembra aos senhores congressistas que a tarefa de todos brasileiros é a reconstrução da Pátria. E estando incluso entre todos os brasileiros e tendo o legítimo direito de representar o povo, materializou sua vontade que era também a vontade de todo o povo, a conquista do poder central, apresentando a Emenda constitucional número 5/1983. Pensando a representação como posição na qual um sujeito se inscreve socialmente para exercer os direitos que lhe são conferidos em sociedade, temos que o locutor político ao rememorar o transcorrer das Diretas, iniciado na apresentação da Emenda, convoca o povo a exercer o poder de ir às ruas, resgatando um princípio básico da democracia: a liberdade, mas também a exercer a cidadania. No entanto, há que se pensar que o poder nunca é partilhado de forma igualitária. Deste modo, aos representantes são reservados os lugares de destaque, as nomeações que entram para a história e ao representado o lugar de quem compõe a massa indiferenciada, nomeada povo, mas sem a qual não haveria a constituição dos inúmeros argumentos que fizeram ferver as forças políticas no acontecimento *Diretas Já*.

A relação representante e representados é constituída pelo exercício de uma democracia representativa, antes mesmo de sua vigência legítima. O enunciador político, aqui, é aquele que enuncia a favor do povo e incorpora a voz do povo. O que vemos é a busca de uma prática política coletiva com capacidade de enfraquecer os opositores. Na conquista por uma mobilização é preciso ganhar a confiança da sociedade. Então, o discurso propõe ações que podem ser analisadas como de interesses do povo.

Tomemos de maneira mais acurada o recorte R20:

R20- Sr. Presidente, a grande tarefa de todos nós, brasileiros, hoje, é [...] a da *reconstrução da nossa Pátria, a grande reconstrução nacional*. E foi para tentar materializar essa vontade que eu sentia, desde a campanha de 1982, no meu querido Estado de Mato Grosso, que a reivindicação máxima do povo era a conquista do poder central. Foi por isso que apresentei, em 1983, a Emenda Constitucional nº 5, como simples é o povo brasileiro, *direta*, como é também o sentimento de toda a Nação, que quer *restabelecer as eleições diretas* para conquistarmos um novo pacto social do poder, que espelhe a vontade da maioria dos brasileiros. (DANTE/DCN 26/04 / 1984, p. 748).

Pode-se dizer que em R20 fala um locutor-político como um enunciador-coletivo do qual este locutor faz parte: o que vem marcado por *nós, brasileiros, nossa Pátria*. Assim, o locutor apresenta a voz do povo e se inclui nesta voz, ao mesmo tempo.

Numa batalha pela conquista de poder, as enunciações são estrategicamente coletivas, como forma de marcar a concorrência que opõe políticos, instituição e o povo. Olhando o enunciado acima (R20), a proposta de reconstrução

nacional é anunciada para uma coletividade, vindo esta a ser o bem que marca não só uma posição, mas o lugar de uma oposição contra o regime militar.

A perspectiva de reconstrução nacional é divulgada como um produto que produz um divisor entre posições antagônicas do poder. De um lado, encontra-se o regime militar, e de outro lado a oposição que trabalha para que a pressão popular cause os efeitos esperados na busca da vitória.

Trabalhando o espaço político como estrutura que oferece organização para realização de uma transformação, temos em primeiro lugar a inscrição da Emenda Constitucional número 5, a qual, segundo seu autor, materializa a sua vontade, bem como a vontade do povo. Logo em seguida, o locutor projeta um antes e um depois para enunciar que a Emenda é simples como o povo, *direta*, de modo a restabelecer as eleições diretas. Assim, no argumento da simplicidade da emenda está também o argumento que leva o povo a entrar na batalha pela *Direta*.

Vendo o discurso político como um produto dos espaços de competição para a conquista do poder, lembramos que é próprio da prática política dizer e redizer coisas que satisfaçam uma coletividade. Pois, como pontua Gaxie (2003, p. 31): "L'homme politique doit une partie de son succès au travail qu'il opère sur l'air du temps et les humeurs du moment".

Buscando explicitar como se dá o funcionamento de uma língua no acontecimento da enunciação, vamos explanando, a partir dos recortes em análise, como a língua se movimenta e que sentidos são criados pelo dizer e redizer de uma mesma coisa. Até aqui, vimos que o locutor faz um retorno que rememora a trajetória de construção de um movimento popular, cívico, grande, que surgiu arraigado por um

profundo sentimento de nacionalidade, que uniu segmentos da sociedade civil e militar, tudo isso graças à materialização da vontade do povo: inscrição da Emenda Constitucional n 5. Porém, para se chegar ao evento que se designou por movimento, mobilização, Diretas já!, houve todo um trabalho de organização e articulação do PMDB, após a inscrição da Emenda.

Pelo recorte acima constatamos o emprego do sintagma *Direta* para espelhar a simplicidade do povo brasileiro e para designar Emenda Constitucional n.5. O objetivo da Emenda aparece pelo sintagma *direta* em articulação com as eleições diretas. No entanto, o emprego do sintagma *direta* é uma reafirmação do estado de urgência em que o Movimento *Direta Já!* foi constituído.

Tomemos o recorte R21:

R21- Srs. Congressistas, neste momento, quero lembrar, a esta Casa e a toda a Nação, que ao longo da tramitação desta nossa emenda, nunca nos agarramos a ela porque fosse nossa e porque fosse do nosso partido, o PMDB. Ao contrário, utilizamos esta tribuna para, no mês de março, dizer a toda a Nação que o que desejávamos era *as eleições diretas para já*, como saída política, como saída pacífica para os graves problemas nacionais. (DANTE/DCN 26/04 / 1984, p. 748).

Resgatando o processo de articulação e organização do que viria ser a campanha pelas eleições diretas, temos no recorte *R21* uma lembrança que põe em evidência o papel do PMDB (partido de oposição ao governo militar) e do autor da Emenda, Dante de Oliveira. A enunciação de que desejavam *as eleições diretas* é articulada ao advérbio de tempo *Já*, marcando, assim, um estado de premência para a única saída para a crise brasileira.

Responsável pela articulação do que seria o maior movimento de massa do Brasil, um grupo de deputados do PMDB (Grupo Pró-Diretas) encaminha documento à Direção Nacional do partido e começa a repetição incansável dos sintagmas: direta, diretas, campanha pelas diretas, direta já! nas inúmeras reuniões que marcaram o trabalho de agenda de todos os detalhes da Campanha. De maneira sistematizada, pequenos atos e palestras vão se espalhando pelo Brasil inteiro e logo cedem espaço aos comícios que arrastaram multidões às ruas com a palavra de ordem *Diretas Já!* que punha em funcionamento o objetivo da Emenda Constitucional número 5: restabelecer as eleições diretas para Presidente da República.

A passagem de um acontecimento a outro permite que o emprego das palavras construa outros significados. O que inicialmente funcionava como objetivo de uma emenda pelo emprego do enunciado *eleições diretas* sofre alteração e passa a designar a nomeação de um movimento de massa: *Diretas Já!*

Lembrando que a PEC/5 propunha restabelecer *eleições diretas* para Presidente da República, o Locutor acrescenta o advérbio *Já!*, reforçando a necessidade de redemocratização do País e saída para a crise econômica. Observamos que o emprego do advérbio *Já* é articulado através da preposição *para*, formando *para já*. Assim, pelo funcionamento de uma memória e um estado de urgência, a enunciação de *eleições diretas para já*, faz parte da história que gesta e projeta o nascimento da palavra de ordem *diretas já!*. Dito de outro modo, foi da multiplicidade de enunciações, em que se empregaram o sintagma *eleições diretas*, bem como da discussão *para quando?* que teve como resposta a urgência do momento em um sonoro *Já*, que podemos dizer da instalação da palavra de ordem: *Diretas já!*

Dizer o que significa Diretas Já! é reconhecer que a expressão não funciona como nome da Emenda, pois para a Emenda têm-se as inscrições, Proposta de Emenda Constitucional número 5 e Emenda Dante de Oliveira, sendo estes os modos de nomeação legitimados no Congresso. Caso se pergunte qual foi a Emenda das diretas, ainda se obterá como resposta: foi a Proposta de Emenda Constitucional número 5, ou Emenda Dante de Oliveira. No entanto, o uso da expressão Emenda das Diretas, como ocorrência, no decorrer da campanha, cria um deslocamento de sentidos entre o nome da Emenda e o nome da campanha.

Procurando manter uma interlocução com o povo, o enunciador político instala o debate em um movimento de vai e vem, de dentro para fora e de fora para dentro. O reconhecimento da pressão popular, do valor cívico, as homenagens ao Grupo Pró-diretas e aos parlamentares do governo que apoiaram a mesma luta, funcionaram como argumentos de sedução para se conquistar apoios. O recorte R22 abaixo traz evidências de tais argumentos:

R22- ao longo da tramitação, os nossos debates com o Grupo Pró-diretas– a quem, neste momento, rendo a mais profunda homenagem – que deu, ao longo desse processo, uma demonstração de coragem cívica, com todas as pressões e opressões que vieram do Planalto, mantendo seu compromisso, não conosco da Oposição, mas o compromisso solene com a Pátria e com o povo. E, além de ao Grupo Pró-diretas, temos de render homenagens também a uma dezena de Parlamentares do partido do Governo, que não atuam diretamente no Grupo Pró-diretas, mas fazem parte desta grande corrente de libertação do nosso povo, de libertação da nossa Pátria. (DANTE/DCN 26/04 / 1984, p. 748).

Se colocando a serviço do povo e da Nação, o locutor político olha um presente onde a angustia deve ceder lugar à esperança, pois o objetivo da luta,

abraçada por milhares, é a conquista da libertação do povo, da libertação da Pátria. Por um funcionamento enunciativo de tradução do sentimento do povo, da sua posição e do seu partido PMDB, intercala sua voz com a voz do povo, que assume como sua, para dar vazão à síntese que traduz a necessidade *das Diretas Já!* . É o que enuncia Dante em *R23*:

R23- Sr. Presidente, Srs. Congressistas quero afirmar, neste momento, que a *Emenda Constitucional nº 5*, que levou meu nome, não me pertence, nem ao PMDB nem aos partidos de Oposição; ela pertence a toda a Nação, a todo o povo brasileiro, porque traduz o sentimento, a angústia e, principalmente, a esperança de melhores dias para 130 milhões de brasileiros.

Está em nossas mãos o futuro grandioso do Brasil, do Brasil - vida, do Brasil - educação, do Brasil - saúde, do Brasil amor, do Brasil fraterno, do Brasil justo, do Brasil livre, do Brasil democrata e do Brasil soberano. Hoje é o dia da vitória do povo, é o dia da vitória da Pátria, é o da vitória deste Congresso Nacional. (DANTE/DCN 26/04 / 1984, p. 748).

O recorte acima mostra a voz do enunciador coletivo, dirigindo um último apelo ao Congresso Nacional e, para isso, retorna à Emenda Constitucional n.5, argumentando que a mesma é de propriedade da Nação e do povo brasileiro. O argumento propõe uma união que se projeta para um futuro grandioso do Brasil, sendo este futuro de responsabilidade dos senhores congressistas. Repetindo o nome do Brasil com qualificações positivas, responsabiliza os congressistas pela legitimação da mudança em que o povo, a Pátria e o próprio Congresso Nacional seriam os vitoriosos. O enunciador político Dante de Oliveira registra seu último apelo, sua última convocação para a reinstalação da soberania e da redemocratização do Brasil.

Se as *Diretas Já!* era um grito preso na garganta, o movimento que levou milhões de brasileiros às ruas de todo País possibilitou a vazão deste grito. Na Campanha pelas *Diretas Já!* muitas foram as palavras de ordem gritadas, mas a mais forte, a mais insistente, foi *Diretas já!*, por significar um desejo imediato de mudança. Nomeando um grande Movimento de massas do Brasil e funcionando como palavra de ordem, a expressão *Diretas já!* se apresenta sozinha como texto. Nesta perspectiva, o Movimento das *Diretas Já* tem como palavra de ordem o funcionamento enunciativo, *Diretas já!*

Na palavra de ordem tem um enunciador coletivo, contexto em que o povo pertence a um lugar social de reivindicações. Repetida por um enunciador coletivo, a palavra de ordem *Diretas Já!* instala um *nós*, em todo tipo de manifestação, levando à elaboração das seguintes paráfrases: *nós exigimos diretas Já!*; *nós exigimos do Congresso Nacional, do governo, dos ditadores, Diretas Já!*. A interlocução agora passa a ser povo *versus* poder, em que pela manifestação pública o povo estabelece uma forma democrática de luta.

Retomemos aqui: Dante de Oliveira ao enunciar *Diretas para Já*, conforme visto no recorte R21 “[...] o que desejávamos era as eleições diretas para já, como saída política, como saída pacífica para os graves problemas nacionais”, põe em circulação sentidos que se dão, exatamente, a partir da palavra *direta*, a qual, desde a sua origem na propositura da Emenda, foi se desdobrando até chegar em *Diretas Já!*. Observe, então, que se produz um movimento iniciado no sintagma *direta* que vai sendo perseguido continuamente pela repetição do objetivo da Emenda, qual seja: *eleições diretas para já*. Foi dessa repetição articulada no interior do PMDB e

estruturada para se pôr uma campanha nas ruas que a palavra de ordem Diretas Já! surge funcionando como slogan do movimento. Assim, vemos que a palavra de ordem Diretas Já! se constitui sem o nome *eleições* e dada uma circulação social, entra em funcionamento pela redução do sintagma *eleições diretas* para *Diretas já*. Nesta perspectiva, o dizer de Dante de Oliveira funciona, também afetado por esta circulação.

No caso específico de Diretas Já!, podemos ver que em *R20* Dante enuncia *direta* para se referir à Emenda e à simplicidade do povo, atrelada ao sentimento da Nação que quer *restabelecer as eleições diretas*, e, usa, desse modo, o sintagma *direta* como paráfrase de eleições diretas.

Avançando um pouco mais, temos o sentido de *direta* e *diretas* como o centro de interesse que possibilita a passagem do texto de Dante para o desdobramento *Diretas já!*. Vê-se, ainda, que a palavra de ordem se articula com as enunciações de Dante de Oliveira e as faz circular independente de sua vontade e contribuição direta. É pelo retorno a uma memória e a um já dito que a palavra de ordem *Diretas Já!* reaparece no título do seu livro em 2004 como: *Diretas Já: 15 meses que abalaram a ditadura*, mas esta já é uma outra cena enunciativa. Assim, lembramos que a cena enunciativa dos desdobramentos do dizer de Dante de Oliveira, ou o dizer dele, *as diretas*, produz outros dizeres.

Neste universo, o funcionamento da palavra de ordem *Diretas Já!* explicita a urgência de um momento e põe em cheque o modelo de administração do governo militar e sua essência. A palavra de ordem funcionando como slogan cria um outro acontecimento, o qual pode ser entendido como algo que se percebe: “[...] no ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” (PÊCHEUX, 1990, p.17). Considerando o

acontecimento de chamamento para *Diretas Já!* fica latente uma conclamação para a vitória em que pesa um antes e um depois nos discursos.

A enunciação *Diretas já!* põe em funcionamento inúmeros discursos sobre a capacidade do governo militar em conduzir os rumos da Nação, em que esses discursos representam a marca da divisão e do desentendimento entre governo militar e Nação. Desse modo, o grito da Nação pela mudança do modelo de governo se sobrepõe a qualquer outra enunciação. Há, neste caso, o cruzamento de memórias recortadas no acontecimento, uma sobre o antes do regime militar e outra sobre o que é o regime militar. Dessas memórias nasce uma projeção para o futuro, que também será memória.

Tratando da palavra de ordem e do slogan, autor como REBOUL (1975, p. 34) aponta que a palavra de ordem destina-se a um fim específico, com conteúdo breve e preciso. Já o slogan teria como característica o tom apelativo que se dirige às questões políticas. No caso da enunciação *Diretas Já!*, temos que a mesma funciona tanto como palavra de ordem que tem um fim específico: *eleger o presidente da República*, tendo para isso um conteúdo preciso, quanto para fazer agir as massas, conforme proposta de um slogan. Acreditamos que neste caso em particular, a enunciação funciona como palavra de ordem, de conteúdo imperativo, apelativo e preciso, e também como slogan que Reboul (ibid., p. 39) define como:

Chamo slogan uma fórmula concisa e marcante, facilmente repetível, polêmica e frequentemente anônima, destinada a fazer agir as massas tanto pelo seu estilo quanto pelo elemento de autojustificação, passional ou racional que ele comporta; como o poder de incitação do slogan excede sempre seu sentido explícito, o termo é mais ou menos pejorativo.

De caráter anônimo, o slogan Diretas Já! corresponde a um genérico, em que o enunciador não é identificável e dirige-se a receptores também não identificáveis.

Tendo um caráter pragmático o slogan Diretas Já! um argumento: Vem! Já! votar para Presidente, fixando de forma insistente na mente dos eleitores que passam a repeti-lo em tom de palavra de ordem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Situados na teoria enunciativa, a qual busca tratar o sentido na organização textual, o esforço que empreendemos nestas páginas constituiu-se numa reflexão complexa do que foi o movimento das Diretas Já!, bem como outros movimentos políticos que tiveram o sujeito Dante de Oliveira como ator político.

Considerando as cenas enunciativas dos acontecimentos das Diretas Já!, procuramos trazer à tona aquele que fala e aquele para quem se fala no esforço de configurar o agenciamento enunciativo, tal posto por Guimarães (2002). Para tanto, trabalhamos com recortes enunciativos da Emenda Dante de Oliveira, na tentativa de fazer emergir as configurações que atravessam o nome Dante de Oliveira, a fim de defenir, a partir de outros textos do período das Diretas Já!, o que a teoria enunciativa designa como Domínio Semântico de Determinação, mobilizando procedimentos de reescrituração e articulação. Ressaltamos, porém, que os fatos tomados para este trabalho reúnem em si o que os torna historicamente importantes.

Ao refletir sobre a importância dessa análise que toma como dado um momento da história e suas enunciações como foco, lembramos Veyne (1971, p. 23), "[...] a história é uma cidade que se visita pelo puro prazer de ver assuntos humanos na sua diversidade".

Foi a riqueza dessa diversidade que sustentou o nosso interesse em reler o momento histórico das Diretas enquanto o maior movimento de massas do Brasil que aglutinou diferentes forças sociais ao colocar a nação inteira nas ruas gritando por um só direito, o restabelecimento da democracia pelo direito ao voto direto.

Este foi um lugar para se revelar a força de um gesto político, de pontuar que um acontecimento se desdobra em outros. Nesse sentido, a prática política de Dante de Oliveira, tomada em condições particulares do início dos anos 80, articula-se com inúmeros efeitos que se desdobraram naquele momento e são visíveis e sentidos até hoje.

No nosso percurso vimos como a argumentação de Dante de Oliveira, tanto na apresentação da PEC, quanto em textos posteriores, apresenta-se do lugar político, sustentando-se em uma voz coletiva do povo.

No centro desta argumentação está o objetivo, a conclusão pretendida, a aprovação de eleições diretas para Presidente da República. E, como vimos, sua argumentação é para sustentar o caráter direto, as diretas das eleições. Ou seja, o centro do sentido da argumentação é o contido no determinante direta(s), que aparece determinado por tradição, aspirações do nosso povo, anseio da Nação, postulado integrado á vida política, Direito Constitucional e novo pacto social, tal como vimos em 3.3.

Vimos também o quanto este movimento de sentido se projeta para o slogan e palavra de ordem *Diretas Já*, que acaba por retornar para o vocabulário político de Dante de Oliveira.

Como ator político, Dante de Oliveira teve uma boa chance e uma boa oportunidade, na medida que sua proposta se articula de modo particular às aspirações do povo, naquele momento, por meio de um projeto simples e específico. É assim que sua proposta se vê tomada no que Zancarini e Fournel (2002) dizem : é preciso saber avaliar uma conjuntura e traçar objetivos que respondam aos interesses do político e do

povo, o que constitui a "boa chance e oportunidade". Foi esta participação política de Dante de Oliveira que refinou sua biografia e a inscreveu na história com seu próprio nome: Emenda Dante de Oliveira.

Nosso trabalho não se dedicou a contar a história da vida política do então deputado. Apenas, como linguista, procuramos nos ater aos sentidos produzidos pela forma como a língua, na enunciação, ao escrever a história, produz sentido. O percurso do sentido de *diretas* é particularmente interessante. Procuramos compreender a força de uma enunciação no fazer político e seus efeitos em uma conjuntura político-histórica. Também não reconstruímos o passado do movimento das *Diretas Já!* Tratamos apenas das representações em acontecimentos passados, por meio de documentos que repousam em arquivos públicos e/ou particulares.

Não falamos das *Diretas Já!* unicamente pelo seu acontecimento histórico, mas sobretudo por seus sentidos que se transformaram e constituíram-se em outros acontecimentos.

Não foi possível registrar com rigor a história das "Diretas", ou fazer dela uma leitura pormenorizada, pois esta tarefa seria, quem sabe, daqueles que a viveram. No nosso caso, vivemos apenas de sua memória, de modo que a nossa leitura reuniu dados memoráveis e dignos, pois como afirma Veyne (1971, p. 32), "[...] um fato deve preencher uma só condição para se ter a dignidade da história: ter acontecido realmente". Se não pudemos fazer falar as *Diretas Já*, além das fontes existentes, coube-nos, unicamente, imprimir olhares, extrair sentidos acompanhar um percurso e registrá-los com as desigualdades que são pertinentes ao repouso do passado em seus inúmeros arquivos.

A biografia do passado é, sem dúvida, recheada de acontecimentos, mas não mantemos com a mesma familiaridade suficiente para reconstruí-la, assim como não somos capazes de reconstruir à risca a nossa própria biografia. São muitos os elementos que permanecem à margem para que outros sejam selecionados. Importa, porém, que os itens selecionados apresentem os acontecimentos e seus efeitos, lembrando que: "[...] um acontecimento só é conhecido por vestígios e que todos os fatos de toda a vida de todos os dias são vestígios de qualquer acontecimento (quer esse acontecimento seja catalogado ou ainda durma na floresta do não-acontecimento)" (VEYNE, 1971, p. 34).

No universo dos acontecimentos e seus efeitos é que se visibiliza a especificidade da construção de uma prática política que constitui um ator. E foi a partir daí que fizemos um cruzamento de fontes e citações para evidenciar as práticas que constituem um ator político na conjuntura de um acontecimento histórico.

A compreensão que teve o ator político Dante de Oliveira sobre um momento histórico colocou-o em um jogo que regulou os seus gestos dentro de uma situação política concreta, mas não ao ponto de obscurecer as suas aspirações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Palavras incertas**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**: notas sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado. Tradução Walter José Evangelista; Maria Laura Viveiros de Castro. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985..

BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral I**. Campinas: Pontes, 1976.

_____. **Problemas de lingüística geral II**. Campinas: Pontes, 1991.

ANAI DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 47ª Legislatura. Câmara dos Deputados. Brasília, v. 9, n. 15, 18/10 a 1/11 de 1983. p. 19985 – 11892.

_____. 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 47ª Legislatura. Câmara dos Deputados. Brasília, v. 9, n. 5, 3 a 17/11 de 1983. p. 2615 – 03404

_____. 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 47ª Legislatura. Câmara dos Deputados. Brasília, v. 9, n. 17, 17/11 a 01/12 de 1983. p. 12731 – 13816

_____. 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 47ª Legislatura. Câmara dos Deputados. Brasília, v. 9, n. 2, 17a 26/03 de 1983. p. 0539 – 1122

COSSON, Franck. **La démocratie**. Paris: Ellipses Édition Marketing, 2005.

CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia**. 39. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

CARDOSO, Sílvia Helena Barbi. **Discurso e ensino**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

DIAS, Luiz Francisco. **Os sentidos do idioma nacional**. Campinas: Pontes, 1996.

DI RENZO, Ana Maria. **A constituição do Estado Brasileiro e a imposição do português como língua nacional**: uma história de Mato-Grosso. 2005. Tese (Doutorado em Lingüística). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

DOCKÈS, Emmanuel. Valeurs de la démocratie: huit notions fondamentales. Paris: Éditions Dalloz, 2005.

DUBOIS, Jean et al. **Dicionário de linguística**. São Paulo: Cultrix, 1997.

DUCROT, Oswald. **As escalas argumentativas**. Provar e dizer. São Paulo: Global, 1981.

_____. Pressupostos e Subentendidos: a Hipótese de uma Semântica Lingüística. In: **O Dizer e o Dito**. Campinas: Pontes, 1987.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**: uma introdução. Tradução Silvana Vieira; Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora da UNESP/ Boitempo, 1997.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 10. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

FOURNEL, Jean-Louis; ZANCARINI, Jean-Claude. **La Politique de L`experience**: Savonarole, Guicciardini et le républicanisme florentin. Paris: Edizioni dell`Orso, 2002

FUCHS, Catherine. A paráfrase, entre o discurso e a língua. Tradução livre. **Language Français**, n. 53, février, 1982, p. 47 – 89.

GAXIE, Daniel. La démocratie représentative. 4^a. Édition. Paris: Éditions Montchreston, 2003.

GIMENES, Geiza da Silva. **A invenção de Rondonópolis**: as discontinuidades do discurso historiográfico. 2007. 123f. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2007.

GUIMARÃES, E. (1969). **Texto e Argumentação**. Campinas: Pontes, 1987.

_____. Enunciação e história. In: GUIMARÃES, Eduardo (org.). **História e sentido na linguagem**. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

_____. “Os sentidos da república no Brasil”. Revista pro-posições. Cortez. Campinas, 1991.

_____. Terra de Vera Cruz, Brasil. In: **Cultura**. Rio de Janeiro: Vozes, 1992.

_____. Independência e morte. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.) **Discurso Fundador**. Campinas: Pontes, 1993.

_____. **Os Limites dos sentidos**. Campinas: Pontes, 1995.

_____. Os sentidos de cidadão no império e na república no Brasil. In: GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E.P. (Orgs.). **Língua e cidadania: o português no Brasil**. Campinas: Pontes, 1996.

_____. Língua e Enunciação, **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, Campinas, 1996.

_____. O Sujeito e os estudos da significação na década de 70 no Brasil. In: BRAIT, Beth (org.) **Estudos enunciativos no Brasil: histórias e perspectivas**. Campinas: Pontes/Fapesp, 2001.

_____. O acontecimento para a grande mídia e a divulgação científica, In: **Produção e circulação do conhecimento: Estado, Mídia, Sociedade**. Campinas: Pontes, 2001.

_____. **Texto e argumentação: um estudo de conjunções do português**. 3. ed. Campinas: Pontes, 2002.

_____. **Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação**. Campinas: Pontes, 2002.

_____. **História da semântica**: sujeito, sentido e gramática no Brasil. Campinas: Pontes, 2004.

GUIMARÃES, E.; MOLLICA, C. **A Palavra, Forma e Sentido**. Campinas:, Pontes, 2007.

_____. Bairro: a especificidade de um nome abstrato. In: MORELLO, Rosângela (org.) **Giros nas Cidades**: saber urbano e linguagem. Campinas: LABEURB/NUDECRI - UNICAMP, 2004.

_____. Civilização na Lingüística brasileira no século XX. In: **Matraga**, Rio de Janeiro: UERJ, 2004.

JENKIS, Keith. **A história repensada**. Tradução Mário Vilela. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

LEONELLI, Domingos; OLIVEIRA, Dante de. **Diretas Já**: 15 meses que abalaram a ditadura. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MALDONADO, Carlos Alberto R; BISINOTO, Leila Salomão J et al. **Gestão Democrática**: uma proposta para Cuiabá. Cuiabá: Edições Aguapé, 1993.

MARINI, Ruy Mauro. Brasil: da ditadura à democracia, 1964 – 1990. Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/033_brasil_ditadura_port.htm. Acesso em: 04 mai. 2006.

ORLANDI, E. P. **A Linguagem e seu Funcionamento**: as formas do discurso. Campinas: Pontes, 1987.

_____. **Terra à vista, discurso do confronto**: velho e novo mundo. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

_____. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

_____. **Discurso e Leitura**. São Paulo: Cortez/Editora da Unicamp, 1988.

_____. Discurso e Argumentação: Um observatório do Político. In: **Revista de Letras**, Florianópolis, nº 4.

_____. **Discurso e texto**: a formação e circulação de sentidos. Campinas: Pontes, 2001.

_____. **Palavra, Fé, Poder**. São Paulo: Pontes, 1987.

_____. Análise do Discurso: algumas considerações. **Delta**, v. 2, n. 1, São Paulo: Editora da PUC/SP, 1986, p. 34-46.

_____. Análise de Discurso. In: ORLANDI, E. P.; LAGAZZI-RODRIGUES, S. (orgs). **Discurso e textualidade**. São Paulo: Pontes, 2006.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi. 3. ed. Campinas: Pontes, 1990; 2002.

_____. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi et al. 4. ed. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1997.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS - TYTECA, Lucie. **Tratado de Argumentação**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

RANCIÈRE, Jacques. **O Desentendimento**. Política e Filosofia. São Paulo: Editora 34, 1996.

_____. **Os nomes da história**: um ensaio de poética do saber. Campinas: Pontes, 1994.

_____. O dissenso. In: NOVAES, Adauto. **A crise da razão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

REBOUL, O. **O Slogan**. São Paulo: Cultrix, 1975.

RODRIGUES, Marlon Leal. **Introdução ao estudo da ideologia que sustenta o MST**. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul Campus de Três Lagoas, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2001.

VANDRÉ, Geraldo (1968). **Pra não dizer que não falei das flores**. Disponível em: <[http:// www.lettras.terra.com.br/charlie-brown-jr/64460/](http://www.lettras.terra.com.br/charlie-brown-jr/64460/)>. Acesso em: 25 out. 2007.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história**. 4. ed. Tradução Mary Del Priori. Brasília: Editora da UnB, 1998.

ZANCARINI, Jean-Claude. **La Politique de L`experience**: Savonarole, Guicciardini et le républicanisme florentin. Paris: Edizioni dell`Orso, 2002.

ZOPPI FONTANA, Mônica. **Os sentidos marginais**. Leitura, teoria e prática. São Paulo: Mercado Aberto, 1991.

_____. **Cidadãos modernos**: discurso e representação política. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

ANEXOS

ANEXO A - BIOGRAFIA POLÍTICA DE DANTE MARTINS DE OLIVEIRA

“Dante Martins de Oliveira, engenheiro civil, natural de Cuiabá – Mato Grosso, filho de Sebastião de Oliveira e de D. Maria Benedita Martins de Oliveira, é casado com Thelma de Oliveira”.

-Formou-se em engenharia civil pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

-Foi Deputado Estadual, Deputado Federal, Prefeito de Cuiabá por duas vezes, Ministro de Estado do Desenvolvimento e da Reforma Agrária, -Governador do Estado de Mato Grosso, por duas vezes consecutivas. Fora do governo de Mato Grosso escreveu um livro que conta toda trajetória da Emenda das Diretas, durante 15 meses. A obra é lançada em 2004, por ocasião das comemorações dos 20 anos das DIRETAS.

-Iniciou sua vida partidária como secretário do MDB (movimento democrático brasileiro) em 1978. Foi membro da Comissão Executiva Nacional do PMDB, Membro da Comissão Executiva Nacional do PSDB, atualmente é Vice-Presidente Nacional do PSDB (2003), Presidente Estadual do PSDB para o período de 2002-2003 e reeleito para um novo período 2003/2005.

-Dante foi eleito Deputado Estadual em 1978 pelo então MDB.

-Em 1982, eleito para uma cadeira na Câmara dos Deputados pelo MDB, onde ganhou projeção nacional com a apresentação da emenda constitucional que restabelecia as eleições diretas para Presidente da República. Com a “Emenda Dante de Oliveira”, como ficou conhecida, o movimento pelas eleições diretas ganhou as ruas, transformando-se numa das maiores mobilizações populares da história do país em 1984;

-Em 1985 Dante de Oliveira deixou a Câmara dos Deputados à Prefeitura de Cuiabá, tendo sido eleito com 61% dos votos e

-Em 1986 foi convidado pelo presidente José Sarney a assumir o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário, cargo que aceitou e exerceu por um ano, de maio 1986 a maio de 1987;

-Retornou a prefeitura de Cuiabá, permanecendo no cargo até 1988;

-Nas eleições de 1990 foi o candidato a Deputado Federal mais votado do Estado, por uma coligação PDT, PT, PC do B e outros, sendo o oitavo deputado proporcionalmente mais votado do Brasil, mas acabou não sendo eleito por causa do quociente eleitoral.

-Em 1992, se elegeu novamente a Prefeito de Cuiabá pelo PDT (Partido Democrático Trabalhista), com 72,49% dos votos, proporcionalmente a segunda maior votação do Brasil.

-Fazendo uma administração popular e firmando parcerias com a sociedade e a iniciativa privada, Dante tornou-se o prefeito mais popular do país, conforme apontaram, à época, os institutos de pesquisa. O desempenho na Prefeitura da capital o credenciou a concorrer ao Governo do Estado ;

-Eleito em 1994 a governador de Mato Grosso pelo PDT, em uma frente de 10 partidos de esquerda e centro esquerda com 72,5da opinião publica;

- Em 1998 Dante de Oliveira foi reeleito governador pelo PSDB, ainda no primeiro turno, com 54% dos votos;

-Em julho de 2006 morre, momento em que concorreria ao cargo de deputado federal pelo PSDB/MT.

Título de Cidadão dos seguintes Estados e Cidades:

Rio de Janeiro; Salvador; Fortaleza; São João Del Rey; Rondonópolis; Juina; Tangará da Serra; Colider; Alta Floresta; Terra Nova do Norte; Cláudia; Juara; Jangada; Nobres; Porto Alegre do Norte; Dom Aquino; Araputanga; Campo Verde; New Orleans;

Medalhas e Comendas:

Medalha da Ordem do Mérito de Rio Branco no Grau de Grã Cruz (Ministério das Relações Exteriores); Medalha da Ordem do Mérito das Forças Armadas no Grau de Grande Oficial (Estado Maior das Forças Armadas); Medalha da Ordem do Mérito Militar no Grau de Grande Oficial (Exercito Brasileiro); Ordem do Mérito Mato Grosso no Grau de Grã Cruz; Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho – Grau de Grã Cruz (TST); Medalha da Ordem Estadual do Mérito Renascença do Piauí no Grau de Grã – Cruz; Medalha da Ordem do Mérito de Brasília no Grau de Grã Cruz; Grande Medalha da Inconfidência de Minas Gerais; Medalha Ordem do Mérito Legislativo de Cuiabá;

Medalha “Mauá” no Grau Ouro da Associação Comercial do Rio de Janeiro; Medalha Montezuma do Supremo Conselho do Grau 33 do Rito Escocês Antigo e Aceito da Maçonaria; Medalha “Maçon Honorário” da Sereníssima Grande Loja Simbólica do Estado de Mato Grosso; Medalha do Mérito Maçônico “Manoel Joaquim dos Santos” do Grande Oriente do Estado de Mato Grosso; Medalha Imperador D. Pedro II (Corpo de Bombeiro Militar de Mato Grosso); Medalha Homens do Mato da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso; Comenda “Dom Francisco de Aquino Correa” (ETF/CEFET/MT); Medalha de Mérito Industrial “Júlio Muller” (FIEMT); Medalha de Mérito Rural Pantaneiro (Sindicato Rural de Poconé); Medalha Reconhecimento da Escola Superior de Guerra; Medalha do Cinquentenário do Clube de Engenharia de Juiz de Fora; Comenda “Rondon” (Câmara Municipal de Santo Antonio de Leverger); Comenda “Marechal Rondon” (Câmara Municipal de Rondonópolis); Comenda do Poder Executivo Chapadense “Dr. José Pereira Leite” (Chapada dos Guimarães); Comenda do Comércio do Estado de Mato Grosso (FECOMÉRCIO); Medalha do Clube de Engenharia do Estado do Rio de Janeiro; Medalha do Conselho de Engenharia Arquitetura e Agronomia “Jubileu de Ouro”; Medalha 50 anos Caixa Econômica Federal; Medalha Mérito Municipalista Associação Matogrossense dos Municípios.

Diplomas e Certificados

Diploma Clube de Engenharia Comemoração aos 16 anos – Comício *Diretas Já*; Diploma Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil – Prêmio Top da Ecologia 2000; Diploma de “Ordenanza Municipal concedida pelo H. Gobierno Municipal San Matias – Província Angel Sandoval – Santa Cruz – Bolívia; Diploma Reconhecimento pelos pioneiros produtores rurais e BUNGE divisão CEVAL; Diploma Mérito Turismo de Mato Grosso do Fórum Empresarial de Turismo; Diploma Prêmio de Marketing Político Medalha de Bronze; Diploma de Companheiro pela Aliança Popular Democrática; Diploma de Cidadania por ter participado da Assembléia Constituinte – 1986; Certificado de participação II Jornada de Integración sob la hidrovía Paraguai/Paraná, por su participación e apoio à causa de la integración de la Cuenca Del Plata; pelo Conselho Especial de usuários de la hidrovía Paraguai/Paraná;

Certificado conferido por unanimidade do Conselho Diretor do Programa Mato Grosso - Europa (Itália – Milano – março/96), como “Presidente Onorário” Del Programa Mato Grosso – Europa – Itália.”

ANEXO B – Recortes sobre as Diretas Já!

DIRETAS JÁ: 15 MESES QUE ABALARAM A DITADURA

Quando me elegi, tomei a decisão: vou apresentar o projeto. Antes, fui ao Congresso, em janeiro, não tinha ainda tomado posse, fui pesquisar sobre os projetos que estariam tramitando (...) um funcionário do Senado me informou que não havia nenhum. Já haviam sido arquivados os projetos de Marcos Freire, de Quércio. Antes de iniciar a legislatura, eu já estava colhendo as assinaturas, em janeiro e fevereiro. Algumas eu consegui às vésperas de dar entrada no projeto. (...) eu estava tão ansioso para apresentar o projeto que fiquei na fila, perto do microfone, e fui o primeiro a falar. Eu tinha clareza de que o projeto seria muito discutido, por conta da sucessão presidencial. Por isso eu queria ser o primeiro a apresentá-lo.³

R2

Proposta de Emenda à Constituição Nº 5, de 1983

Dispõe sobre a eleição direta para Presidente e Vice-Presidente da República. As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, no uso das atribuições que lhes confere o art. 49 da Constituição, promulgam a seguinte Emenda ao Texto Constitucional:

Art. 1º Os arts. 74 e 148 da Constituição Federal, revogados seus respectivos parágrafos, passarão a vigor com a seguinte redação:

Art. 74. O Presidente e Vice-Presidente da República serão eleitos, simultaneamente, entre os brasileiros maiores de trinta e cinco anos e no exercício dos direitos políticos, por sufrágio universal e voto direto e secreto, por um período de cinco anos.

Parágrafo único. A eleição do Presidente e Vice-Presidente da República realizar-se-á no dia 15 de novembro do ano que anteceder ao do término do mandato presidencial.

Art. 148. O sufrágio é universal e o voto é direto e secreto; os partidos políticos terão representação proporcional, total ou parcial, na forma que a lei estabelecer.

Art. 2º Ficam revogados o art. 75 e respectivos parágrafos, bem como o Parágrafo 1º do art. 77 da Constituição Federal, passando seu Parágrafo 2º a constituir-se parágrafo único.

Justificação

Apresentamos esta Emenda com o intuito de restabelecer a eleição direta do Presidente e Vice-Presidente da República.

O que se colima é restaurar a tradição da eleição direta, através do voto popular, tradição esta profundamente arraigada não só no Direito Constitucional brasileiro como também nas aspirações do nosso povo.

Desde a primeira Constituição republicana, a eleição direta do primeiro mandatário da Nação foi um postulado que se integrou na vida política do País. E os maiores presidentes que o Brasil já teve vieram, todos eles, ungidos pelo consenso popular.

Não só a tradição constitucional, ou as aspirações populares militam em favor do restabelecimento do direito do povo de escolher o primeiro magistrado.

A legitimidade do mandato surge límpida, incontestada, se sua autoridade for delegação expressa da maioria do eleitorado.

Assim, o presidente passa a exercer um poder que o povo livre e expressamente lhe conferiu. Este passa a ser o mais alto representante desse mesmo povo, que não somente o escolheu, mas apoiou suas idéias, seu programa, suas metas. Difere do que ocorre com outros candidatos, escolhidos em círculos fechados e inacessíveis à influência popular e às aspirações nacionais. Um presidente eleito pelo voto direto está vinculado ao povo e com ele compromissado. As eleições diretas para Presidente da República pressupõem um novo pacto social. Serão as forças vivas da Nação, do assariado ao empresariado, que irão formar a nova base social de poder. Um presidente eleito por um colégio eleitoral não tem compromisso com o povo. Mas está diretamente vinculado àquelas forças que o apoiaram, no círculo diminuto e fechado que o escolheu.

Para completar o disposto no art. 74 e a revogação do art. 75 e seus parágrafos, bem como a do parágrafo 1º do art. 77, a proposta exclui, do texto do *caput* do art. 148 da Constituição Federal, a ressalva constante das palavras "salvo nos casos previstos nesta Constituição", bem como seu parágrafo único, a fim de que fique expresso que o sufrágio é universal e o voto, direto e secreto em todas as eleições.

Ao submetermos esta Proposta ao exame do Congresso Nacional, estamos certos de sermos porta-vozes do anseio da Nação, da imensa maioria do nosso povo, que, há muito, acalenta esta aspiração, mais forte agora, após ter ressuscitado politicamente, com a última eleição direta para governador.

A presente Proposta de Emenda à Constituição deve ser vista, também, como a única solução à crise econômica, política e social por que passa o País.

A nós basta um mínimo de patriotismo, de honestidade e de sentimento humano, para entendermos que é hora de mudar.

DEPUTADOS: Dante de Oliveira — Fernando Lyra — Horácio Ortiz — Adhemar Santillo — Casildo Maldaner — Amaury Müller — Odilon Salmoria — Walmor de Luca — Dirceu Carneiro — Jarbas Vasconcelos — Jackson Barreto — Tidei de Lima — Pimenta da Veiga — Darcy Passos — Cássio Gonçalves — Manoel Costa Jr. — Walber Guimarães — Renato Bernardi — Santinho Furtado — Bete Mendes — Elquisson Soares — Haroldo Lima — Raul Ferraz — Genebaldo Correia — Virgildásio de Senna — Nadyr Rosseti — Matheus Schmidt — Aldo Pinto — Júlio Caruso — Wagner Lago — Carlos Alberto de Carli — Randolfo Bittencourt — Nyder Barbosa — Roberto Freire — Carlos Wilson — Mário Covas — Siegfried Heuser — Jorge Carone — Leônidas Sampaio — Márcio Macedo — Daso Coimbra — Alberto Goldman — Alencar Furtado — Epitácio Cafeteira — Miguel Arraes — Cristina Tavares — Manoel Viana — Aurélio Peres — Paulo Mincarone — Carlos Vinagre — João Gilberto — Alúzio Bezerra — Ulysses Guimarães — Carlos Mosconi — José Carlos Vasconcelos — Brabo de Carvalho — Vicente Queiroz — Fernando Santana — José Fogaça — Sinval Guazzelli — José Genofno — Márcio de Lacerda — Hércílio Fortes — Sérgio Cruz — Carlos Sant'Ana — Jorge Vianna — Oswaldo Lima Filho — Egídio Ferreira Lima — Ruben Figueiró — Milton Figueiredo — Fernando Gomes — Del Bosco Amaral — Lélío Souza — Eduardo Matarazzo Suplicy — Marcelo Cordeiro — Hélio Duque — Luiz Henrique — Domingos Leonelli — Jorge Medauar — Francisco Amaral — Francisco Dias — Octacílio de Almeida — Farabulini Júnior — Jacques Dornellas — Chagas Vasconcelos — Ivo Vanderlinde — Djalma Bom — Sebastião Ataíde — Mário Juruna — Floriceno Paixão — Walter Casanova — Brandão Monteiro — Plínio Martins — Ivete Vargas — Mansueto de Lavor — João Hermann — Mário Frota — Aníbal Teixeira — José Carlos Teixeira — Hélio Manhães — Cid Carvalho — Raimundo Asfora — Aloísio Campos — Coutinho Jorge — Geraldo Fleming — Celso Peçanha — Ricardo Ribeiro — Paes de Andrade — Iturival Nascimento — Márcio Braga — Irma Passoni — Harry Amorim — Israel Pinheiro Filho — Ronaldo Campos — Ademir Andrade — Márcio Santilli — Airton Sandoval — Rosa Flores — José Eudes — Mirthes Bevilacqua — Ayrton Soa-

MARÇO 83

res — Juarez Batista — Paulo Lustosa — Nilton Friedrich — João Cunha — Hermes Zaneti — Mário Hato — Délio dos Santos — Dionísio Hage — Olavo Pires — Orcstes Muniz — Agenor Maria — Teodoro Mendes — Euclides Scalco — Pacheco Chaves — Wall Ferraz — Sebastião Nery — Antônio Moraes — Henrique Eduardo Alves — Joaquim Roriz — Gasthone Righi — Agnaldo Timóteo — Paulo Zarzur — Moacir Franco — Jorge Uequet — Ralph Biasi — Mendes Botelho — Nelson do Carmo — Magno Bacelar — Aroldo Moletta — Maurício Fruet — Wilson Haese — Flávio Bierrenbach — Fernando Cunha — João Herculino — Iram Saraiva — João Divino — José Freire — Juarez Bernardes — Paulo Marques — José Mendonça de Moraes — Milton Reis — Israel Dias-Novaes — José Ulisses — Enéas Farias — Arthur Virgílio Neto — Marcondes Pereira — Ciro Nogueira — Renato Bueno — Irajá Rodrigues — Aloysio Teixeira — Irapuan Costa Jr. — Ibsen Pinheiro — Múcio Athaide — Renato Viana — José Maranhão.

SENADORES: Humberto Lucena — Hélio Gueiros — Tancredo Neves — Saldanha Derzi — Gastão Müller — Roberto Saturnino — Henrique Santillo — Mário Maia — Fábio Lucena — José Fragelli — Severo Gomes — Álvaro Dias — Pedro Simon — José Ignácio — Itamar Franco — Afonso Camargo — Mauro Borges — Marcelo Miranda — Jaison Barreto — Luiz Cavalcante — Nelson Carneiro — José Richa — Alberto Silva — Franco Montoro.

ANEXO C – Música de Geraldo Vandré

Pra Não Dizer Que Não Falei Das Flores

Geraldo Vandré

Composição: Geraldo Vandré

Caminhando e cantando

E seguindo a canção

Somos todos iguais

Braços dados ou não

Nas escolas, nas ruas

Campos, construções

Caminhando e cantando

E seguindo a canção...

Vem, vamos embora

Que esperar não é saber

Quem sabe faz a hora

Não espera acontecer...(2x)

Pelos campos há fome

Em grandes plantações

Pelas ruas marchando

Indecisos cordões

Ainda fazem da flor

Seu mais forte refrão

E acreditam nas flores

Vencendo o canhão...

Vem, vamos embora

Que esperar não é saber

Quem sabe faz a hora

Não espera acontecer...(2x)

Há soldados armados

Amados ou não

Quase todos perdidos

De armas na mão

Nos quartéis lhes ensinam

Uma antiga lição:

De morrer pela pátria

E viver sem razão...

Vem, vamos embora
Que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora
Não espera acontecer...(2x)

Nas escolas, nas ruas
Campos, construções
Somos todos soldados
Armados ou não
Caminhando e cantando
E seguindo a canção
Somos todos iguais
Braços dados ou não...

Os amores na mente
As flores no chão
A certeza na frente
A história na mão
Caminhando e cantando
E seguindo a canção
Aprendendo e ensinando
Uma nova lição...

Vem, vamos embora
Que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora
Não espera acontecer...(4x)



O SR. DANTE DE OLIVEIRA (PMDB — MT. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, estranhamos a tese da reeleição de Figueiredo, que ora vem à baila.

Vemos nesta proposta uma inversão de tudo quanto poderíamos esperar acontecer.

A reeleição em troca das eleições diretas era natural que partisse do Governo, até mesmo como manobra para esvaziar e tentar dividir as Oposições na caminhada pelas diretas. Mas, partir de setores da Oposição, como o Dr. Leonel Brizola, e até de alguns setores do PMDB, é de se estranhar.

É bom lembrarmos que há uma semana o Governador do Rio em entrevista ao Jornal *O Globo*, afirmava que o PMDB não estava interessado nas diretas, porque seria o grande beneficiário do processo indireto.

Ora, prezados companheiros, agora vem este mesmo Governador com uma proposta que no mínimo é imoral, e partindo da Oposição, inaceitável.

Veja nela uma jogada para bombardear a mobilização nacional que o PMDB está prestes a lançar e que espera contar com todas as oposições.

O Governo encontra-se acuado e desesperado com a crise, não tem unidade no processo sucessório, basta ver os tantos e tantos "presidenciáveis" que pululam nas suas hostes. Portanto, eles é que resolvem suas crises internas e a crise geral do País por eles mesmo criada pela irresponsabilidade, pela falta de patriotismo e negociações promovidas nos últimos 19 anos.

Não cabe às Oposições acreditarem e promoverem safadas elitistas através de acordos espúrios e ilegítimos.

A nós cabe, sim, mobilizarmos a Nação, levantarmos o povo e propor à sociedade um programa mínimo de salvação econômica através das eleições diretas.

Só há uma força que este Governo respeita e teme: é a pressão popular. Foi através dela que conquistamos o espaço democrático atual, a anistia, eleições de governador e outras conquistas.

Enfim, espero que a Direção Nacional do PMDB tome uma posição clara de repúdio veemente contra esta imoral proposta. A melhor resposta a esta inominável e abominável tese é irmos às ruas imediatamente com as eleições diretas, que estão no coração e no sentimento do povo brasileiro.

É a única forma de colocarmos o nosso País no lugar que ele merece, no pedestal da dignidade, do respeito à pessoa humana e do respeito à soberania nacional, que hoje está sendo negociada à preço vil pelos acordos a portas fechadas promovidas pelo atual desgoverno.

43: sessão 11/05/83 p. 3148



24103/183 16.5.8.108

O SR. DANTE DE OLIVEIRA (PMDB — MT. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados nos últimos meses, a imprensa tem dado destaque especial ao tema da sucessão presidencial.

Digo mais: não é assunto apenas dos veículos de comunicação, mas de todo o povo brasileiro.

O País, na situação em que se encontra, de grave crise econômico-social, suscita no seio do povo brasileiro a esperança de mudança, e não há melhor oportunidade de complementar o processo de mudança, que teve seu início com eleições dos governadores, do que a eleição maior do Presidente da República, que representaria na prática a grande virada.

Este, tenho certeza, é o sentimento do povo brasileiro. Para ele, o momento dessa discussão é sempre mais que oportuno, pois o que mais o preocupa é encontrar uma saída para resolver seus graves problemas, até de sobrevivência.

O povo não está preocupado em resolver a crise do Governo, mas de resolver a crise do País, para que tenham um governo democrático de forte caráter popular que garanta a sua participação.

Foi dentro dessa visão e acreditando que elas representam a única saída política para o momento e que resguarda o interesse popular, que apresentei Emenda Constitucional restabelecendo a eleição direta para Presidente da República.

Com a mesma intenção e acreditando que o PMDB a nível nacional não poderia ficar parado vendo a banda das eleições indireta passar, com muita honra, juntamente com os companheiros Domingos Leonelli, Roberto Freire, Flávio Bierrenbach, Ibsen Pinheiro, Carlos Mosconi, encaminhamos um documento à Direção Nacional solicitando uma campanha pelas diretas.

Mas, no nosso entender, a grande tarefa hoje é de colocar nas ruas do país a campanha. É aumentar ainda mais e fortalecer o sentimento nacional, organizando-a em todos os níveis.

Falar de nomes neste momento é extremamente prematuro. Inoportuno e desidiatante.

Esta campanha traz em seu conteúdo o grande germe da unidade.

Ela coesiona todo o PMDB, os outros partidos de Oposição, e até setores do Governo, entidades populares, enfim, é a bandeira branca da paz, da união e da salvação nacional.

Portanto, a enorme tarefa atual é de consolidá-la no seio da sociedade.

O lançamento de candidatos provocaria uma luta intestina nas Oposições, que traria conseqüentemente enormes dificuldades e talvez até paralisaria o encaminhamento da causa.

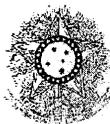
Invoco neste momento todos os opositoristas, todos aqueles que desejam tirar este País rico, poderoso e portento da humilhante posição em que se encontra, qual seja, de joelhos ao capital financeiro internacional.

E o que está em jogo é a soberania da Nação, que deve ser intocável e inameaçável.

Para garantia de um programa de salvação da Pátria, só um governo eleito soberanamente pelo povo brasileiro.

Encerro transcrevendo a frase do nosso Presidente do partido:

"A defesa das eleições diretas é uma questão de princípios. Entender-se que se pode fazer arranjos numa questão dessas significa que não se está sendo coerente. Não se pode tratar das coisas de interesse do País como se fossem um himem complacente".

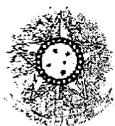


**Discurso proferido na sessão 25 de abril de 1984
publicado no DCN de 26 de abril de 1984, página 748.**

O SR. DANTE DE OLIVEIRA (PMDB-MT. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas. Às dezoito horas de ontem Brasília sintonizava o Brasil e os brasileiros através de uma sinfonia de buzinas, que saía, não dos automóveis, mas do coração de todos os brasilienses. Naquele instante os 130 milhões de brasileiros rompiam a censura arbitrária imposta pelas medidas de emergência. A Brasília sitiada, cercada, ofendida, marcava o seu protesto, ao mesmo tempo em que se solidarizava com milhões de patrícios nossos que ocuparam, nos últimos meses, as praças e ruas, no maior movimento cívico já realizado na História deste País. Neste momento, gostaria de lembrar uma frase célebre de Berthold Brecht; “Dizem-se violentas as águas do rio, mas não se dizem violentas as margens que as comprimem”.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, esta mobilização popular, que começou principalmente nos primeiros dias do mês de janeiro, foi menosprezada e criticada pelos donos do poder. Dizia-se que aqueles comícios eram dança de índio para fazer chover. E foi este movimento, que nasceu do coração e do sentimento mais profundo da nacionalidade, que tomou conta de todo este Brasil. Este movimento obteve uma coisa histórica neste País; uniu amplos segmentos da sociedade civil e militar (Palmas); conseguiu colocar na mesma mesa os segmentos mais responsáveis desta Nação; conseguiu uma unidade nacional nunca vista antes, ou poucas vezes vista na nossa História. Este movimento não pode ser tratado de qualquer forma pelo Governo, com menosprezo; não poder ser tratado na ponta das baionetas e dos fuzis. As idéias e os ideais do nosso povo estão no bojo deste grande movimento popular. Aqueles que são contrários devem travar essa luta no campo das idéias e dos ideais, não na base da força, não na base da opressão, não na base da tirania.

Sr. Presidente, não há dúvida de que a coisa mais bela que ocorreu neste movimento cívico foi a energia despertada por 130 milhões de brasileiros, uma energia que não pode jamais esta Nação perder. Esta energia cívica é um patrimônio do povo e da Nação. Temos de procurar dirigi-la para vencermos essa grave crise econômica, social e política que atravessamos. É uma energia cívica que não pode ser barrada; ela



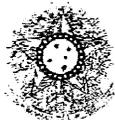
Câmara dos Deputados
Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação
Escrevendo a História - Série Brasileira

tem de ser canalizada pelos setores responsáveis da Nação, os partidos políticos, os setores do Governo, os setores militares e, principalmente, por este Congresso Nacional, onde se espelha a vontade da Nação, seja nos partidos de oposição, seja no do Governo.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, pudemos observar, nesses últimos meses, que a força que esse movimento tomou, neste País não foi apenas pelo simples fato de o povo desejar trocar o João pelo Manoel, no plano institucional da nossa luta política: o fator mais rico que fez com que o povo brasileiro saísse de suas casas para defender suas próprias casas, é o profundo sentimento de mudança do modelo econômico-social que nos foi imposto de 64 para cá, à revelia do nosso povo. E a situação que mais nos preocupa é a situação-limite a que se chega neste País. De um lado, o povo consciente, cômico das suas responsabilidade cívica, de forma pacífica e ordeira, demonstra à Nação o rumo que quer seguir, o rumo que deseja na procura de um Governo que lhe dê garantias, na procura de um Governo que lhe dê segurança, na procura de um Governo que lhe aponte rumos, que lhe aponte objetivos nacionais concretos no plano econômico, no plano social; de outro, o Governo só, isolado querendo se manter a ferro e fogo. Esta Nação é rica, possui tudo. Só lhe falta um Governo democrata, patriota, honesto, para colocá-la de acordo com o seu verdadeiro e grandioso destino.

Portanto, Sr. Presidente, a grande tarefa de todos nós, brasileiros, hoje, é conseguir fazer com que a energia cívica dessa reivindicação política seja conduzida para a grande tarefa de todos nós, que é a da reconstrução da nossa Pátria, a grande reconstrução nacional, que todos desejamos fazer. E foi para tentar materializar essa vontade que eu sentia, desde a campanha de 1982, no meu querido Estado de Mato Grosso, que a reivindicação máxima do povo era a conquista do poder central. Foi por isso que apresentei, em 1983, a Emenda Constitucional nº 5, como simples é o povo brasileiro, direta, como é também o sentimento de toda a Nação, que quer restabelecer as eleições diretas para conquistarmos um novo pacto social do poder, que espelhe a vontade da maioria dos brasileiros.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Congressistas, neste momento, quero lembrar, a esta Casa e a toda a Nação, que ao longo da tramitação desta nossa emenda, nunca nos agarramos a ela porque fosse nossa e porque fosse do nosso partido, o PMDB. Ao contrário, utilizamos esta tribuna para, no mês de março, dizer a toda a Nação que o que desejávamos eram as eleições diretas para já, como saída política, como saída pacífica para os graves problemas nacionais. E estávamos dispostos a votar em qualquer



Câmara dos Deputados
Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação
Escrevendo a História - Série Brasileira

emenda, viesse de onde viesse, e que o Governo tinha uma oportunidade histórica de promover o reencontro da Nação com o Estado, do povo com o Governo. (Palmas.) É, se assim fosse, estaríamos dispostos a votar no projeto do Governo, se ele fosse mais viável e se atendesse ao grande desejo e à grande aspiração nacional. Assim foram, ao longo da tramitação, os nossos debates os nossos debates com o Grupo Pró-diretas – a quem, neste momento, rendo a mais profunda homenagem – que deu, ao longo desse processo, uma demonstração de coragem cívica, com todas as pressões e opressões que vieram do Planalto, mantendo seu compromisso, não conosco da Oposição, mas o compromisso solene com a Pátria e com o povo. (Palmas.) E, além de ao Grupo Pró-diretas, temos de render homenagens também a uma dezena de Parlamentares do partido do Governo, que não atuam diretamente no Grupo Pró-diretas, mas fazem parte desta grande corrente de libertação do nosso povo, de libertação da nossa Pátria.

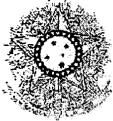
Sr. Presidente, Srs. Congressistas o que preocupa a Nação, no dia de hoje, é que o Congresso Nacional tem em suas mãos uma decisão histórica, que vai definir os destinos de nosso povo. O Congresso Nacional é o olhado hoje por toda a Nação, ele não pode humilhar, trair o desejo desta Nação, não pode virar as costas ao povo, porque, no dia em que fizer isso, estará dando um tiro no ouvido da democracia, pois é o Congresso Nacional um dos Poderes mais importantes para a consolidação do processo democrático. Sua desmoralização não interessa aos democratas; ela só interessa às forças fascistas, que querem mantê-lo em situação humilhante, em que não tenha o menor poder para decidir os destinos políticos desta Nação. (Palmas).

Preocupa-nos também, Sr. Presidente, uma outra instituição que deve ser preservada por todo o nosso povo. Falo agora das Forças Armadas brasileiras, que não podem e não devem deixar-se levar por aqueles que querem tornar o poder eterno, por aqueles que querem permanecer no poder **per omnia seculum seculorum**. As Forças Armadas são um patrimônio do povo brasileiro. Elas devem, neste momento histórico, aprofundar as raízes e os laços com o povo brasileiro. Elas não podem voltar-se contra a Nação. Elas não podem voltar-se contra o povo. (Palmas). Elas não podem voltar-se contra a Pátria, porque é grave o momento, e elas têm de ter forças para defender a soberania nacional, hoje vilipendiada, pisoteada, vendida.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Gilson de Barros, nosso companheiro de bancada.

O Sr. Gilson de Barros – Deputado Dante de Oliveira, como Coordenador da

3



Câmara dos Deputados
Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação
Escrevendo a História - Série Brasileira

nossa bancada de Mato Grosso, em nome dos Deputados Milton Figueiredo e José Márcio Lacerda e do nosso preclaro senador Gastão Müller, devo dizer que o Oeste inteiro ouve V. Exa., e o faz até por telepatia. Quando V. Exa. fala nas Forças Armadas, nas mesmas Forças Armadas hoje transformadas em partido político que sustenta a corrupção e o desgoverno que aí está, é necessário que se diga aos Gregórios Fortunatos, hoje transmudados em Newton Cruz e Walter Pires, clara e firmemente, como sabem fazer os mato-grossenses da raça e da estirpe de V. Exa., que para matar nem sempre são necessários canhões e metralhadoras, pois mata-se com uma bala calibre 22, com pau ou com pedra. A Nação quer votar, e ninguém deve impedir mais isso. Em nome do povo mato-grossense, queremos dar os parabéns a um dos seus mais queridos filhos. Receba, como mato-grossense, o nosso apoio para o que der e vier, neste instante decisivo par a honra da Nação brasileira.

O SR. DANTE DE OLIVEIRA – Muito obrigado, nobre Deputado Gilson de Barros.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas quero afirmar, neste momento, que a Emenda Constitucional nº 5, que levou meu nome, não me pertence, nem ao PMDB nem aos partidos de Oposição; ela pertence a toda a Nação, a todo o povo brasileiro, porque traduz o sentimento, a angústia e, principalmente, a esperança de melhores dias para 130 milhões de brasileiros.

Sr. Presidente, está em nossas mãos os destinos deste País. O Congresso Nacional, hoje, é alvo de toda a atenção nacional, e muito mais, representa a esperança da Pátria e do povo brasileiro. Está em nossas mãos a saída pacífica para os graves problemas econômicos, sociais e políticos que nos envolvem hoje. Está em nossas mãos a própria sobrevivência desta instituição enquanto poder, respeitada pela opinião pública enquanto poder, que vem como tarefa histórica a consolidação da democracia brasileira. Está em nossas mãos, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a soberania nacional, hoje violentada, conspurcada, pisoteada, negociada, humilhada, o que revolta todos aqueles que amam nossa Pátria, que amam nosso povo. Está em nossas mãos o futuro grandioso do Brasil, do Brasil-vida, do Brasil-educação, do Brasil-saúde, do Brasil amor, do Brasil fraterno, do Brasil justo, do Brasil livre, do Brasil democrata e do Brasil soberano. Hoje é o dia da vitória do povo, é o dia da vitória da Pátria, é o da vitória deste Congresso Nacional. Felicidades a todos os Congressistas! (Palmas.)